

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL
POLÍTICAS PÚBLICAS, PROCESSOS FORMATIVOS E TRABALHO

FRANCIELY ALVES SALES

**VOZES-MENINAS NEGRAS: ESCRIVENDO SONHOS
(IN)CESSANTES**

Vitória, ES.

2023

FRANCIELY ALVES SALES

**VOZES-MENINAS NEGRAS: ESCRIVENDO SONHOS
(IN)CESSANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na linha Políticas Públicas, Trabalho e Processos Formativos-educacionais.

Orientadora: Professora Dra. Jacyara Silva de Paiva

Vitória, ES.

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S163v Sales, Franciely Alves, 1995-
Vozes-meninas negras: : escrevivendo sonhos (in)cessantes /
Franciely Alves Sales. - 2023.
116 f.

Orientadora: Jacyara Silva de Paiva.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Racismo. 2. Negras na literatura. 3. Pessoas socialmente
excluídas - Educação. 4. Escrevivências. I. Paiva, Jacyara Silva
de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

FRANCIELY ALVES SALES

**VOZES-MENINAS NEGRAS: ESCRIVENDO SONHOS
(IN)CESSANTES**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na linha Políticas Públicas, Trabalho e Processos Formativo-educacionais.

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Jacyara Silva de Paiva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof.^a. Dr.^a Luziane de Assis Ruela Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Prof.^a. Dr.^a Cândida Andrade de Moraes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Membro Externo

Vitória, ES.

2023

AGRADECIMENTOS

Ao entrar no Programa de Mestrado em Psicologia Institucional, cheguei confusa e insegura, mas durante essa trajetória muitos me acompanharam e influenciaram para que eu permanecesse a trilhar esse caminho com passadas firmes. Assim, com muito respeito e carinho, agradeço às minhas ancestrais e a todas as mulheres que vieram antes de mim, mulheres de minha família, mulheres escritoras, pesquisadoras e todas que mesmo que eu não tenha tido acesso, continuam seguindo e inspiram tantas outras meninas e mulheres.

Agradeço às meninas adolescentes e às suas responsáveis que compuseram o mosaico dessa pesquisa através das memórias de suas vivências. Muito obrigada pela confiança, pela troca e por dividir as suas histórias tão políticas e poéticas para mim e para outros que terão acesso a essa escrita.

Agradeço à minha mãe (*in memoriam*) que se constituiu para mim, a minha maior inspiração e fonte de força e resistência.

À minha irmã, Gabrielly, muito obrigada por me acolher com conversas, comidas e lar, quando precisava de outros ares e lugares para tecer minha escrita.

Às professoras e aos professores do Programa de Mestrado em Psicologia Institucional, meu muito obrigada! Vocês, cada qual de um modo, puderam agregar significativamente a pesquisa. Cada momento em sala de aula, contribuiu para o meu caminhar nessa pesquisa.

À minha orientadora, Jacyara Silva de Paiva, muito obrigada por essa caminhada, por me ensinar, cobrar quando necessário e me respeitar, sobretudo, pela companhia. Tenho muita gratidão e orgulho de ter sido orientanda.

Às professoras que compõem esta banca, Candida e Luziane, meu muito obrigada pelas contribuições e por serem tão acolhedoras. Cada palavra que tive a oportunidade de ouvir de vocês me marcaram muito e foram importantes e cruciais para o meu processo de escrita.

Agradeço aos amigos e às amigas que conheci no mestrado e que levarei para a vida, quantas trocas foram tecidas sobre felicidades e angústias do pesquisar.

Agradeço também as amigas que já existiam e que tiveram vínculos ainda mais fortalecidos com o mestrado. Muito obrigada, Muriel e Renata, de amigas de trabalho do CaJun para amigas de mestrado e da vida.

À minha companheira, Gleicianne, que em meio aos movimentos de altas e baixos da vida, esteve comigo e foi uma das incentivadoras para entrar no mestrado. Suas palavras de incentivo ainda ecoam em minhas memórias quando dizia para tentar ingressar no Programa de Mestrado e não desistir, pois no fundo era algo que eu queria muito e que minha mãe com certeza estaria me incentivando a tentar. Sou muito grata pelas suas palavras e pelos seus momentos de leitura do que eu escrevia.

Para minha querida mãe, que me ensinou a ter Fé!

Hoje eu só vim agradecer por tudo que Deus me fez
Quem me conhece sabe o que vivi e o que passei
O tanto que ralei pra chegar até aqui
E cheguei, cheguei

Lembro de vários veneno
Eu, ainda menor, nunca sonhei pequeno
A minha coroa me criou sozinha
Levantando sempre no raiar do dia, bem cedo

Sempre aprendi com ela
A ser grata pelo que ainda vem
Hoje tu só vê os close, nunca viu meus corre
Mas pra quem confia em Deus, o sonho nunca morre, é, é

Fé pra quem é forte, fé pra quem é foda
Fé pra quem não foge a luta
Fé pra quem não perde o foco
Fé pra enfrentar esses filha da puta

Fé pra quem é forte, fé pra quem é foda
Fé pra quem não foge a luta, hm
Fé pra quem não perde o foco
Fé pra enfrentar esses filha da puta...

Fé no proceder, na luta e na lida
Enquanto a gente não conquista
Segue em frente firme que a nossa firma é forte
Nunca foi sorte, irmão, sempre foi Deus, sempre foi Deus

Hoje, eu sonhei que um dia eu estaria onde ninguém pensou
Se ele quiser, eu piso onde ninguém pisou
Humildade e sabedoria pra me guiar
E o impossível é possível pra quem acreditar

Fé pra quem é forte, fé pra quem é foda
Fé pra quem não foge a luta
Fé pra quem não perde o foco
Fé pra enfrentar esses filha da puta

Fé pra quem é forte, fé pra quem é foda
Fé pra quem não foge a luta, eh
Fé pra quem não perde o foco
Fé pra enfrentar esses filha da puta

Ô, mãe, ô, mãe do céu
Abençoi, abençoi, abençoi a correria
E o nosso pão de cada dia (oh, uô, uô, uô)
Ô, mãe, ô, mãe do céu
Abençoi, abençoi, abençoi a correria
É minha fé que me guia (ah, ah)

RESUMO

Esse estudo foi desenvolvido a partir das vivências de meninas negras que participavam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes do município de Vitória/ES, sendo o CaJun, que realiza atendimentos deste público que reside em bairros considerados da margem, localizados na região da Grande São Pedro. A aposta metodológica que delineou este trabalho foi baseada na escrevivência, sendo assim, o trabalho foi emaranhado de escritas de vivências de meninas negras participantes da pesquisa, possibilitando que as vozes destas emergissem e contassem histórias e memórias singulares que muitas vezes se entrecruzavam em meio das memórias coletivas. A partir disso, a pesquisa teve como questão compreender como as meninas traçaram (re)existências para sonhar suas vidas, de meninas que existem e resistem na margem, atravessadas por questões de raça, gênero e outras interseções. Tendo como objetivo ouvir as vozes de meninas negras para que pudesse compreender sobre seus sonhos, (sobre) vivências, formas de ser, de estar e (re) existir em diferentes contextos educativos que são marcados pela desigualdade social. Dentro disso, o estudo perpassou por diálogos voltados à educação social, pelos sonhos das meninas entrelaçadas nas opressões interseccionais que estão no território, família, escola e CaJun. Desse modo, os resultados que emergiram, mostraram sobre os sonhos que constantemente são cessados, bem como os meios de enfrentamentos e resistências cotidianas que o tornam incessantes.

Palavras-chave: Escrevivência; Educação Social; Interseccionalidade; Silenciamento; Sonhos.

ABSTRACT

This study was developed based on the experiences of black girls who participated in the Service of Coexistence and Strengthening of Links for Children and Adolescents in the municipality of Vitória/ES, with CaJun, which provides assistance to this public that resides in neighborhoods considered to be on the margins, located in the Greater São Pedro region. The methodological bet that outlined this work was based on *escrevivência*, therefore, the work was entangled with writings of experiences of black girls participating in the research, allowing their voices to emerge and tell unique stories and memories that often intersected in through collective memories. From this, the research aimed to understand how the girls traced (re) existences to dream their lives, of girls who exist and resist on the margins, crossed by issues of race, gender and other intersections. Aiming to hear the voices of black girls so that they could understand about their dreams, (about) experiences, ways of being, living and (re) existing in different educational contexts that are marked by social inequality. Within this, the study went through dialogues aimed at social education, through the dreams of girls intertwined in the intersectional oppressions that are in the territory, family, school and CaJun. In this way, the results that emerged showed about the dreams that are constantly ceased, as well as the means of daily confrontations and resistance that make them incessant.

Keywords: *Escrevivência*; Social Education; Intersectionality; Silencing; Dreams.

LISTA DE ABREVIACÕES

CaJun - Caminhando Juntos

SEMAS - Secretaria Municipal da Assistência Social

CEP - Comitê de Ética de Pesquisa

UFES - Universidade Federal do Espírito Santos

SUMÁRIO

POR QUE E PARA QUEM ESCREVO? BREVE RELATO DOS DESAFIOS E MOTIVAÇÕES DE ESCREVER	10
OUTRAS HISTÓRIAS IMPORTAM	13
ESCREVIVÊNCIA COMO CAMINHO METODOLÓGICO.....	20
“Lugar de toda pobreza”?: Caracterizando o campo de pesquisa	23
O fazer da pesquisa.....	25
IDAS E VINDAS: ATRAVESSAMENTOS DO CAMPO.....	29
Dia após dia: experiências do cotidiano e suas afetações.....	30
O convite: entre olhares e (não) dizeres	32
QUEM SOMOS?: MENINAS-MULHERES E HISTÓRIAS.....	41
(Sobre) vivências da margem: as mulheres que nos constituem	44
ENTRE BECOS E VIELAS: INTERSECÇÕES NAS VIDAS E SONHOS DAS MENINAS NEGRAS.....	57
Corpos e vivências no território: caminhando entre rastros históricos.....	59
Entre práticas educativas (não) engajadas: vivências na escola e no CaJun	76
VOZES-MENINAS NEGRAS.....	87
Silêncios: A fala sendo um ato	88
Os corres para alcançar o sonho: o “quebrar a corrente da pobreza”	91
CONSIDERANDO OUTROS FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXO I - PARECER CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA	108
ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE-ESCLARECIDO (TCLE)	112
ANEXO III - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE-ESCLARECIDO (TALE)	115

POR QUE E PARA QUEM ESCREVO? BREVE RELATO DOS DESAFIOS E MOTIVAÇÕES DE ESCREVER

Começo essa apresentação com duas perguntas com as quais desejo tecer diálogos. A primeira delas é por que escrevo? Já a segunda é para quem escrevo? Mas antes de me aprofundar um pouco nessa breve conversa, trago um trecho de uma música que representa um pouco desses meus atravessamentos do escrever e do campo de pesquisa. Onde a cantora IZA diz:

Já me perdi tentando me encontrar
 Já fui embora querendo nem voltar
 Penso duas vezes antes de falar
 Porque a vida é louca, mano
 A vida é louca

Sempre fiquei quieta, agora vou falar
 Se você tem boca, aprenda a usar
 Sei do meu valor e a cotação é dólar
 Porque a vida é louca, mano
 A vida é louca

Dona de Mim - IZA

As perguntas feitas não são e nem foram questões fáceis de serem respondidas. Pensar o motivo de escrever me fez reverberar muitas coisas em minhas memórias. Uma delas foi a lembrança que tenho de quando menina, o quanto me apavorava só de pensar em escrever algo, principalmente, quando se tratava de mim. Para falar sobre esse movimento de escrever, penso ser necessário descrever alguns processos que ocorreram comigo e na minha trajetória como um todo.

Durante toda a minha vida, sem entender muito bem, me empenhei em realizar atividades que pensava não conseguir, por exemplo, fazer teatro e outras atividades de expressões artísticas e culturais que fizeram e fazem parte de mim. Tais atividades ensejavam em mim, exercitar algo que queria esconder ou, talvez, mostrar. Ser vista! Através do canto, da atuação, da ginga da capoeira, algo se tornava possível.

Minha família, por exemplo, nunca me obrigou ou incentivou diretamente a fazer qualquer atividade do tipo. O importante para minha mãe era apenas que eu estudasse. Assim, se eu conseguisse dar conta da escola, poderia fazer a atividade que eu bem quisesse. Então, eu falava com minha mãe o que tinha vontade de realizar e, se fosse possível, ela prontamente tentava me inserir. O fato de minha mãe estar junto apostando nos meus sonhos e desejos, para mim, já era um grande incentivo.

Nesses meus desejos de participar dessas práticas culturais, conheci o CaJun, ainda menina. O CaJun é um Serviço de Convivência para Crianças e Adolescentes do município de Vitória/ES, um espaço que realiza processos educativos fora do contexto escolar, neste eu participava de atividades quando criança ou adolescente, a minha memória não é tão clara quanto ao período. Posteriormente, também atuei profissionalmente em algumas funções, como: Auxiliar Administrativa, Coordenadora e, por último, Psicóloga. Nos capítulos seguintes, será possível compreender um pouco mais sobre o serviço CaJun, que atualmente tem 14 unidades atuantes em diferentes bairros do município de Vitória/ES.

Se não me falha a memória, o CaJun foi um dos primeiros locais que me possibilitou abrir caminhos no âmbito cultural, artístico e afins. Infelizmente, passei por esse espaço muito rápido, pois, quando menina, constantemente passei por mudanças entre bairros e escolas dentro do município de Vitória/ES.

Importante dizer que essa rápida passagem pelo CaJun não foi superficial. Ela me marcou de alguma forma, tanto que, quando retornei ao espaço já adulta, trabalhando, percebi que haviam coisas que não eram simples coincidência. Então, ao retornar a esse espaço, minhas memórias vieram à tona, vivências passadas da minha história pareciam estar diante de mim, mas em outros corpos, com outros aspectos e com outras situações, como se fosse uma espécie de viagem no tempo, todavia esse tempo era o agora.

Retornando ao que falava, mesmo em meio a um processo educativo diferenciado, com tantas atividades artísticas e culturais que eu realizava quando criança e adolescente, sempre fui considerada uma pessoa fechada ou tímida. Por ser assim quieta, ouvia de muitos que eu era uma menina educada. Parecia que o que se esperava de uma menina negra moradora do morro, da margem, fosse alguém expansiva, para não usar outros termos.

Pois bem, não era de falar muito, nem de escrever muito. Preferia não me envolver em algumas situações que ocorriam ao meu redor. O único lugar onde me sentia à vontade para falar era no CaJun como profissional. Talvez isso se deu por já ter tido uma história anterior nesse lugar ou, então, por considerar necessária essa minha fala, essa minha exposição para possibilitar, juntamente com outros/outras trabalhadores/trabalhadoras, a garantia de direitos a crianças e adolescentes que estavam e estão inseridos neste serviço.

Mesmo com esse meu movimento de me colocar, de me expor e falar no CaJun, eu não conseguia expandir isso para outros espaços. O meu silenciamento diante das coisas

permanecia. Na graduação, por exemplo, eu me mantive em silêncio, as poucas vezes em que me pronunciei foram complexas e não me sentia acolhida como percebia que acontecia com os outros colegas estavam sendo. Isso tudo poderia ser coisa da minha cabeça? Talvez! Mas era assim que eu experienciava as coisas.

Coincidentemente, ou não, durante minha trajetória do CaJun, escutava relatos semelhantes aos meus nas falas das crianças e adolescentes que lá estavam. Isso causava-me desconforto, como algo de quando eu era menina se perpetua atualmente em outras crianças e adolescentes? Ainda mais, como algo de quando minha mãe, minhas tias e avó eram meninas ainda permanecia até os dias presentes?

E é através desse breve contorno que dei, para falar sobre a minha trajetória de menina-mulher, tento evocar justificativas que podem ou não fomentar em mim as respostas às perguntas de que lanço mão. Para isso, faço das palavras de Glória Anzaldúa (2000) as minhas por descrever muito bem o que me motiva a escrever e para quem é essa escrita. Então, tento responder às perguntas que faço, por que e para quem escrevo?

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu *posso* e que eu *escreverei*, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Anzaldúa (2000), ao escrever esse trecho, me representa, pois tais palavras demonstram o movimento que teci no mestrado e que venho tecendo na vida. A minha escrita hoje vem com medo, mas ela também está permeada de raiva, felicidade, tristeza, vitórias, derrotas, vidas, histórias e muitas outras coisas que dizem respeito ao viver. Eu escrevo para as meninas que serão mulheres e para as mulheres que foram meninas. Eu escrevo para estas que vivenciaram, ou não, um pouco do que eu vivenciei e que traçaram e traçam caminhos diversos para tentar (sobre)viver as capturas promovidas pelo racismo e tantos outros trânsitos que nos atropelam. Escrevo para que nossas histórias sejam registradas de forma que ninguém as apague.

OUTRAS HISTÓRIAS IMPORTAM

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, não paginado).

Histórias. É a partir delas que se compõe o mosaico deste estudo. A proposta deste foi ouvir de todas as formas possíveis as vozes de meninas negras do município de Vitória, com faixa etária entre 12 e 15 anos, que estão inseridas no CaJun (Caminhando Juntos) da Região de Grande São Pedro, com intuito de compreender sobre suas (sobre)vivências e sonhos em diferentes espaços educativos que estas transitam. Em relação ao CaJun, este é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes.

Ressalto aqui que as meninas que faço menção são adolescentes. E sim! As adolescentes são meninas sonhadoras, assim como eu fui e sou, que almejam um lindo e breve futuro e tentam diariamente caminhar nas diversas opressões que as envolvem. Meninas que são atravessadas por diversos contextos educativos que compõem e recompõem suas histórias. Estes contextos são suas casas, os territórios¹ onde residem, suas escolas e também os Cajuns, estes são espaços educativos sociais.

A educação social é uma forma de educação como tantas outras que existem. E sempre existiu, pois processos educativos sempre aconteceram fora do contexto escolar, mas enquanto conceito e práxis reconhecida no Brasil, a educação social surge no início dos anos 80, quando o país atravessava graves problemas sociais e econômicos fruto dos anos de ditadura militar (PAIVA, 2015) Diante dos problemas sociais presentes nesta época, a prática educativa social, tendo como o foco o direitos humanos e se envereda em meio às desigualdades e às injustiças sociais e raciais oriundas de um sistema político e econômico excludente. É nesta perspectiva educativa social que atuam os CaJuns com crianças e adolescentes que vivenciam situações que, em certas ocasiões, podem ser consideradas como violações dos direitos humanos básicos, seja no território no qual residem, em âmbito escolar, familiar e outros.

¹ Territórios não se apresenta nesse trabalho apenas como um lugar de abrangência. Milton Santos (2009, p. 7) explica que o “território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

No que diz respeito à educação social, Rodrigues (2021) discorre que ela ainda não está difundida no imaginário social nem na política pública, como é a educação escolar nas populações modernas e nas sociedades. Entretanto, ambas as modalidades têm a ocupação voltada à formação cultural e humana. Uma das diferenças é que, na educação social, a prática é orientada através dos processos educativos singularizados e de sentidos, conteúdos, identidades e metodologias diferenciadas.

Com isso, sua prática é especializada, de modo a fomentar culturalmente o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos quanto à promoção de seus direitos e formação, participação e inclusão social (NÚÑEZ, 1999 *apud* Rodrigues, 2021). Ainda, conforme indica Rodrigues (2021), seu caráter teórico-prático é tanto subjetivo quanto objetivo e, por esses motivos, expressa a sua relação com aspectos pedagógicos, culturais, políticos, científicos, corporais, assim como, sentimentais, valores éticos, afetivos, estéticos e sociais.

O caminho da educação social deve se guiar pela expansão ou potencialização da situação cultural das pessoas com o intuito de conduzi-las para amplo contato educativo com o mundo da cultura humana que, de modo geral, necessita estar impregnada, pedagogicamente, de histórias e de vidas das pessoas em condições de exclusão (RODRIGUES, 2021).

Entendemos a exclusão como a perda das possibilidades de articulação e de incidência na atualidade de época, ficando a sociabilidade restringida aos limites de um gueto. Se produz uma perda da dignidade da pessoa, uma submissão passiva aos efeitos da segregação social (efeito de ciclo interativo: a pessoa fica fixada ao lugar que se atribuiu a ela) [...] (NÚÑEZ, 2003, p. 23 *apud* RODRIGUES, 2021, p. 134).

Rodrigues e Müller (2002), citados por Luz (2021), destacam que o trabalho educativo da educação social transcende à vivência cotidiana de atuação da comunidade, pois a sua atuação é pautada na rede, em conjunto com as pessoas do bairro, com os movimentos populares, as associações comunitárias, as instituições relacionadas às crianças, jovens, idosos, a Assistência Social, as Escolas, a Prefeitura, bem como com toda conjuntura de políticas públicas que diz respeito à população com que o/a educador/a trabalha.

Esses movimentos de trabalhos promovem ações que se materializam de diferentes modos: por meio de denúncias referentes aos direitos violados, fomento à participação política e à atuação da comunidade perante o poder público. Também transmitem conteúdos culturais e conhecimentos no que se refere ao acesso à rede, isto é, sua atuação, em conjunto com os sujeitos da educação, transpõe os ambientes das cidades, intervém na política e possibilita a participação social (RODRIGUES; MÜLLER, 2002 *apud* LUZ, 2021).

No que se refere à educação social no Brasil, por exemplo, Rodrigues (2021) salienta a importância de Paulo Freire (1921-1997) para a prática educativa social, tanto no âmbito da educação escolar e, principalmente, a não escolar. Ele descreve que o pensamento freireano foi fundamental para os fazeres educativos sociais realizados com diversos grupos populares de sujeitos oprimidos latino-americanos (FREIRE, 2018 *apud* Rodrigues, 2021). Freire foi considerado, nos anos de 1980, no Brasil, “a principal referência de leitura e ação metodológica dos grupos sociais de educadores que buscavam atuar pedagogicamente com crianças e adolescentes em situação de rua” (PAIVA, 2015; BAULI; MÜLLER, 2020a *apud* RODRIGUES, 2021).

A educação social, então, se constitui como um contexto educativo social, político específico e próprio. Está posicionada entre o lugar e o não lugar das políticas públicas, entre o espaço público e privado e na busca dos espaços dos sujeitos no que diz respeito ao estado de exercício dos seus direitos pessoais e coletivos, bem como o respeito (NÚÑEZ, 1999 *apud* RODRIGUES, 2021). E, como Luz (2021) aborda, seus conteúdos giram em torno dos direitos humanos, conhecimento das estruturas e espaços de poder, funcionalidade da cidade e do território social, bem como da política, cultura, lazer, cidadania, conteúdos lúdicos da vida, dentre outros.

É nesta perspectiva educativa que se encontram os CaJuns de Vitória. O primeiro CaJun surgiu via movimentos comunitários e reivindicações promovidas pela comunidade do bairro do Quadro² chamado também como Morro do Quadro - em defesa aos direitos das crianças e dos adolescentes. Foi criada, em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória, a Associação Caminhando Juntos (CaJun). De alguma forma eles sabiam e sentiam que processos educativos podem e devem acontecer para além do espaço escolar e reivindicavam este direito. A partir de 2001, através da luta e insistência dos movimentos sociais organizados em Vitória, o CaJun foi expandido para outros bairros, dentre eles, há os CaJuns da Região da Grande São Pedro, sendo um destes o palco desta pesquisa.

Hoje, o serviço faz parte da Política Pública de Assistência Social, sendo inserido na Proteção Social Básica e tem caráter preventivo e proativo. O enfoque está voltado para a defesa e afirmação dos direitos, desenvolvimento de capacidades e potencialidades para os enfrentamentos diários dos sujeitos em relação ao seu contexto.

² Também conhecido como Morro do Quadro.

O CaJun tem sido um espaço potente e importante ao se pensar no aspecto educativo a que se propõe, pois nele o trabalho educativo social realizado se faz presente no sentido de acolher as experiências e vivências de crianças e adolescentes de diversos territórios periféricos em Vitória/ES. O CaJun, ao mesmo tempo que se constitui como espaço educativo, imbrica outros espaços que atravessam a vida e a história de suas crianças e adolescentes.

Este serviço, o CaJun, foi um espaço educativo do qual participei quando menina e onde, até pouco tempo atrás, atuei como psicóloga. O desejo de ouvir estas vozes-meninas surge com o desejo de também me ouvir, lembrar minhas histórias de menina, de mulher negra que está à margem. Histórias atravessadas, imbricadas com as histórias de minha mãe, tias, irmãs ou de outras mulheres negras que me constituíram até hoje. Cresci rodeada de histórias contadas na cozinha, no quintal, nas muitas festas de nossas famílias, por isto o meu gosto por histórias. Histórias impregnadas de sonhos, histórias de dor, histórias inventadas, histórias de fracassos, histórias de vitória, todas as histórias do mundo pareciam caber em minha casa, por isso cresci aprendendo não só a ouvir histórias, mas entendendo a importância delas em minha vida de menina, mulher negra da margem, afinal como nos diz Chimamanda Adichie (2019, não paginado) “as histórias fazem de nós quem somos”.

Hoje, as histórias ainda me atravessam, continuam me constituindo, me ensinando sobre outros mundos possíveis, como por exemplo, de ser uma psicóloga que trabalhou com crianças e adolescentes de bairros da margem, mas para além disso, diversos outros caminhos possíveis. As narrativas de meninas, mães, tias, avós me chamavam a atenção pela potência de suas autoras que, por vezes, me enchiam de esperanças, me deixavam em choque e, também, me tiravam do lugar comum de psicóloga e espectadora, trazendo-me para o lugar de pesquisadora dessas muitas histórias.

Chimamanda Adiche (2019) já nos diz que “[...] histórias importam”, e para mim, importam muito. Dessa forma, ouvir vozes e histórias de meninas negras e, a partir delas compreender a (des) construção de seus sonhos e (sobre) vivências no território em que convivem, tirou os meus pés do lugar de conforto e de alguma forma me desafiou a escutar além da escuta psicológica. Nasceu em mim o desejo de uma outra escuta, uma escuta para além da oralidade que me levasse a apreender outras narrativas possíveis, pois “[...] nunca existe uma história única sobre lugar nenhum” (ADICHIE, 2019, não paginado). Dessa forma, compreender como ser menina negra e como traçam suas (re) existências para sonhar sua vida, de menina existente da margem, atravessada pelas questões de raça, gênero e outras

intersecções constituíram as motivações para este estudo. Esta questão aguçava minha curiosidade epistemológica, fomentava em mim a vontade de saber mais através da pesquisa.

Ser menina negra da e na margem, por vezes, parece soar também como ser uma menina invisibilizada por uma sociedade marcada pela injustiça social e racial. Como menina negra vivenciei o que é ser invisibilizada, e como é estar na margem. Hoje, ter tido o contato com meninas que estão neste lugar de existência como eu estive, minhas memórias não param de trazer à tona as histórias que me atravessaram e que, por vezes, se assemelhavam com as histórias das participantes desta pesquisa que, mesmo vivendo com seus direitos de ser constantemente negados, não perderam a ousadia de sonhar.

As meninas que me contaram sobre as suas vivências nesta pesquisa possuem intersecções de identidades sociais de opressão, de discriminação exatamente por fazer parte de um grupo que sempre foi oprimido³ por uma sociedade onde desigualdade racial, de classe, de gênero matam pessoas, não importa a idade. Desta forma, entendo que gênero e raça, assim como os demais contextos que nos colocam em situação de subordinação, são inseparáveis, estão unidos tal qual um.

O conceito de interseccionalidade é importante para essa pesquisa e é parte do meu referencial teórico, pois traz a discussão sobre as distintas opressões que não se sobrepõem ou se somam, e sim, se encontram e se cruzam, formando diversas encruzilhadas na vida das mulheres negras que não podem ser situadas num único momento ou lugar, mas só podem ser compreendidas ao longo de suas vidas nesse sistema que também está em movimento (AKOTIRENE, 2020). Igualmente, o conceito de silenciamento também nos acompanha, para que possamos entender sobre os silêncios que muitas vezes podem nos habitar sem que percebamos.

Em uma sociedade machista, marcada pelo racismo estrutural e onde as crianças e adolescentes ainda não são considerados sujeitos de direito em sua plenitude, ouvir a voz dessas meninas negras se constituiu em uma urgência. Uma urgência que precisa virar incômodo para a casa-grande, para esta sociedade que insiste em colocar pessoas à margem, coisificando-as,

³Oprimido e opressor aqui é baseado a partir da perspectiva freiriana. “O opressor desumaniza-se no ato da opressão, enquanto o oprimido é desumanizado pela realidade objetiva da opressão e pela internalização da imagem do opressor que o faz um ser duplo. Assim, é o opressor oprimindo ou, se quisermos, a opressão do opressor que impossibilita não só a humanização do oprimido, mas também frustra sua própria vocação de ser mais” (OLIVEIRA, 2010, não paginado).

desumanizando-as, retirando-lhes direitos e impondo-lhes os silêncios. Ouvir estas vozes, suas histórias e suas versões, a mim, como menina negra pouco ouvida, e para outras, mulheres negras que lutam todos os dias contra os mais diversos tipos de silenciamentos, se constituiu mais do que uma justificativa para esta pesquisa, foi e é uma necessidade humana. É necessário também trazer para a academia estas vozes, possibilitando a ampliação das percepções, porque é na academia e também no social que podemos apreender e discutir sobre os atravessamentos nas vidas das participantes, de modo a poder contribuir para construção de outras políticas afirmativas.

Então, ouvir as vozes de meninas negras para poder compreender sobre seus sonhos, (sobre) vivências, formas de ser, de estar e (re) existir em diferentes contextos educativos marcados pela desigualdade social se fez principal intencionalidade desta pesquisa. Esta intencionalidade me levou a mergulhar nas vivências das meninas que comigo teceram esta pesquisa, para que eu pudesse conhecer sobre seu universo de menina negra da margem. Do mesmo modo me fez recorrer aos/às autores/as negros/as no intuito de apreender conceitos como racismo, gênero, classe, educação e outros que puderam ou não atravessar as vivências de meninas negras; igualmente, foi necessário acompanhar e analisar as falas e diálogos das participantes a partir dos conceitos que emergiram de modo explícito ou implícito nos encontros.

As motivações inicialmente de ouvir as meninas negras foram muitas. Uma delas foi de estarem iniciando suas muitas histórias de (sobre) vivências. E, apesar de estarem iniciando suas histórias, estas estão repletas de sonhos, de vida e sem das muitas máscaras que nos moldam e são impostas com a idade.

A menina que ainda existe dentro de mim lembra-se da época em que participava do mesmo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos onde atuei como Psicóloga. Posso quase tocar nos meus sonhos, nas minhas dúvidas, nas minhas interrogações de menina negra. Naquela época, minha menina se via em vários lugares onde gostaria de estar, onde o sonho de menina me levava e as muitas dúvidas que vinham junto com os sonhos sobre as possibilidades de alcançá-los.

Quando menina, por exemplo, estudar e trabalhar como adolescente aprendiz fazia parte do meu cotidiano e, igualmente, fazia parte do dia a dia de outras meninas que tinham sonhos e dúvidas sobre o que o futuro teria para nós, mas sobretudo tínhamos leveza de ter o tempo ao

nosso favor, sem as cobranças que podem ser adoecedoras do mundo adulto, especialmente do mundo adulto da mulher negra.

Por ter vivido como menina negra e por ter tido a oportunidade de atuar como Psicóloga no campo escolhido para esta pesquisa, o cotidiano não me foi totalmente estranho, mas ao mesmo tempo também foi repleto de novas vivências e experiências. Sentia que muitas vezes as histórias dessas meninas evocam as minhas histórias do passado e me atravessam, assim como atravessavam de tantas outras histórias de pessoas as quais conheço ou conheci.

Para ouvir as muitas vozes-meninas negras, fui ao encontro da escrevivência, um conceito criado por Conceição Evaristo que fala sobre a escuta atenciosa e compreensiva de histórias e vivências de pessoas, sobretudo, de mulheres negras. Evaristo (2020a) acredita que as narrativas falam de histórias que se atravessam com as de outras pessoas.

Desse modo, me lancei ao desafio da escrevivência, de ouvir as meninas como se suas vozes fossem música para meus ouvidos, já tendo consciência de que esta música não traria apenas sons agradáveis e poderia se apresentar de muitas formas, com denúncias, dores, alegrias e, sobretudo, sonhos. Esse foi um caminho novo que se abre para mim o qual trilhei junto das participantes da pesquisa, tentei andar de acordo com seus passos, no ritmo que elas desejavam e necessitavam abrir o caminho e escrever tantas histórias.

ESCREVIVÊNCIA COMO CAMINHO METODOLÓGICO

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. [...] quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso (ADICHIE, 2019, não paginado).

Os traçados que faço hoje, provavelmente, serão repensados amanhã, ou talvez, daqui a alguns anos. Desse modo, arrisco-me a dizer que assim também se constituem as histórias e, a partir delas, as vidas de pessoas são constantemente atravessadas e construídas.

A pesquisa foi permeada de desafios. Um deles se deu na procura por autores e autoras no qual tive pouco acesso na academia, uma vez que durante toda minha vida de estudante nunca me foram apresentadas referências teóricas afrocentradas, por isso mergulhar na escrevivência, a minha aposta metodológica, foi uma grande novidade que veio junto com uma grande vontade e emoção pelo novo. A cada escolha de autores/as que me acompanharam neste caminho de pesquisa, um caminho repleto de opções se abria, talvez por isso tenha sido uma trajetória tão desafia(dor)a e instigante para mim.

Essa trilha desafia(dor)a foi a que me movimentou, mas penso que no processo de desconstrução e transformação que ocorreu a cada linha escrita ou a cada momento em que me propus falar. Isso acabou me tirando da situação cômoda que havia me colocado por medo ou receio. Tal situação, mesmo sendo cômoda e menos dolorosa, tinha se infiltrado em mim por um tempo e ainda demonstra alguns reflexos quando me expresso ou deixo de me expressar. Percebo que, a partir da minha entrega nas minhas leituras e escritas, isso foi tomando outras proporções em diversos contextos e histórias que vivenciei e que ainda vivencio. Esse caminho que trilhei me deixou em estado de alerta para situações cômodas, fazendo-me querer escrever e falar de outras histórias.

Quando me coloquei à postos para ouvir histórias de meninas negras e também autores/as negros/as, pensei sempre na multiplicidade de formas de existir neste contexto histórico, neste cotidiano que nos toma, porque pensar o sujeito como único, com histórias únicas, se torna muito perigoso. É sempre preciso considerar as diversas opressões que os sujeitos podem ter sido atravessados e que, do mesmo modo, o contribuíram para as construções de suas existências que são repletas de histórias, um exemplo disso, são as histórias que compõem vidas de meninas negras localizadas na margem (ADICHIE, 2019).

Neste meu caminho de pesquisa através da escrevivência, um conceito cunhado por Conceição Evaristo (2020a), imbrico um compromisso com a condição de ser mulher negra que vivencia todos os dias um cotidiano marcado pelas diversas faces do preconceito. Existe e existiu um compromisso com a vida que se desvelou na escrita como forma de resistência e existência onde as meninas negras do CaJun da Região de Grande São Pedro foram autoras de suas próprias histórias.

A escrevivência aqui se desvelou em mim em um momento muito singular, em um momento em que realizei escavações em minha memória e, ao mesmo tempo, estive ao lado de meninas que puderam realizar este movimento. Constituiu-se em mais que uma aposta metodológica. Foi uma oportunidade de encontros e partilhamentos com as meninas negras que construíram esta pesquisa.

Por meio da escrevivência, foi possível mergulhar e acessar experiências de mulheres negras, a memória histórica, cultural e social (FERREIRA, 2013 *apud* SALGUEIRO, 2020), porque ato escrever nos mostra a realidade por meio de histórias particulares que se associam a uma coletividade, se conectando através de características das experiências vivenciadas ou condições sociais, mesmo que em posições distintas (MACHADO; SOARES, 2017).

Escrever as minhas histórias e as de minhas semelhantes, veio como um ato de se fazer propagar em todos os cantos os nossos modos de vida, alegrias, resistências e existências ao caminhar na rua, ao ingressar no mercado de trabalho, ao ingressar em uma instituição de ensino superior, ou então, quando estamos em um local onde dizem que não cabemos. Para além disso, também foi retomar sonhos e desejos de tantos outros que já partiram (EVARISTO, 2018). Se tornou para mim, uma afirmação em que anunciamos para a sociedade que também pertencemos a estes lugares, e que vamos e estamos ocupando, fazendo-nos ser escutados. bell hook (2020) descreve o seu sentimento de compartilhar histórias e a consideração destas como uma evidência acadêmica possível.

Durante anos, hesitei em compartilhar histórias pessoais, fui treinada para acreditar que quem apoia uma história pessoal como evidência para defender ou confirmar uma ideia jamais poderia ser acadêmica e/ou intelectual, de acordo com o pensamento do dominador no ensino superior. Contar uma história pessoal para documentar ou estruturar um argumento era sinal de que a pessoa não estava lidando com fatos comprovados, de que não era científica o suficiente. Sou grata por ter vivido para descobrir quanto do que nos dizem ser ciência dura ou dados eram, na verdade, história, a interpretação de dados e fatos” (bell hooks, 2020, p. 89).

Por isso, acredito que as escrevivências que emergiram nesta pesquisa, foram vozes-meninas que me permitiram desmanchar suas tranças, os meus dedos tremeram e o medo esteve nos caminhos repartido de seus cabelos, mas o desmanchar das tranças, certamente me fez olhar e enxergar outros caminhos (EVARISTO, 2017). Com certeza este foi um caminho metodológico importante para a pesquisa. A aproximação da escrevivência me fez romper silêncios de uma forma avassaladora. O silêncio sempre marcou a minha vida e ao ouvir meninas negras me ajudou a perceber os silêncios em mim, alguns que eu nem sabia. Além também de perceber os outros silêncios de outras pessoas negras do meu convívio. Silêncios produzidos na infância, na adolescência e na vida adulta.

Falar sobre (des)construção de sonhos de meninas negras através de suas vozes e histórias foi, necessariamente, falar sobre metodologia qualitativa. Em um primeiro momento, então, se fez necessário buscar na teoria afrocentrada orientação para esta pesquisa para que assim, fosse possível iniciar meu caminho como pesquisadora, com a escolha do desafio da escrevivência enquanto método.

A escrevivência significa, então, “[...] a escrita que se alimenta da experiência de vida [...]” (EVARISTO, 2018, p.6), sendo ela, uma interrogação, antes de qualquer domínio (EVARISTO, 2020a). Nela há a observação e a apreensão da vida, da existência. Onde se vive e se movimenta a vivência e a experiência de nossa posição de sujeito brasileiro de origem africana. São escritas de vivências permeadas de narrativas de pessoas negras, sobretudo, de mulheres negras.

A ruptura com a noção de neutralidade de pesquisa, bem como o não distanciamento da pesquisadora no campo, fez parte desta pesquisa e foram e são caminhos possíveis e necessários para a escrevivência, que veio para fazer com que nossas vozes e de nossas ancestrais ecoasse, fossem ouvidas e para que nosso corpo também seja visualizado como corpo que pertence a diversos espaços. A partir da escrevivência foi possível

[...] ensejar epistemologias transgressoras que subvertem a produção de conhecimento dominante, colocando em perspectiva a dicotomia entre subjetividade e objetividade, é efetivamente nos colocarmos no centro do debate, narrando nossas próprias histórias e vivências, em vez de sermos objetos de estudos daqueles que desfrutaram do privilégio epistêmico em detrimento de nós. Nesse sentido, a escrevivência apresenta-se como uma ferramenta de inscrição para autodefinição e emancipação de sujeitos que foram postos historicamente à condição de subalternidade (SIQUEIRA *et al.* 2021, p.34).

Escrever se imbrica, portanto, na (re)constituição de histórias, aos reconhecimentos cheios de sentido e de análises compreensivas, foi percorrer caminhos das vivências das

narrativas na condição de sujeitos de suas existências, de seus sonhos, de seus fracassos, de suas forças, de seu ser, que se constituiu a cada dia através de suas múltiplas histórias. Foi uma escrita que moldou e constituiu vidas, pois, para além de contar histórias de uma pessoa ou de pessoas, se permitiu estar carregada de lembranças e sentimentos como o de amor, ódio, dor e diversos afetos e condições que atravessavam os corpos negros. “E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade” (EVARISTO, 2020b, p. 36).

O meu caminho de pesquisa foi escolhido para provocar incômodos (EVARISTO, 2020a). A academia branca eurocentrada precisa se encher do povo e das vozes-meninas negras que estão à margem, submetidas a tentativas constantes de silenciamentos ocasionadas por uma sociedade que é permeada pelo machismo, racismo estrutural e desigualdade social. Suas vivências precisam ser ouvidas, sentidas, reconhecidas, pois são delas que surgirão um novo mundo. A escrevivência se apresentou aqui para mais que uma aposta metodológica, ela foi uma possibilidade de escrever a partir de um espaço educativo, histórias as quais poderiam ser minhas ou não, mas, independentemente, de não serem, sinto que me pertencem por se fazerem reverberar até hoje em minhas memórias, cada palavra das meninas que aqui falam de suas vivências ecoa em meus ouvidos. Sendo assim, escreveremos para nossas vozes e as vozes-meninas negras ecoem para vocês e todos que nos leem.

“Lugar de toda pobreza”?: Caracterizando o campo de pesquisa

Como abordado anteriormente, a pesquisa ocorreu em um dos CaJuns da Grande São Pedro em Vitória/ES. O lugar territorial em que está inserido este serviço é um local bastante conhecido como um espaço onde famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza vivem. E, apesar de ter tantas outras coisas nesse espaço territorial, infelizmente, apenas o vê de forma pejorativa e perigosa.

Penso ser necessário explicar sobre o título (“Lugar de toda pobreza”?) que foi trazido para falar do território e confesso que tal gera certo ou muito incômodo, digo ainda que pode soar de forma demasiadamente pejorativa, mesmo ele sendo uma pergunta e não uma afirmação. Durante anos, e arrisco-me a dizer que ainda hoje, o território de Grande São Pedro tem sido visto por muitos como esse lugar, onde habita nada além do que a pobreza. Contudo, posso dizer, as meninas também podem dizer, assim como as demais pessoas que lá residem

que isso é uma mentira, pois nesse lugar habita vidas, possibilidades, potências, sonhos e conquistas.

Para melhor compreender sobre o território, é importante ressaltar como alguns estereótipos foram constituídos e, igualmente, reproduzidos até os momentos atuais. No ano de 1983, foi produzindo um documentário sobre essa região chamado “Lugar de Toda Pobreza”⁴. Nesse longa-metragem, histórias de moradores e moradoras foram contadas, demonstrando como essas famílias tiravam do lixão⁵ que rodeava a comunidade os meios de subsistência. Isso me faz lembrar um pouco de minha infância naquela região e, traçando uma breve linha do tempo em minha memória, consigo perceber quão diferente esse lugar se tornou. Em época de férias escolares, visitava ou passava esse período na casa da minha irmã mais velha. Portanto, é um território por mim (re) conhecido. Digo (re) conhecido, pois para mim é um espaço que sempre está se apresentando de diversos modos, trazendo sempre algo diferente, e isso será observado durante a leitura dessa dissertação.

Atualmente, é notável as mudanças que ocorreram na comunidade de Grande São Pedro. Se antes lá era um “Lugar de Toda Pobreza” – mesmo não sendo –, onde o lixão e as “residências” se misturavam. Hoje, há espaços de lazer, cultura e esporte, serviço de assistência social, saúde e educação. Muitas dessas conquistas foram pautadas por meio das reivindicações da comunidade. Contudo, mesmo com todas as transformações, ainda é um local que apresenta desafios produzidos pela desigualdade social que culmina com o tráfico de drogas e toda violência instalada na região.

No segundo semestre do ano de 2021, justamente o período no qual iniciei minha trajetória no mestrado, a região de Grande São Pedro como um todo, passava por desafios constantes⁶. Os conflitos territoriais continuados por conquista de espaço pelo tráfico de drogas, por muitas vezes, ocasionaram o fechamento dos serviços que atuavam na comunidade como forma de proteger funcionários que neles trabalhavam e até mesmo o público que frequentava esses espaços. Lembro-me de assistir às notícias, de ouvir conversas dos moradores e de conhecidos em relação ao sentimento de desespero que se instalava por causa da violência.

⁴ LUGAR DE TODA POBREZA. Produção: Amylton de Almeida, 1983.

⁵ O lixão, como a população da época chamava, foi extinto em 1990 (LUGAR DE TODA POBREZA, 2019).

⁶ O segundo semestre de 2021 foi marcado por conflitos em muitos lugares do município de Vitória/ES, os principais bairros que sofreram com as violências foram: Andorinhas, Regiões do Bairro da Penha e os da Grande São Pedro (COMO É POSSÍVEL VIVER COM BOMBA NA RUA E TIROS EM ESCOLA?. Fonte: A gazeta, 2021).

Recordo-me também de uma menina negra chorando por perder um familiar muito próximo e outras meninas negras tentando consolá-la.

Quantos pedidos para parar de matar seus próximos foram feitos pelas pessoas que residem nesta comunidade? Quantas lágrimas foram derramadas? E quais as intervenções foram e estão sendo feitas?

E, na diversidade cotidiana desse território, em meio a alegrias e tristezas, estão localizadas três unidades de CaJuns, sendo que uma delas ocorreu a pesquisa. Para a pesquisa acontecer nesse espaço, primeiramente, esta foi apresentada à Prefeitura Municipal de Vitória que avaliou o projeto. Importante ressaltar que a proposta de pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) para execução em campo, e foi feita a pesquisa em campo após a aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES).

A atuação nesse espaço me possibilitou um contato constante com as meninas participantes desta pesquisa, bem como as suas responsáveis⁷ as quais, em certo momento na pesquisa, ocuparam de forma breve um lugar no estudo, pois compreendo que suas histórias também poderiam atravessar por outras.

O fazer da pesquisa

Os encontros para a produção da pesquisa ocorreram em um CaJun da Grande São Pedro e foi composto por um grupo de nove meninas negras, com idades entre 12 a 15 anos. Desse modo, foram realizados um total de quatro encontros, três coletivos e um individual com o objetivo de possibilitar diálogos sobre vivências e outras afetações, formando, portanto, um grupo de meninas e estabelecendo rodas amorosas e dialógicas a partir da perspectiva freiriana, que fazem parte do contexto educativo social dos CaJun, que é frequentado por essas meninas, portanto uma prática educativa conhecida por elas.

A amorosidade freiriana se corporifica no afeto como compromisso com o sujeito. No caso, as participantes, concebeu-se através da humildade e solidariedade em alguns momentos (FERNANDES, 2010). Freire (1987, p. 51) declara que o amor “[...] é um ato de coragem,

⁷ Responsáveis aqui são as referências femininas para as meninas negras, podendo ser mães, tias, avós, dentre outras de seu convívio diário.

nunca de medo, o amor é compromisso [...] o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico”. Sendo impossível me imaginar nessa pesquisa sem o compromisso amoroso, que não é necessariamente romântico, mas sim político e ético.

Em relação à dialogicidade, esta é o despertar do pensar crítico, problematizando as condições humanas no mundo, ou seja, o mundo conforme nossa maneira de ver. Para além disso, é estar comprometido com a prática social relacionada ao que é dito e à atitude humana, abrindo vias para repensar a vida em sociedade, bem como discutir sobre nosso modo de ser cultural, social, bem como a educação e linguagem que praticamos. É a possibilidade de agirmos de outras formas no intuito de transformar o mundo que nos cerca (ZITKOSKI, 2010), uma conexão de duas almas que se escutam e, porque se escutam, se respeitam (FREIRE, 1982). A dialogicidade de alguma forma está imbricada a amorosidade e se tornam, neste caminho de escuta, essenciais para ouvir de todas as formas possíveis as muitas histórias que me foram apresentadas.

Para proporcionar o diálogo das vivências em diferentes espaços educativos, cada encontro disponibilizou de temas disparadores que foram trazidos para o grupo a fim de movimentar conversas sobre histórias e memórias que eram suas ou que, de certa forma, atravessavam suas vidas, assim como sonhos e/ou desejos. Com isso, as participantes puderam falar suas vivências no que diz respeito a seus sonhos, desejos e também as noções de cotidiano e o contexto que as rodeiam, de modo geral, vida familiar, amizades, escolar e outros.

Os encontros foram divididos em quatro momentos, onde o Primeiro Momento foi a contação de histórias de mulheres negras que inspiraram e influenciaram significativamente a trajetória do povo negro. O objetivo deste momento foi anunciar histórias potentes a fim de que as participantes pudessem pensar em suas histórias ou nas histórias de mulheres que as rodeiam, incentivando-as a falar sobre estas vivências.

O Segundo Momento foi voltado às histórias do território em que as participantes circulam e residem. O objetivo desse encontro foi mostrar que, para além das pessoas, os territórios também possuem histórias. Nesse movimento, ouvimos sobre a percepção das meninas em relação ao território e quais foram os atravessamentos deste na vida delas.

O Terceiro Momento trouxe questões voltadas aos espaços educativos, no sentido de compreender o que o espaço educativo CaJun e Escola significam para elas, como

influenciavam em suas vidas e contribuíaam subjetivamente e objetivamente para composição de suas histórias.

O Quarto Momento foi individual, cada menina teve oportunidade de falar algo no individual. Durante o momento grupal, algumas se expressaram mais que outras, seja por timidez ou por não saber muito como se expressar em grupo. Através disso, essa foi a forma de viabilizar a estas meninas um momento de diálogo mais reservado.

Os encontros foram dialogados e acordados com as meninas, não sendo, portanto, algo fechado. Inicialmente, os grupos teriam outro formato, com maior quantidade de encontros, porém, devido alguns acontecimentos no território foi preciso alterar e, essa mudança foi feita no coletivo, com a aprovação das meninas. Importante ressaltar também que a cada encontro foi necessário retomar alguns assuntos, pelo fato de alguma menina não estar presente em um ou outro momento coletivo. Assim também ocorreu no individual, onde foi possível trazer novamente as coisas dialogadas no coletivo para saber se cada uma em sua singularidade tinha algo a falar ou a complementar sobre.

Numa tentativa de conseguir obter a maior parte dos desdobramentos destas vivências contadas durante a minha presença no campo de pesquisa, foi utilizado um diário de campo para tomar notas das impressões, afetos e análises que virão ao meu encontro. Oliveira (2014) reitera que o diário de campo passa a ser entendido como um local de anotações dos movimentos e transformações, dos resumos, dos períodos, estruturas e visões, e todos os acontecimentos vivenciados e escutados. Já para a produção e análise dos dados foi necessário identificar nos diálogos, aspectos que permeavam e possibilitavam a escrevivência. Além de analisar compreensivamente, a partir do referencial teórico, as vivências de vidas trazidas durante os encontros do grupo.

Penso que também seja importante destacar sobre a análise de minhas implicações no decorrer dessa pesquisa, pois é necessário estar consciente que também sou objetivada naquilo que tenho o intuito de objetivar (LOURAU, 1997, *apud* COIMBRA, 2000).

Assim, se entendemos os objetos, saberes e sujeitos como produções históricas, advindos das práticas sociais; se aceitamos que os especialismos técnico-científicos que emergem como a divisão social do trabalho no mundo capitalístico têm como função a produção de verdades e a desqualificação de muitos outros saberes que se encontram neste mundo; se entendemos como importante em nossas práticas cotidianas a análise de nossas implicações, assinalando o que nos atravessa, nos constitui e nos produz, e o que constituímos e produzimos com essas mesmas práticas, negaremos as dicotomias. Articularemos Psicologia, Política e Direitos Humanos e

entenderemos uma série de outras questões: que nossas práticas produzem efeitos poderosíssimos no mundo, sendo portanto, políticas. Assumir tais desafios é estabelecer rupturas com o pensamento hegemônico no Ocidente, é romper com as “verdades” que estão no mundo e vê-las como temporárias, mutantes, provisórias (COIMBRA, 2000, p. 147).

Desse modo, analisar as implicações também foi compreender e reafirmar que não existe um lugar de neutralidade. Sendo necessário colocar em análise suas pertencas e os locais que ocupa (COIMBRA, 2000) em sua vida, como suas histórias, sua profissão, sua posição como pesquisador/a. Entendendo que você afeta e também é afetado, e sabendo como e de que modo se analisa determinados atravessamentos da pesquisa.

IDAS E VINDAS: ATRAVESSAMENTOS DO CAMPO

“... Idas e vindas, e quase idas...

Tentativas e mais tentativas!

Assim foram alguns dos meus momentos para acessar o território no qual se constitui o campo desta pesquisa.

Quase ida.... Mais uma tentativa!

No terminal, dentro do ônibus, sou surpreendida com uma informação da fiscal que dizia: ‘não entraremos na região de São Pedro, porque depredaram um ônibus lá dentro’. Arrisco-me a ir e tentar entrar no território, chegando na entrada principal, o ônibus passa direto e não entra.

Vinda sem ida...

Volto para casa com questões. Como é possível as pessoas não terem acesso a um lugar? À sua moradia? Ao seu lar?

Após mais tentativas...

E idas....

Por fim, consigo fazer o convite às famílias e novamente às meninas. Questões e preocupações rodeiam algumas famílias. O que seria dito pelas meninas? Quais atravessamentos a pesquisa poderiam fazer emergir nas meninas e nos contextos que estas convivem diariamente?”

(Memórias de uma pesquisadora, 2022).

Dia após dia: experiências do cotidiano e suas afetações

Vamos falar um pouco sobre as experiências e como estas podem nos afetar se nos colocarmos disponíveis à essa experiência. Jorge Larrosa Bondía (2002) nos explica que a “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (p. 21).

O meu cotidiano no campo por um momento foi permeado de situações que se passaram, o meu desejo de conseguir realizar e fazer com que a pesquisa saísse como planejado no papel e na minha cabeça, por um tempo fez com que as coisas apenas se passassem e que não me tocassem. Minha visão estava turva, confusa, sem conseguir sair do lugar. Acontecimentos ocorriam no território e eu não conseguia me movimentar, ia de um espaço para o outro com o intuito de conseguir algo e não me colocava disponível à experiência, para senti-la e compreendê-la. Buscava por soluções, informações para (re)afirmar o que eu supostamente já saberia do território e das meninas, por talvez já ter uma vivência semelhante ou ter trabalho neste e com elas.

Partindo disso, Bondia (2002) nos fala sobre a necessidade de separar a experiência da informação e do excesso de opinião. O sujeito moderno é informado e também opina, ou seja, sabe sobre muita coisa e passa a maior parte do tempo buscando por informações, além de ter uma opinião supostamente própria, pessoal e, às vezes, supostamente crítica em relação ao que se passa.

Em determinado momento, comecei a perceber em conversas com minha orientadora de mestrado e outros/as professores/as que, se já que eu supostamente sabia de tudo, para que seria necessária a pesquisa. Isso veio de encontro a mim como um choque de realidade. Estava tão focada em (re)afirmar certas situações, que não estava disponível à experiência, ao que me passava, me tocava e me acontecia.

Poderia até me adentrar aqui nos possíveis motivos de talvez me deixar capturar a não experiência, como por exemplo: a falta de tempo ou o excesso de trabalho, porque como é possível observar às vezes no nosso dia a dia que ser mulher negra é em muitas ocasiões ter que trabalhar e estudar, assim como vejo eu e outras amigas que comigo fazem a caminhada do mestrado. Outro motivo que também poderia ser pela impaciência para que minha voz e de outras fossem escutadas o mais breve possível. Não sei ao certo, mas sei que do modo que se

encontrava a situação, não estava sendo interessante nem para mim e nem seria para as demais pessoas que estavam envolvidas na pesquisa.

A minha necessidade de produzir algo e realizar algo, fazia-me rodear em muitas coisas, sempre com muitas opiniões, ensejando por coisas que, naquele momento, possivelmente não faziam sentido. “E por isso, porque sempre estamos querendo o que não é, porque estamos sempre em atividade, porque estamos sempre mobilizados, não podemos parar. E, por não podermos parar, nada nos acontece” (BONDÍA, 2002, p. 24).

Era urgente fazer a análise das minhas implicações e compreender quais seriam as minhas pertencas e os locais que ocupava nesta pesquisa. Era urgente me permitir a experiência, pois talvez somente assim, conseguiria de fato abarcar o que as meninas, as responsáveis, o território estava me passando. Estava no automático, por talvez já ter algumas informações sobre o território e como poderia ser a vivência neste. Sabia de tudo, mas ao mesmo tempo não sabia de nada.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDÍA, 2002, p. 24-25).

Então, a experiência é o que nos passa, e o sujeito desta seria algo como um território de passagem, um solo sensível para aquilo que o ocorre, que o passa, o afeta de alguma forma, que estampa algumas marcas, produz alguns afetos, deixa alguns vestígios e efeitos. O sujeito da experiência “é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos” (BONDÍA, 2002, p. 24).

Em qualquer caso, seja como território de passagem, seja como lugar de chegada ou como espaço do acontecer, o sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura. Trata-se, porém, de uma passividade anterior à oposição entre ativo e passivo, de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial (BONDÍA, 2002, p. 24)

A partir das análises das minhas implicações, fui me permitindo a experiência e percebendo como estava caminhando, mas antes disso acontecer fiquei perdida, dando voltas e mais voltas. Bondía (2002) destaca que o sujeito da experiência é tombado, derrubado,

alcançado, e não apenas permanece sempre em pé, erguido e seguro de si. Sendo assim, foi preciso me expor, me permitir, pois as coisas não estão dadas como são, há histórias que mesmo que se assemelham, apresentam contextos diferentes e ocorreram em corpos diferentes. Por meio da experiência que me passaria também me transformaria.

O convite: entre olhares e (não) dizeres

Olhe dentro dos meus olhos
 Olhe bem pra minha cara
 Você vê que eu vivi muito
 Você pensa que eu nem vi nada

Olhe bem pra essa curva
 Do meu riso raso e roto
 Veja essa boca muda
 Disfarçando o desgosto

A vida tem sido água
 Fazendo caminhos esguios
 Se abrindo em veios e vales
 Na pele leitões de rio

Contemple o desenho fundo
 Dessas minhas jovens rugas
 Conquistadas a duras penas
 Entre aventuras e fugas

Observe a face turva
 O olhar tentado e atento
 Se essas são marcas externas
 Imagine as de dentro

A vida tem sido água
 Fazendo caminhos esguios
 Se abrindo em veios e vales
 Na pele leitões de rio...

A vida tem sido água
 Fazendo caminhos esguios
 Se abrindo em veios e vales
 Na pele leitões de rio

Na Pele - Elza Soares⁸ e Pitty

Em minhas memórias tento demonstrar certas questões que me afetaram enquanto tentava ingressar no campo com o intuito de fazer o convite para a participação na pesquisa, assim como o fazer desta. Dentro disso, um ponto que também me atravessou foi a preocupação

⁸ Elza Soares foi uma cantora e compositora musical. Em seu expressar artístico havia muitas contribuições que permeia as resistências e posicionamentos voltados à população negra e, sobretudo, a interseccionalidade. Elza faleceu em 20 de janeiro de 2022.

de algumas famílias. Na caminhada para o convite até realização dos grupos e encontros houve uma lacuna não descrita acima, este espaço vazio que não consta no relato de minhas memórias foi quando eu fui para um outro CaJun localizado na mesma região da grande São Pedro.

A lacuna, ou seja, a decisão de ir para um outro espaço, o segundo CaJun, foi porque os conflitos nas proximidades do primeiro CaJun estavam impossibilitando a realização dos encontros com as meninas, mesmo já tendo o assentimento destas e a autorização das responsáveis. Contudo, neste segundo CaJun também encontrei questões semelhantes relacionadas à conflitos, além, principalmente, de questões latentes voltadas às preocupações, por vezes, não ditas explicitamente por parte das famílias e, às vezes, por parte das meninas que participaram na pesquisa.

Adentrando-se de forma breve neste não dizer, observo seja interessante fazer um destaque sobre este ponto que emergiu em diferentes ocasiões na pesquisa, tanto pelas meninas quanto pelas responsáveis que, de certa forma, dizia muitas coisas, mas era um dizer sem som, sendo meio que atravessado por expressões e olhares. Tais expressões, olhares e quase falas que, de algum modo, nos mostravam pistas, indícios ou signos.

Para falar dessas pistas, dialogo com Carlo Ginzburg (1989), que traz em seu livro “Mitos, Emblemas e Sinais”, sobre como as pessoas capturam e compreendem situações por meio dos indícios. O autor traz diferentes exemplos que envolvem desde a apreciação e interpretação dos pormenores de obras artísticas, até questões voltadas a diagnósticos e estudos voltados ao corpo humano com a medicina, ou então, como os caçadores aprenderam a interpretar certas situações de perigo através de pistas.

Em todo caso, essas formas de saber eram mais ricas do que qualquer codificação escrita; não eram aprendidas nos livros mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares; fundava-se sobre sutilezas certamente não-formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal; constituíam o patrimônio, em parte unitário, em parte diversificado [...]. Um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência, da concretude da experiência (GINZBURG, 1989, p. 167).

Estes sinais, pistas ou indícios, de algum modo, nos permitem apreender uma realidade mais profunda, de outra forma inalcançável (GINZBURG, 1989). Em nossos encontros, tanto com as responsáveis, quanto com as meninas, era possível sentir que nem sempre a verbalização, ou seja, fala por si só daria conta, era preciso estar atenta às pistas que se apresentavam junto às narrativas, aos olhares, à forma de se expressar. Se permitir a experiência do desconhecido, do que possivelmente não pode ser verbalizado naquele momento.

A partir desse pensamento, tento evocar as possibilidades e a sensibilidade de perceber que muitas coisas são ditas com ou sem palavras. Para além disso, noto a importância de estar atenta às experiências do cotidiano e ter um olhar sutil e cuidadoso para entender os sinais que apareceriam nos encontros coletivos, assim como os encontros individuais. Igualmente, destaco que as perguntas, talvez não ditas, e que rodeavam as meninas e as responsáveis são e foram necessárias, pois dizem sobre suas vidas e seus modos de vivê-las.

Sendo assim, nos CaJuns, fui ao encontro de meninas que, muito animadas com a proposta, aceitaram participar da pesquisa. No entanto, as preocupações dos familiares sobre o que poderia ser dito influenciaram de forma significativa na participação ou não destas no estudo. É importante ressaltar como foi feita a dinâmica do convite em ambos os CaJuns, onde, inicialmente, foram realizados convites às meninas com o intuito de explicar sobre a pesquisa, para que depois pudesse conversar com às responsáveis e fazer o pedido de autorização baseando-se nas participantes que já haviam se disponibilizado a fazer parte do estudo.

Devido às preocupações de alguns familiares, principalmente no segundo CaJun,

“[...] um educador do espaço me informou que uma adolescente tinha dito a ele que a mãe estava com receio e não iria autorizá-la a participar da pesquisa. Com isso, perguntas precisavam ser feitas, mas sequer foi possível. Estas perguntas se baseiam simplesmente em uma única, que era: Quais seriam esses receios? Não os sabiam de fato, mas eu, juntamente com alguns profissionais que lá atuavam, quase que podíamos ouvir dessas famílias quais poderiam ser”.

(Diário de Campo, 21 de outubro de 2022).

No emaranhado de perguntas e sensações que iam e vinham em meus pensamentos, foi percebido que era necessário lançar mão de algumas hipóteses relacionadas à quais poderiam ser esses possíveis receios. Deixo explícito que isso são hipóteses que foram baseadas nos sinais lançados de modo direto ou indireto e, posteriormente, interpretado por mim, compreendendo as minhas pertencas como um todo e, sendo necessário ter um olhar cuidadoso para analisar as minhas implicações quanto estas. Tendo isso posto, seguem as pistas que poderiam ser:

1. Apesar da pesquisadora e antiga trabalhadora já ter um convívio e conhecimento neste espaço, estar no território diariamente não a faz que de fato pertença a ele;

2. O fato de não pertencer pode trazer inseguranças à pessoa que fala sobre e desse lugar, pois, de certa forma, esse sujeito conhece o chão que pisa e o que é como é estar neste lugar diariamente, como: dormir, conviver com outras pessoas, com outras vidas, com as alegrias, os ganhos, as perdas, dores e conflitos que perpassam este local;

3. Mesmo a pesquisa não sendo especificamente sobre o território, este de uma forma ou de outra faz parte das vivências das meninas e das famílias, sendo, portanto, algo indissociável.

Baseando-se nisso, e nas dificuldades encontradas no segundo CaJun, resolvi retornar para o primeiro CaJun, no qual já havia conseguido a maior parte das autorizações nas participações por parte das responsáveis, do mesmo modo, o assentimento das meninas durante o convite. Dessa forma, foi necessário pensar em outros meios para realizar os encontros, visto que as situações que emergiram no território naquele momento, fazia um movimento urgente para iniciar a pesquisa através de um outro formato.

Em minhas memórias descritas no início desse capítulo, falo rapidamente do convite ao primeiro CaJun e não me aprofundo muito. Este momento de convidar e explicar a pesquisa às responsáveis e novamente às meninas, só foi possível de ser realizado numa quarta tentativa de sequências de remarcações, pois os conflitos na região estavam intensos e acabavam impossibilitando este encontro.

“No encontro de hoje, do convite, participaram as meninas, as responsáveis e a coordenação [do primeiro CaJun]. Durante o diálogo entre eu e familiares, sentia que as expressões de algumas mães e avós traziam singelos receios, mas não me pareciam sentir tanto desconforto para falar, talvez por já me conhecerem. Mesmo ainda com receios, também era possível perceber que queriam que o desejo de suas filhas e netas de se expressarem fossem atendidos. Igualmente percebi que as mães e avós tinham coisas a falar”.

(Diário de Campo, 31 de agosto de 2022).

Penso que por eu já conhecer e por já ter vínculo com algumas famílias deste primeiro CaJun, foi possível a melhor viabilização das autorizações e aceites da pesquisa, isso não quer dizer que foi simples. A caminhada da efetivação da pesquisa em campo trouxe muitas

frustrações, pois como disse logo acima, o conhecer o campo não é o mesmo que pertencer a ele. Coisas saíam o tempo todo do controle, pois não dependia de mim, também não dependia apenas das meninas ou das famílias ou do CaJun. Era todo um contexto que nos envolviam.

Entre os processos de convites no primeiro e o segundo CaJun, o que mais me chamou atenção foram os olhares das famílias do primeiro CaJun que, em certas ocasiões, me demonstravam preocupação ou desconfiança, pareciam que queriam me perguntar algo do tipo: mas o que você está querendo com isso, Franciely? E algumas responsáveis de fato me perguntaram. Essa minha percepção me trouxe lembranças pessoais e também lembranças da leitura que fiz de uma obra de Carolina Maria de Jesus, escritora e poeta que escreveu a vivência dela na favela em seu diário, o livro “Quarto do Despejo: Diário de uma favelada”. Houve um momento que lembrava da fala de Carolina, no qual dizia:

Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade (Carolina Maria de Jesus).⁹

“[...] não acreditava em ninguém [...] meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre”. Mas como podemos acreditar? E outra, realmente querem nos ouvir, saber sobre o que temos a dizer? Carolina Maria de Jesus (2020) também descreve em seu livro sobre um evento que as pessoas da favela foram convidadas e haviam sido informadas que iriam ganhar comidas e brindes. A autora afirma que as pessoas fizeram muitos esforços para chegar até o local e, no final de tudo, era apenas uma forma do sujeito responsável pelo evento se promover. Carolina dizia “Não simpatizei com o tal [...] deu uns pães para as mulheres, e mandou elas erguer os pães para o ar, para ser fotografadas. [...] Alguns reclamava: - Se eu soubesse que era só pão, não vinha” (DE JESUS, 2020, p.67).

Por incrível que pareça, os olhares destas mulheres não eram estranhos para mim. Já havia visto olhares semelhantes em mulheres negras do meu convívio, às vezes, eu mesma me percebia e me sentia tento tal olhar. A forma que nos colocam, como foi no caso de Carolina, através de um convite para um evento, ou então, de não sermos consideradas em nada, pode às vezes causar esse receio em relação às coisas e às pessoas. Será que realmente querem nos ouvir e querem nossa presença? Qual seria o intuito disso?

⁹ Disponível no Portal Geledes com o título “Hoje na história, 14 de março de 1914, nascia Carolina Maria de Jesus”, no link: <<https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-14-de-marco-de-1914-nascia-carolina-maria-de-jesus/>>.

Preta Ferreira (2020), uma mulher negra e militante política, nos conta uma situação um pouco semelhante com a de Carolina Maria de Jesus (2020), onde narra a sua vivência na qual foi presa sem ter cometido qualquer crime. A sua prisão se concretizou a partir de uma carta anônima que a acusava de associação criminosa e extorsão. Através desta denúncia, Preta Ferreira foi presa.

Eles sabiam que eu era inocente; segundo a polícia, eu só iria prestar um depoimento e ser libertada. No entanto foi o depoimento mais longo da história: fiquei 108 dias presa e mais dois meses em casa, sem poder sair em finais de semana e feriados durante a semana, eu podia sair das 6h às 18h. Se estivesse à noite na rua eu voltaria à prisão (FERREIRA, 2020, p.19).

Prestar depoimentos, contar histórias, falar sobre sua (sobre)vivência e escrever-vivências. Algo que poderia ser simples porque diz sobre o nosso falar, o nosso expressar, contudo, também pode ser doloroso e trazer medos sobre o que falar e como falar, pois são experiências individuais que podem ser coletivas em diversos níveis, sendo estes no território, na escola, com a família, dentre outros espaços que possam surgir.

Eu, como pesquisadora e não mais trabalhadora do CaJun, as fazia um convite para um estudo de pesquisa, mas o que faria com isso? Como o assunto seria tratado? Qual manejo e cuidado seria tomado? O que retornaria para o território, para as meninas, para as famílias? Poderiam de fato falar? Essas são perguntas delicadas, pois são histórias que afetam e/ou afetaram vidas e pode disparar questões tanto no âmbito íntimo, quanto numa escala maior. Podendo também trazer dores que atravessariam tempos, vidas e corpos.

A forma breve de trazer as vivências trazidas por Carolina Maria de Jesus e Preta Ferreira tem o intuito de dialogar com as experiências que tive com as responsáveis, porque situações do tipo não são casos isolados. São situações pluralizadas atravessando os corpos negros de diferentes modos, às vezes de forma explícita, outras, implícitas. Fazem com que as vozes, os corpos, as vivências sejam desconsideradas, silenciadas, não vistas. Essas pessoas e vozes são trazidas para um lugar onde dizem precisar da presença desse corpo, mas dificilmente tem um momento posterior que traga retornos e que legitime esse corpo e voz por inteiro, com suas expressões, presença, renúncias e dizeres.

Há, portanto, aspectos que se tornam significativos para tecer diálogos sobre os silêncios e também aos sinais que estes podem nos apresentar. O silêncio, especificamente nesta situação que envolve as responsáveis e as meninas, pode nos dizer sobre certo cuidado delas para elas, ou seja, das responsáveis pelas filhas e netas. Para isso, Spivak (2010) em sua obra “Pode a

subalterna falar?”, apresenta que em alguns cenários o silêncio se torna uma forma de resistência, até mesmo sobrevivência.

Grada Kilomba (2019, p. 48) afirma que tal “[...] posicionamento de Spivak acerca da *subalterna silenciosa* é, entretanto, problemático se visto como uma afirmação absoluta sobre as relações colônias porque sustenta a ideia de que o *sujeito negro* não tem capacidade de questionar e combater discursos coloniais”. Contudo, Spivak (*apud* KILOMBA, 2019) alerta sobre as/os críticas/os pós-coloniais contra a romantização das pessoas resistentes, enfatizando sobre a importância do desejo de intelectuais pós-coloniais de salientar a opressão e possibilitar as perspectivas aos grupos oprimidos.

“Uma das responsáveis pelas meninas me pediu para falar sobre uma experiência que teve, esta explicava que em um evento no qual participava, a fala de uma mulher negra foi muito desconsiderada por um homem e de forma muito violenta ao seu ver. Ela explicou que quando outras pessoas brancas falavam, ninguém havia agido daquela forma. Destacando em sua fala que aquilo que ocorreu havia sido racismo, além de mencionar como se sentiu mal pelo ocorrido e o quanto se sentiu impotente por não conseguir fazer nada”.

(Diário de Campo, 31 de agosto de 2022).

Grada Kilomba cita a obra da autora Spivak, para explicar sobre a ausência da subalterna como sujeito e que essa “ausência simboliza a posição da subalterna como sujeito oprimido que não pode falar porque as estruturas da opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporciona um espaço para articulação das mesmas” (KILOMBA, 2019, p.47). Dessa forma, podemos observar o quão necessário é compreender o contexto que estamos, pois é importante que falemos, mas também é necessário que seja de alguma forma viabilizada meios para que esta voz seja escutada ou que se quer consiga falar. Conceição Evaristo com “Vozes-Mulheres” nos mostra um pouco dessa trajetória, é um caminho percorrido que deixou muitas marcas em nossos antecedentes, marcas profundas que também refletem em nós em nosso cotidiano.

“Uma outra mãe durante o diálogo, destacou que seria muito importante também fazer a pesquisa com os meninos e não apenas com as meninas, pois era preciso entender o motivo deles agirem daquela

forma machista. Olhou fixo para mim e disse: “[...] mesmo eu ensinando meu filho a respeitar as mulheres, volte e meia ele desrespeita a irmã e outras mulheres, é muito difícil”. Em seguida, esta explica que os contextos que ele tinha vivência influenciava muito, que só ela educando e explicando não era possível”.

(Diário de Campo, 31 de agosto de 2022).

Sendo possível, portanto, compreender em sua fala que os diferentes espaços (educativos) interferiam na forma de seu filho agir com outras mulheres. Falar de injustiças e silêncios, também é falar de uma vida marcada por dores cotidianas causadas por episódios de racismo, machismo, sexismo, dentre outros. Vilma Piedade (2017) fala sobre a dororidade que trata-se das violências que nos atingem a cada minuto, porque contém o vazio, as sombras, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. “A dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo” (PIEIDADE, 2017, p. 17).

Vilma Piedade (2017) explica que a dororidade são marcas da escravidão que ainda vivenciamos. “E, séculos depois da “Abolição”, sentimos [...] a Dor e a nem sempre delícia de se saber ou de não se saber quem é... quem somos numa sociedade mascarada pelo mito da democracia racial...” (p.18).

Descobri na pele que a abolição é uma farsa — e descobri isso sendo torturada, sendo punida por fazer uma revolução acontecer, porque lutar por direitos constitucionais é fazer revolução. Em 108 dias de prisão, vivi muitos anos, vivi muitas coisas que não desejo a ninguém. Ser preso tem muito peso, tem muito fardo. Agora tenho feridas que nunca mais vão cicatrizar. Tento pensar que tudo isso levou para um plano de evolução que eu nunca imaginei: já enfrentei meu maior pesadelo e já saí viva, de cabeça erguida (FERREIRA, 2020, p. 217).

Assim, é possível compreender sobre as dores e marcas, e também um pouco sobre os cuidados e porquês dos silêncios em certas ocasiões. Os corpos que possuem estas marcas sempre são negros. A bala perdida quase sempre encontra o corpo negro. A prisão é majoritariamente negra. A mulher silenciada é negra. A mãe é negra e esta pede respeito ao filho negro em relação à irmã negra. As pessoas que estão na margem são a maioria composta por pessoas negras. São intersecções, marcas nas vidas de meninas e mulheres negras.

“Enquanto conversava em roda com as mães e meninas no espaço do [primeiro] CaJun, percebi um olhar diferenciado da coordenação que acompanhava o convite. Arrisco-me a dizer que era

de preocupação. Em seguida, soube sobre conflitos e vidas que foram ceifadas enquanto dialogava, explicava sobre a pesquisa e tinha os assentimentos e autorizações das meninas e responsáveis. Após isso, fiquei reflexiva pensando sobre os atravessamentos que havia no território, nas vidas das pessoas que nele moravam, na minha vida”.

(Diário de Campo, 31 de agosto de 2022).

QUEM SOMOS?: MENINAS-MULHERES E HISTÓRIAS

Quem são as meninas que se disponibilizaram a falar sobre suas vivências? Essas meninas com tantas potências e com uma sensibilidade tamanha, sensibilidade esta que era possível sentir e perceber que também dentro delas habitavam outras vozes, corpos, pessoas que as acompanhavam e as guiavam. Essas meninas eram terras povoadas por muitas outras pessoas, uma superfície de conhecimento, atitudes, resistências. Sued Nunes traz isso em sua canção Povoava, que diz:

Ei, Povoada é um-un nome curioso né?
 Porque a gente sempre fala de Povoada
 Em relação à Terra né?
 A Terra é povoada
 Mas, também sou terra
 A gente também é terra de povoar

Deus te ajuda
 Deus te ajude e te livre do mal
 Te desejo tudo de bom, viu fia'? (Povoada!)
 Eu sou uma, mas não sou só, minha fia'

Povoada
 Quem falou que eu ando só?
 Nessa terra, nesse chão de meu Deus
 Sou uma mas não sou só

[...]

Povoada
 Quem falou que eu ando só?
 Tenho em mim mais de muitos
 Sou uma mas não sou só

Sou uma, mas não sou só
 Sou uma, mas não sou só
 Sou uma, mas não sou só
 Sou uma, mas não sou só

Eu sou uma, mas não sou só, 'mermo!

Povoada - Sued Nunes

Antes de começar a falar das meninas, de suas escavações e escrevivências, é preciso nomeá-las. E, para dar nomes, pensou-se com muito cuidado nos caminhos que a pesquisa e os encontros coletivos nos guiaram. Sendo assim, para preservar a confidencialidade das participantes, ao invés de usar iniciais de seus nomes ou algo descolado disso e que talvez poderia ser pouco representativo, resolvi utilizar nomes dos bairros que compõem o território de Grande São Pedro. Neste há um total de dez bairros, sendo que um chama-se São Pedro, que foi o único bairro que não se destinou como nome para as meninas e por já ter um significado

muito grande como o seu território de abrangência em si, como já observado até o momento no trabalho.

Desse modo, os demais nove nomes de bairros que constituem a região de Grande São Pedro foram utilizados para nomear as participantes e aos nomes masculinos de bairros os feminizei. Tal escolha foi feita, pois reconheço que durante todo o tempo o território se faz presente nessa pesquisa, se constituindo e se apresentando como uma importante representatividade nas vidas que lá estão. O território nos conta histórias diárias das pessoas, assim como as meninas também nos contam histórias diárias do território. A realidade do território e das meninas não são descoladas, são indissociáveis e caminham juntos e em conjunto com outros espaços educativos que se apresentam no espaço.

Neste capítulo será possível conhecer um pouco de cada menina que participou da pesquisa. Sendo assim, começo falando de **Resistência**, esta adolescente esteve em poucos encontros, mas nos poucos momentos se fazia presente, com uma fala potente e muito precisa. Resistência se considera uma menina preta, mora com a mãe, padrasto e irmãos, afirma que muito do que sabe vem do que a mãe repassou para ela. O seu sonho é ser advogada e poder ajudar outras mulheres negras que não têm muitas informações sobre seus direitos. A adolescente fala que tem uma boa relação com sua família, e que os momentos que têm conflitos são mais por causa da correria e excesso de trabalho da mãe que acaba sempre tendo mais obrigações para fazer em casa, além de trabalhar fora.

Redenção, foi uma adolescente muito participativa nos encontros, com falas muito conscientes e significativas. Redenção mora com a mãe, pai e irmãos, e sempre fala da mãe e dos irmãos com muito carinho. Seu sonho é ser digital influencer ou ter uma profissão que a torne bem-sucedida e consiga ajudar sua mãe. Ela considera-se branca devido às suas vivências diárias e não se sente muito confortável quando fala de certos assuntos que envolvem tons e cores de pele. Penso ser importante ressaltar também aqui minha leitura racial em relação à Redenção, portanto, eu, como mulher negra e pesquisadora, tenho a leitura de Redenção ser uma menina negra com a pele pouco retinta e com traços fenotípicos (cabelo, lábios, nariz) de pessoas negras.

Comdusa, mora com sua mãe, pai e irmão, explica que as pessoas de sua família se apoiam muito. A adolescente também é muito consciente em relação ao seu cotidiano nos espaços educativos e como esses podem interferir em seus sonhos. Comdusa se considera parda

e durante o momento coletivo apresentou algumas reações quanto a fala de Redenção de se considerar branca, pois adolescente têm características fenotípicas semelhantes às de Redenção, e a leitura que tem de si é como parda. O sonho de Comdusa é realizar os sonhos de sua mãe, de ter uma casa boa e bem estruturada.

Conquista é um pouco reservada e tem poucos momentos de fala. A adolescente considera-se preta, mora com a mãe, padrasto e irmão e afirma que a sua criação em relação ao irmão é muito diferente. Explica que por serem pais diferentes, o padrasto tem uma forma distinta quanto ao cuidado e diálogo em relação ao seu irmão. Conquista também vivenciou situações muito delicadas no passado em seu âmbito familiar e em outros espaços que tinha convívio. O sonho da adolescente é ter uma loja de roupas.

Santas Rainhas, assim como Conquista também é um pouco reservada e mais tímida. É muito delicada quando traz suas reflexões pertinentes aos espaços educativos que têm convívio. A adolescente considera-se parda, mora com a mãe e a avó, afirma que tem uma relação ótima com ambas e explica que não tem muito contato com o pai. Fala com muita satisfação e orgulho da ótima relação entre a avó e a mãe, dizendo ser muito feliz por isso. Seu sonho é se tornar atriz.

Ilha das Caieiras, considera-se preta, mora com a mãe e seus irmãos. Tem pouco contato com seu pai que mora em outro município. O sonho da adolescente é de ser modelo no futuro e com certa frequência fazia boas contribuições nas falas das outras meninas, trazendo lembranças importantes em relação aos espaços educativos nas quais tinham convivência.

Nova Palestina, considera-se parda, mora com a mãe, irmã e amigo da irmã. Em sua fala explica que tem uma convivência normal com a família, mas que não tem muitos momentos de conversas. Durante os grupos não se colocava muito nas falas, ficava mais observando as outras meninas falarem e, em alguns momentos concordavam com que estas falavam. Inicialmente afirmava que não tinha muitas perspectivas em relação aos sonhos, mas depois disse que queria ser igual a sua mãe que lutou para conquistar o que tem hoje. Também falou sobre tentar ser cantora ou modelo no futuro.

Santa Andréia, mora com a avó e com a prima, fala sobre ter uma relação boa com ambas. Explica que antes morava com o pai no município vizinho de Vitória, mas que decidiu morar com a avó e que atualmente não está tendo muito contato com ele. Quanto à sua mãe, a situação da convivência e contato é semelhante, esta mora em outro país e, com isso, não tem

oportunidade de conversar com ela. A adolescente afirma que o seu maior sonho é ter a sua própria família e ser advogada. Santa Andréia considera-se parda, mas em algumas ocasiões considera-se branca.

Santa Josefa, mora com sua mãe, pai e seu irmão. Sua prima é a Comdusa e elas são muito próximas, tem um convívio de muito carinho e cumplicidade, sempre uma ajuda a outra, Comdusa é como se fosse uma irmã mais velha para Santa Josefa. A adolescente, assim como Santa Andréia, considera-se parda, mas em algumas ocasiões se considera branca. Explica que seu sonho é ser médica veterinária, e que a pessoa da sua família que tem mais proximidade é a sua mãe.

Através dessa breve escrita sobre as meninas é possível observar alguns pontos, um deles é que a maior parte dos sonhos são pautados no mercado de trabalho. Segundo ponto, é que as mulheres, em sua maioria, constituem a vida das adolescentes e se fazem presentes em diferentes aspectos. Outro ponto é que as meninas sonham e pensam sobre suas vidas, sobre suas famílias e sobre outros contextos que iremos dialogar nos próximos capítulos que virão. Por último, mas não menos importante, as meninas são conscientes e que tem suas percepções sobre a vida, sobre quem são, além de se basearem em suas vivências cotidianas e ao que lhes foi repassado pelas pessoas que com elas caminham e convivem, para traçar parte de seus enfrentamentos e resistências.

As vivências na vida das meninas que comigo tecem esta pesquisa se apresentam em diversos contextos educativos, sendo estes: familiares, escolares, territorial e em distintos lugares de convivência, porque os nossos corpos são povoados e as vivências acabam também sendo povoadas. As meninas são povoadas por outras mulheres, são povoadas de experiências, povoada de saberes, povoada de sonhos e desejos que são seus ou não.

(Sobre) vivências da margem: as mulheres que nos constituem

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha (GONZÁLEZ, 2020a, p.74).

Para iniciar esse diálogo, começo apresentando aqui algumas histórias contadas pelas meninas no primeiro encontro coletivo, no qual girava em torno da temática de mulheres que as inspiraram. Dentro disso, as meninas trouxeram algumas artistas, falando um pouco das

histórias destas, como: IZA, Any Gabrielly, Budah e muitas outras. Estas artistas têm uma relação de vivência semelhante com as das meninas, todas tinham sonhos e uma história de vida que também atravessava por dificuldades e enfrentamentos que envolvem racismo e, em certas ocasiões, voltadas a questões financeiras delicadas, quase sempre passando no limite. Após trazerem as artistas, algumas meninas falaram sobre mães e avós e o quanto estas as inspiravam.

“Marcada por uma infância a qual não teve, pois precisava cuidar da mãe doente e também acordar cedo para trabalhar na feira, realizando trabalhos de carregar as compras e outros pesos. Cobrava valores baixíssimos para conseguir ter no final do dia o suficiente para comprar o básico, essa era uma parte da vivência da mãe de Redenção.

Tinham dias que a fome apertava e em sua casa apenas havia açúcar, água, trigo ou biscoito. Com isso, a mãe de Redenção traçou uma meta com o objetivo de correr atrás de seus sonhos e, como muitos já diziam: “dar um jeito de ser alguém na vida”. Precisava sair da situação que se encontrava.

Ainda jovem, a mãe de Redenção partiu da Região do Nordeste do Brasil para o Espírito Santo com um sonho: arrumar um bom emprego e estudar. Seu objetivo era fazer algum curso para se qualificar e ter uma vida minimamente digna. O que a mãe de Redenção não esperava era que a rotina diária de uma pessoa que vem tentar a vida em outro estado, sendo mulher, negra e pobre, não seria simples e nem fácil.

Como estava sozinha acabou pegando o primeiro trabalho que surgiu, pois precisava se sustentar. Infelizmente, a mãe de Redenção não conseguia trabalhar e estudar, como havia planejado, devido a carga horária extensa de trabalho e por precisar ter o mínimo para sobrevivência que era uma moradia e alimentos, acabou se envolvendo nos trabalhos e os estudos foi ficando para uma outra hora.

Com a rotina da vida, a mãe conheceu o seu pai que logo em seguida engravidou de Redenção. Ambos, pai e mãe, precisariam ver meios de cuidar da criança que estava para vir, se juntaram e foram

tentando viver a vida. Depois de um tempo a mãe de Redenção conseguiu um emprego melhor... Mas os estudos continuaram ficando para outra hora... Um dos sonhos da mãe de Redenção, agora, era que os filhos conseguissem estudar, pois eles precisam ser...”.

(História da mãe de Redenção).

“A avó de Santas Rainhas morava na região do Nordeste do Brasil, era muito simples e quase não tinha roupas, o dinheiro era apenas para comprar o básico que era voltado aos alimentos de casa. A avó era o exemplo de casa, fazia tudo certo e quando ocorria qualquer deslize nas tarefas ou rotinas era punida de alguma forma.

Um certo dia, ela resolveu mudar sua vida e veio para o Espírito Santo, onde passou por muitas dificuldades e por um tempo viveu em situação de rua. Com muita luta conseguiu construir a sua casa. Não era uma casa como os casarões que costumava limpar quando era uma jovem adolescente e ainda ganhava uma miséria pelo seu trabalho, mas era um lugar para ser chamado de lar, no qual tinha muito orgulho de ter conseguido conquistar erguer cada tijolo com seus esforços.

Hoje a avó de Santas Rainhas é feliz pela a vida que tem, pelo básico que é ter um teto, comida e por ter uma pasta de dente em casa, porque antes não tinha como comprar. Atualmente, a única coisa que deixa a avó com medo é a violência, e recorrentemente fala que se sentia mais segura na Região do Nordeste do Brasil”.

(Histórias da avó de Santas Rainhas).

Aqui escolhi duas histórias que mais me marcaram, até mesmo pelos detalhes dados por Redenção e Santas Rainhas. As duas falavam com propriedades como se estivessem presentes, vivenciado aquela época junto da mãe e da avó. Tais histórias também me fizeram lembrar histórias semelhantes e com diferentes desfechos de pessoas que conhecia ou que fazia parte do meu convívio em certo momento de minha vida.

Todas as meninas tinham histórias de suas mães e avós para contar, e todas eram marcadas por não ter o básico para a sobrevivência, com histórias do passado marcada por muitas dificuldades e por pessoas que não acreditavam que essas mulheres conseguiriam algo, mas também por pessoas que acreditavam. Nestas histórias, infelizmente, havia violências de todos os tipos, sendo estas físicas, morais ou até mesmo sexuais. Eram vivências carregadas de dores e de situações que colocavam as mães e avós em posição de serventia, contudo, nestas vivências também cabiam pequenas e grandes vitórias.

Não nasci pra te servir, nem te ouvir
 Eu sou canto de Zumbi, resistir
 A desumanização desde a colonização
 É que faz tua condição no meu chão

Hoje sei do meu valor, negro amor
 Me levanto junto a voz dos irmãos
 Pra fazer reparação
 Deve haver na nossa mão
 A riqueza, fruto da nossa dor

A conduta dos meus filhos
 Será fogo nos racistas
 Não tem nota de repúdio
 Nem lamento a nossa morte

É o povo preto que se move
 No grito de libertação

Não sou teu negro
 Eu digo: Não sou teu negro
 Não sou teu negro
 Eu digo: Não sou teu negro

Nós somos força, trabalho
 Riqueza e poder
 Não sou teu nego, porra

[...]

Não Sou Teu Negro – Caio Prado

A margem. Ouvindo as histórias muitos conceitos me atravessavam, mas eu quase podia ver bell hooks olhando fixamente nos meus olhos e dizendo: “isso é sobre a margem”. Tais histórias eram sobre ser menina-mulher (sobre)viventes da margem. Essa margem que trago aqui de bell hooks (2019b) significa ser parte de um todo, entretanto estar fora do escopo principal.

Grada Kilomba (2019) ao contextualizar o conceito de margem trazido por bell hooks, dialoga dizendo que, quando estamos na conjuntura de marginalização, nós, mulheres negras e homens negros, observamos a realidade tanto “de fora para dentro” quanto de “dentro para

fora”, focando a atenção tanto no centro como na margem. A necessidade dessa consciência em entender ambas as situações (centro e margem) se torna primordial para a nossa (sobre)vivência.

As situações que a avó de Santas Rainhas e a mãe de Redenção são situações que escutamos em diferentes corpos. São modos de compreender como nos veem e os meios que precisamos traçar para conseguir (sobre)viver em conjunturas atravessadas pelos racismo, machismo e outras opressões cotidianas que nos dilacera e que nos coloca em um lugar de serventia.

O deslocamento entre margem e centro traz para nós a condição de entendermos como funcionam os fluxos entre esses dois contextos. bell hooks (2019c) dialoga conosco sobre como nos movimentamos diante da margem e o centro por meio da linguagem, por exemplo, explicando que a “linguagem me permitiu cursar uma pós-graduação, escrever uma dissertação, falar em entrevistas de emprego, ela carrega o cheiro da opressão. A linguagem também é um lugar de luta” (p.3).

A linguagem que bell hooks nos traz é uma linguagem que se adapta e recorre ao centro mesmo sendo da margem, compreendendo a realidade “de fora para dentro” e “de dentro para fora”, explicitando que, para que se possa lutar e existir em outros locais, “devemos todos criar espaços dentro dessa cultura de dominação, se quisermos sobreviver inteiros, com nossas almas intactas. Nossa presença é uma ruptura” (hooks, 2019c, p.7).

Onde quer que vamos, há pressão para silenciar nossas vozes, cooptá-las e enfraquecê-las. Principalmente, claro, porque não estamos lá. Nós nunca "chegamos" ou "não podemos ficar". De volta àqueles espaços de onde viemos, nos matamos em desespero, nos afogando no niilismo, presos na pobreza, no vício, em todas as formas pós-modernas de morrer que podem ser nomeadas. No entanto, quando somos poucos nesse "outro" espaço, muitas vezes estamos isolados demais, sozinhos demais. Nós também morremos lá. Aqueles de nós que vivem, que "fazem", apaixonadamente se apegam a aspectos daquela vida "descentrada" que não pretendemos perder enquanto simultaneamente buscamos novos conhecimentos e experiências, inventamos espaços de abertura radical. Sem esses espaços, não sobreviveríamos (hooks, 2019c, p. 7-8).

No centro, podemos entrar apenas na posição de prestador de serviços, podemos viver lá, mas teremos de retornar à margem, voltando “até às barracas e casas abandonadas na periferia da cidade” (hooks, 2019b, não paginado), isso porque é necessária a consciência de nossa marginalidade para se fazer oposição. A margem aqui, então, não se apresenta apenas como um espaço de privação, perda e periferia, mas sim como um lugar que nos promove a capacidade de resistir à opressão, transformando e criando mundos alternativos e novos discursos (KILOMBA, 2019).

A forma que a mãe de Redenção e a avó de Santas Rainhas tiveram, foram mudando-se e ocupando outros espaços, ainda periféricos, mas sempre estavam transitando entre a margem e o centro. Compreendendo sobre ambos espaços e criando novos discursos e formas de resistir à opressão. A oralidade torna-se uma ferramenta potente para a mãe de Redenção e a avó de Santas Rainhas que a usam para trazer suas vivências como uma forma de criar mundos alternativos e outras vivências.

Essa sensação de integridade, impressa em nossa consciência pela estrutura de nossas vidas diárias, nos proporcionou uma visão de mundo oposta — um modo de ver desconhecido para a maioria de nossos opressores, que nos sustentou, nos ajudou em nossa luta para transcender a pobreza e o desespero, fortaleceu nosso senso de identidade e nossa solidariedade (hooks, 2019c, p. 10).

As (sobre)vivências diárias marcam nossa trajetória, nossa forma de ser e existir nos dias atuais. Cada movimento do passado reflete hoje em nós que somos (sobre)viventes, resistentes e existentes em espaços que ainda se faz necessário lutar para estar e permanecer neles. Nossa cor, nosso gênero, o lugar do qual viemos causam incômodos à sociedade padrão eurocêntrica. “Lutar pela sobrevivência significa [...] não deixar as suas crianças irem à escola porque, também elas, têm que ajudar nessa luta pela sobrevivência” (GONZÁLEZ, 2020b, p.41).

Lélia González (2020b) apresenta, em seus escritos, o futuro que aguardava os que (sobre)vivem, as impossibilidades de oportunidades diante de uma sociedade racista que estereotipa a população negra. Nessa visão estereotipada e racista, dos jovens negros esperava-se a incapacidade, a irresponsabilidade. Das jovens negras, esperava-se o trabalho doméstico ou então a prostituição.

Após a *abolição da escravatura do Brasil*¹⁰, por exemplo, quando muitos pensariam que seria o fim de um sistema cruel, injusto e humilhante, tornou-se anos de lutas das pessoas negras contra o racismo *pós abolição*, conforme afirma Neusa Santos Souza (2021). Nesse traçado histórico de lutas contra as injustiças, a população negra, sobretudo, as mulheres negras, eram as pessoas que se encontravam nas situações mais delicadas.

De acordo Pereira (2011), durante o período de escravidão, o modelo de regulação das relações entre senhoras e mulheres escravizadas eram forjadas por meio da dominação de

¹⁰ Escrevo em itálico, pois sabe-se que tal condição e a forma como o processo se deu trouxe muitas consequências negativas para a população negra que teve que viver trabalhando de forma informal, em subempregos, sem quaisquer assistências e garantias do Estado.

classes, de forma a estabelecer padrões de inferioridade e superioridade. No entanto, com o término da escravidão, novas composições foram criadas para que as mulheres se mantivessem na realização das mesmas atividades, deixando de serem escravas domésticas para serem empregadas domésticas. A partir disso, é percebido como a personagem feminina, durante a história, sempre esteve submetida aos senhores e senhoras ou, melhor dizendo, à Casa Grande.

Mesmo com o fim da escravidão, as heranças deixadas perpetuaram, e ainda se perpetuam nos cotidianos das experiências de vida de mulheres negras. Um exemplo dessas conjunturas complexas que colocavam as mulheres negras como um ser aquém era o processo de educação para meninas negras que se deu após a *abolição da escravatura*. Crianças livres do sexo feminino, nascidas de mães escravizadas não tinham a oportunidade à educação, a prática educativa era hegemonicamente voltada ao público masculino. As pessoas que eram responsáveis pela educação das meninas não tinham direito de receber salários, sendo, portanto, voluntárias. Com isso, muitos foram os enfrentamentos de adversidades para que as meninas negras tivessem permanência e acesso à escola (FONSECA, 2002).

Pensando nisso, é possível refletir a respeito dos múltiplos processos educativos vivenciados pelas meninas e mulheres da época que também podem ter fomentado a prática do silenciar, visto que, naquele período, mulheres e meninas viviam em situação de submissão e muitas de suas práticas eram voltadas para um trabalho pautado em continuar existindo em meio às adversidades, ou seja, sobrevivendo.

Ainda nesse contexto de tempo, havia também uma preferência nas realizações de trabalhos em que crianças negras eram as principais escolhidas para execução, pois, por serem pequenas, facilitava para que o patrão tivesse maior controle sobre elas, ao contrário, se fosse uma pessoa adulta negra que tivesse vivenciado as punições que aludissem à escravidão de perto, provavelmente, não se sujeitaria a certos comandos. Havia, portanto, diversas denúncias, naquela época, relacionados aos excessos no contexto *pós abolição*, no que se refere a abusos que variavam de agressão física até defloramento (SOARES, 2011).

Às meninas, eram em sua maioria ocupações designadas ao ambiente doméstico, incluindo serviços de amas secas, cuidar de crianças, lavar e passar roupas, entre outras atividades. [...] Aos meninos, ao contrário das meninas, não se restringiam apenas ao âmbito doméstico, se concentravam em sua maioria no comércio. Eram variados os ofícios relacionados aos meninos: caixeiros do comércio em geral; copeiros; entregador de pão em sacos; balconista de padaria, botequim e taverna; operários de fábricas; ajudante de cozinha; aprendizes de diversos ofícios e outras atividades (SOARES, 2011, p. 368).

Ao percorrer de forma breve a história das mulheres e meninas negras da margem, é possível notar como estas foram e ainda são invisibilizadas e silenciadas, no sentido de não pertencer a muitos espaços, ou melhor dizendo, fazendo parte do centro que bell hooks (2019c) descreve, a partir de uma prestação de serviço. Nesse contexto também observamos a avó de Santas Rainhas e a mãe de Redenção, mulheres negras fazendo parte do centro sempre em situação de subordinação e serventia.

Assim, podemos ver as distinções das mulheres e meninas da margem em relação às do centro, por exemplo, quando se fala sobre o mito da fragilidade feminina. A proteção paternalista dos homens compareceu sobre as mulheres (CARNEIRO, 2001), mas quais eram essas mulheres? Mulheres negras não se faziam presentes nesse discurso.

Da mesma forma quando disseram que mulheres precisavam trabalhar. Quem eram essas mulheres que precisavam trabalhar? Porque mulheres negras, como descrevemos e como nos contam Santas Rainhas sobre sua avó e Redenção sobre sua mãe, sempre trabalharam desde meninas. “Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...” (CARNEIRO, 2001, p.2).

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2001, p.1).

A partir desse contexto, podemos trazer Patricia Hill Collins (2019) que dialoga sobre as imagens de controles que foram atribuídas às mulheres negras. Tanto nas histórias de vida da mãe de Redenção quanto da avó de Santas Rainhas atravessam tais imagens de controle. “Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (COLLINS, 2019, p.136). As principais imagens de controle que trarei são: de *mammy*, da matriarca e da mãe dependente do estado, mas também há muitas outras constituídas em nossa sociedade.

A primeira, a da *mammy*, seria a serviçal e obediente, cuidadora das famílias brancas e que aceita a condição de subordinação, ou seja, simbolizando a mãe negra “boa”. Por sua vez, a imagem de controle da matriarca seria a que representa a mãe negra “má”, esta era vista como uma pessoa que colabora para as adversidades sociais na sociedade civil negra, pois por não

passarem muito tempo em casa por ter que trabalhar fora, não conseguia acompanhar de forma adequada os filhos e filhas, contribuindo de modo significativo para o fracasso escolar das crianças. Além disso, estas eram consideradas “excessivamente agressivas e não femininas, as matriarcas negras eram supostamente castradoras de seus amantes e maridos. Esses homens, compreensivelmente, abandonavam suas parceiras ou se recusavam a se casar com as mães de suas filhas e filhos” (COLLINS, 2019, p. 145).

O que é possível visualizar, portanto, é que as mulheres matriarcas são culpadas por mulheres e homens brancos pelo fracasso de seus filhos na escola e perante a lei, além de serem responsabilizadas pela pobreza das crianças negras. “Recorrer a imagens de mães negras ruins para explicar a desvantagem econômica de quem é negro vincula a ideologia de gênero à distribuição desigual de renda que caracteriza o capitalismo” (COLLINS, 2019, p. 147).

Tal perspectiva desvia a atenção das desigualdades políticas e econômicas que caracterizam cada vez mais o capitalismo global. Também sugere que qualquer pessoa é capaz de sair da pobreza se for criada com bons valores. Condições inferiores de moradia, escolas subfinanciadas, discriminação no emprego e racismo nas relações de consumo são praticamente desconsiderados da vida das mulheres negras (COLLINS, 2019, p.147).

Resistência, também fala sobre a situação de sua mãe em um momento individual, que se assemelha com a imagem de controle de matriarca, na qual ela fala em certo: *“às vezes na minha família tem conflitos, mas é porque minha mãe faz muita coisa. Ela trabalha fora e é minha mãe que tem que fazer mais coisas dentro de casa também”* e completa quando fala sobre o que deseja fazer no futuro, dizendo: *“[...] eu quero ajudar as mulheres que precisam porque sempre as mulheres acabam sendo diminuídas e saem de forma errada”* (Diário de Campo, 03 de novembro de 2022).

Percebo no olhar de Resistência que quando ela fala sobre ajudar mulheres que precisam, ela não fala apenas de todas outras mulheres. Sinto que em meio destas mulheres também há sua mãe incluída, que sempre faz tudo pela família e mesmo assim é vista como errada perante a sociedade, pois trabalha demais e porque mesmo tentando fazer o máximo dentro de sua casa, nunca seria o suficiente para um contexto que sempre querem culpá-las.

Em meio das imagens de controles das *mammies* e das matriarcas, há também uma outra terceira imagem de controle significativa e que atravessa as vidas de muitas das responsáveis das meninas participantes, esta seria da mãe dependente do Estado. Tal imagem de controle tinha o olhar voltado também a classe, e é “desenvolvida para mulheres pobres de classe

trabalhadora que fazem uso dos benefícios sociais a que têm direito por lei” (COLLINS, 2019, p. 149).

Quantos foram os momentos que eu como trabalhadora do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), conversava com mulheres, mães solas ou não, avós de meninos e meninas atendidos pelo CaJun, nas quais muitas vezes estas se sentiam envergonhadas por fazerem uso dos benefícios socioassistenciais, algo que é garantido por lei.

Essa imagem de controle, essencialmente uma versão atualizada da imagem da mulher procriadora inventada durante a escravidão, fornece uma justificativa ideológica para as tentativas de atrelar a fecundidade das mulheres negras às necessidades de uma economia política em transformação. Durante a escravidão, a imagem da mulher procriadora retratava que as mulheres negras como as mais adequadas para ter filhos que as brancas. Ao alegar que as mulheres negras eram capazes de ter filhos tão facilmente quanto os animais, essa imagem forneceu justificativa para a interferência na vida reprodutiva das africanas escravizadas. Os proprietários de escravos queriam que elas “procriassem” porque a cada criança escravizada que nascesse representava uma propriedade valiosa, uma unidade de trabalho a mais e, se fosse mulher, a perspectiva de mais escravos. A imagem de controle da mulher procriadora serviu para justificar a intromissão dos proprietários de escravos nas decisões das mulheres negras sobre sua fecundidade (COLLINS, 2019, p. 150)

Através desse panorama, podemos compreender sobre as imagens de controles que são destinadas às mulheres negras, estas contribuem para que possamos entender o processo de naturalização violenta do racismo, da pobreza e miséria vinculadas de forma forçada às mulheres negras e a população negra como um todo. Lélia González (2020a, p. 69) exemplifica o racismo e as posições que nos coloca refletindo que:

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados.

“Filho de peixe, peixinho é” (GONZÁLEZ, 2020a, p. 69), essa frase é principalmente quando os corpos são negros, visto que já há diferentes pressuposições do que se pode esperar e, com isso, se tem uma visão destes sujeitos através de uma lente do preconceito, racismo e estigmas sociais. Santas Rainhas também nos trouxe uma outra situação de racismo que ocorreu com sua avó, onde sempre acham que ela é babá de sua prima que é branca.

O que vemos aí é mais uma vez a mulher negra sendo associada como uma condição de serventia. É possível se atentar que tal conjuntura de colocar a mulher negra em lugar de

serventia e de fazer tudo para todos tem um grande rastro desde a história de escravidão. As mulheres negras sempre estiveram naquela época atreladas à Casa Grande por meio de trabalhos domésticos e submissão. Nunca lhes restaram muitas outras opções, como a possibilidade de estudo, por exemplo. Visando apenas sobrevivência, as mulheres negras transitavam entre o centro e a margem o tempo todo. Walker (1994) salienta que

[...] mulheres negras são chamadas, no folclore que tão aptamente identifica o status de alguém na sociedade, de “a mula do mundo”, porque carregamos os fardos que todas as outras pessoas - todas as outras pessoas - se recusaram a carregar. Nós também fomos chamadas de “Matriarcas” e “Supermulheres” e “Cadelas cruéis e malvadas”. Isso sem mencionar “Castradoras” e “Mãe da Sapphire”. Quando imploramos por compreensão, nosso caráter foi distorcido; já pedimos que simplesmente se importassem e recebemos clamores inspiracionais vazios, e depois empurradas para o canto mais distante possível. Quando pedimos por amor, recebemos crianças. Em suma, até nossos dons mais simples, nossos trabalhos de fidelidade e amor, foram enfiados em nossas goelas (WALKER, 1994, p.4).

Durante essa trajetória das mulheres negras, também podemos contemplar que estas vão traçando meios para que esse caminho fosse diferente para as suas filhas e seus filhos. As *mammies* tinham as suas formas de sobreviver no seu cotidiano e por questões de sobrevivência econômica, as mulheres negras domésticas precisavam cumprir o seu papel de *mammy* em locais de trabalho remunerado com as famílias e nos bairros que atuavam. No entanto, embora estas mulheres tivessem uma atitude de deferência no trabalho e com os seus empregadores, o ensino e a criação que transmitiam para com as suas filhas e seus filhos era voltado a um desencorajamento de serem deferentes para com as pessoas brancas, com um movimento de não incentivar o exercício do trabalho doméstico e a servidão (COLLINS, 2019).

Do mesmo modo, nas falas das meninas, vimos essa forma diferente de transmitir em relação às suas responsáveis, onde há um movimento de ensinar outros caminhos, seja por meio dos estudos e/ou outros investimentos que forem necessários para que as filhas e netas tenham uma realidade diferente do que as delas. Redenção ao falar da trajetória de sua mãe, explica que ela sempre a orienta e, igualmente, a adolescente também descreve a sua visão em relação a situação que mãe se encontra no presente momento, dizendo:

“[...] eu penso em fazer diferente de minha mãe, não que ela tenha feito errado. Hoje minha mãe só trabalha para conseguir pagar as contas. Hoje eu também tenho mais oportunidades que ela e preciso aprender [...] minha mãe conseguiu muitas coisas, mas ela fala que infelizmente não conseguiu chegar no objetivo de vida dela”.

(Diário de Campo, 24 de outubro de 2022).

O que vimos nessa caminhada são mulheres negras sendo as principais provedoras de sua família, não somente de forma financeira, mas também no cuidado desta. E de um modo incansável e nunca suficiente para a sociedade. Foram necessárias muitas lutas para que a realidade de mulheres negras fossem transformadas e, mesmo assim, ainda tem um longo caminho para trilhar, pois há muitos reflexos do passado no presente.

Uma das pessoas envolvidas com enfrentamento e lutas constantes em relação a mulher negra foi Sojourner Truth. Ela foi uma mulher negra com uma longa jornada da escravatura até a liberdade, proferiu seu famoso discurso “*Não sou uma mulher?*” na *Women’s Rights Convention* em Ohio, Estado Unidos (hooks, 2019a). Nesse discurso, ela contesta a construção de mulher universal que é relacionada basicamente a um único padrão, sendo este branco. Em sua declaração, Truth verbaliza:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014, não paginado).

Durante a declaração de Truth, houve momentos em que homens declararam não acreditar, de fato, que ela fosse uma mulher, a desprezando e desrespeitando a sua natureza feminina negra (hooks, 2019a). Situações como essas colocam nós, mulheres negras, como um ser qualquer, sem validação, que não tem desejos ou até mesmo sem sentimentos, “definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza”, condicionando-nos a um lugar de inferioridade (GONZÁLEZ, 2020a, p.128).

A partir dessa manifestação de Truth, importantes questões tornam-se visíveis no que diz respeito à mulher negra, principalmente em relação ao feminismo hegemônico que acabava sendo excludente, universalizando mulheres ao não pensar nos atravessamentos da raça, classe e outras conjunturas que foram colocadas em segundo plano ou sequer elencadas.

Através da consciência da marginalidade, é possível começar a luta dentro da própria comunidade, da margem. E isso é o que as mães e avós das meninas tem feito por meio da

verbalização, da oralidade e contação de suas histórias. Os espaços educativos dentro do âmbito familiar mostram muitas coisas para as meninas e estas, de certo modo, conseguem ter uma noção através do que viam em suas casas e na sua família, possibilitando um olhar diferenciado em relação a vivência das mulheres negras que as constituem, de forma que elas possam traçar ou escolher caminhos para trilhar.

bell hooks (2019c) salienta que o objetivo dela não é romantizar a marginalidade na qual os oprimidos vivem distantes de seus opressores, mas sim fomentar que a margem é um local de opressão, mas também é um local de resistências. E é por essas lutas e resistências que nós, mulheres negras, contamos também nossas histórias, não sendo apenas espectadoras de outras pessoas que a contam onde, muitas vezes, mencionam a margem apenas como um lugar de privação e de feridas.

ENTRE BECOS E VIELAS: INTERSECÇÕES NAS VIDAS E SONHOS DAS MENINAS NEGRAS

Para a menina

Desmancho as tranças da menina
e os meus dedos tremem
medos nos caminhos
repartidos de seus cabelos.

Lavo o corpo da menina
e as minhas mãos tropeçam
dores nas marcas-lembranças
de um chicote traiçoeiro.

Visto a menina
e aos meus olhos
a cor de sua veste
insiste e se confunde
com o sangue que escorre
do corpo-solo de um povo.

Sonho os dias da menina
e a vida surge grata
descruzando as tranças
e a veste surge farta
justa e definida
e o sangue se estanca
passeando tranquilo
na veia de novos caminhos,
esperança.

(Conceição Evaristo, 2017)

Durante todo o texto diálogo com situações de opressões interseccionais. A necessidade de compreender como essas opressões se entrecruzam nas diversas histórias e modos de vidas se tornam urgentes e precisas. Quando não abarcamos as distintas formas de vivências, podemos impulsionar para que um público em específico fique de escanteio. Com isso, se enveredar na perspectiva interseccional proporciona o fomento de se vislumbrar tais opressões interseccionais que marcam tantas vidas negras, sobretudo, de meninas-mulheres negras. Minha principal referência teórica para discutir sobre tal conceito será a autora Carla Akotirene, mas trarei outras para compor o diálogo sob a perspectiva interseccional e sobre as vivências das meninas que virão nos próximos capítulos.

Ouvir as meninas negras e periféricas é ouvir também suas vivências permeadas pelas opressões de gênero, raça, classe e outras estruturas que as atravessam e as constituem. Oyerónke Oyèwùmí (2020) quando pontua sobre gênero destaca que “gênero não pode, de forma alguma, ser pensado à parte de raça e classe” (p.99). Isso se dá, pois por muitas vezes,

mulheres negras foram incorporadas em discursos distantes de sua realidade, o que demonstra que o gênero afeta diferentemente mulheres brancas e não brancas, tornando as mulheres negras invisíveis em diversos contextos (KILOMBA, 2019).

Kilomba (2019) pontua que as experiências que mulheres negras vivenciam, bem como suas histórias de vida, envolvem interações entre raça e gênero, sendo difícil determinar, especificamente, o impacto de cada estrutura separadamente na vida destas, pois ambas sempre estão entrelaçadas. E, devido a essa mutualidade entre raça e gênero, surge o “[...] mito da mulher *negra* disponível, o homem *negro* infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal [...]” (KILOMBA, 2019, p. 94).

É através do entendimento de que raça, gênero e classe são indissociáveis (DAVIS, 2016) que se percebem as diferentes formas de opressões que uma pessoa pode vivenciar e o cruzamento de dois ou mais eixos, assim se pauta a perspectiva interseccional. A pensadora Lélia González, mesmo sem fazer o uso do termo interseccionalidade, dialoga sobre os desafios encontrados por mulheres não brancas, articulando, portanto, gênero, classe e raça (GONZÁLEZ, 2020a).

A sistematização do conceito interseccionalidade foi realizada pela advogada Kimberlé Crenshaw (2002) que descreve que a interseccionalidade é

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (p.177).

Carla Akotirene (2020) explica que a interseccionalidade é sobre a identidade de que participa o racismo capturado por outras estruturas. Através dela podemos descortinar o encontro das estruturas e a comunicação simultânea das avenidas identitárias¹¹. Tais composições estruturais colocam mulheres negras, por exemplo, em situações diversas de subordinação (AKOTIRENE, 2020).

¹¹[...] diversas avenidas, em cada uma das quais circula um desses eixos de opressão. Em certos lugares, as avenidas se cruzam e a mulher que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a (PISCITELLI, 2008, p.267).

As avenidas identitárias são diversas e cada qual transporta eixos de opressões que se cruzam. As mulheres negras e meninas negras se encontram nesses entrecruzamentos de fluxos e são convergidas contundentemente por eles (AKOTIRENE, 2020).

A interseccionalidade tenciona dar instrumentalidade teórico-metodológica à indissociabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado¹² que produzem as avenidas identitárias nas quais mulheres negras são continuamente convergidas pela sobreposição e cruzamento de raça, gênero, classe e modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2020).

Nas histórias de meninas negras, de mulheres negras, considerarmos as estruturas que permeiam suas vidas torna-se importante para desvelar de forma compreensiva suas vivências. O racismo atinge os corpos e as histórias de mulheres negras de modo interseccional. Um exemplo disso, eram os estupros rotineiros e constantes que as mulheres negras sofriam quando trabalhavam nas lavouras, sendo estes utilizados como ferramenta de subordinação, punição e também como forma de desmoralizar seus companheiros, reduzindo-as como fêmeas (DAVIS, 2016).

A interseccionalidade nos apresenta, portanto, mulheres negras situadas em avenidas distantes da cisgeneridade branca heteropatriarcal. Nessas avenidas, encontram-se mulheres de cor, terceiro mundistas, lésbicas, que foram capturadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre a postos a excluir subjetividades e identidades complexificadas (AKOTIRENE, 2020). São corpos que destoam, onde as opressões os atingem em suas vivências diárias de forma violenta.

Corpos e vivências no território: caminhando entre rastros históricos

“Era um dia daqueles que todos costumavam ficar em vigilância, os dias nos bairros do Território da Grande São Pedro não

¹² “O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. A despeito do gênero atribuído socialmente, pessoas não-cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anatômicas instituídas” (AKOTIRENE, 2020, p.67).

estavam tranquilos. Eu via a preocupação estampada nos rostos de meus colegas de trabalho. Algumas crianças e adolescentes contavam sobre alguns acontecimentos que tinham ocorrido nos dias anteriores próximos às suas moradias.

Não eram dias tranquilos!

Fazia um atendimento com uma mãe de uma criança do CaJun, constantemente esta se assustava com os barulhos distintos que ocorriam no espaço. Eu também me assustava e ria para descontraír. Descontraír o medo, descontraír a preocupação, para descontraír...

Não eram dias tranquilos!

Finalizo o atendimento e acompanho as atividades e brincadeiras desenvolvidas na quadra que são interrompidas pelo barulho de helicóptero sobrevoando e tiros! Eu e meus colegas de trabalho logo nos mobilizamos para resguardar as crianças, adolescentes, nos resguardar, resguardar vidas...

Não eram dias tranquilos!

No dia seguinte, mais um dia em vigilância. Meus colegas de trabalho me chamam e pedem para conversar com uma menina negra que chorava, outras meninas negras estavam em volta no intuito de consolar esta que chorava. Ela chorava a perda de um familiar que, no dia anterior, havia sido assassinado enquanto brincava no CaJun.

Não eram dias tranquilos! Eram dias de luto e de luta”.

(Memórias e História de vivência de uma Psicóloga).

Houve momentos nos encontros coletivos e nos individuais, que começamos a falar sobre o território, um local no qual as meninas e suas famílias viviam a maior parte do seu dia. Eu meio que imaginava que assuntos voltados à violência e conflitos de um bairro com outro viriam à tona. Contudo, outros assuntos emergiram e se destacaram em meio às narrativas das

meninas, tais conjunturas atravessavam por opressões que atingiram seus corpos de forma mais contundente.

[...]

Eu sou um corpo, um ser, um corpo só
 Tem cor, tem corte
 E a história do meu lugar, ô
 Eu sou a minha própria embarcação
 Sou minha própria sorte

[...]

Cada rua dessa cidade cinza
 Sou eu
 Olhares brancos me fitam
 Há perigo nas esquinas
 E eu falo mais de três línguas

Um Corpo no Mundo – Luedji Luna

O território, portanto, trazia muitas vivências para as meninas e, como já mencionado, seria algo indissociável de suas vidas. A partir disso, penso ser significativo lançar mão da relação deste para com as participantes, sendo assim, é importante citar que há algumas concepções de diferentes autores e autoras no que se refere ao termo território, uns se assemelham, outros nem tanto. Com isso, tentarei trazer as que mais se coincidem com as histórias trazidas pelas meninas.

O autor brasileiro Milton Santos faz importantes contribuições referente ao conceito de território. Para o Santos (1999) o território precisa ser compreendido como território usado, e não o território em si, baseando-se em sua extensão e delimitação de terra. Nesse sentido, o território usado seria o chão mais a sua identidade, e a identidade é o “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p.8).

Baseando-se nisso, Milton Santos lança mão da identidade do território, pois o associa ao sentimento de pertencer e a identidade, explicitando a questão que o uso do território envolve reconhecer os agentes e sujeitos, bem como as suas diferentes formas de usos. Assim, entende-se que o território não é estático, pois nele há os seus significados e usos alterados pela forma de dinâmica social que redefinem as relações de poder (simbólicas e/ou materiais) entre os seus espaços e grupos sociais (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013).

Ao perguntar para as meninas sobre suas vivências neste território, estas se olhavam e em suas trocas de olhares, foi possível compreender que nesse lugar tinha alguns

atravessamentos significativos em suas vidas. Pareciam preocupadas sobre e como abordar determinado assunto que o envolviam. Falaram sobre o tráfico, mas era perceptível que havia outra situação que mais as incomodava. Insisti e perguntei: “*o que vocês gostam aqui nesse território e o que vocês acham que poderia melhorar?*”. De repente Santa Andréia falou, como se escapasse de sua boca: “*Ah, os homens assediadores*” (*Diário de Campo, 24 de outubro de 2022*). Imediatamente outras meninas começaram a falar sobre casos que souberam, viram ou que ocorreram com elas ou com conhecidas.

“Certo dia, Redenção estava andando de bicicleta com sua amiga. Em um determinado momento, sem se darem conta, as duas acabaram indo para um lugar menos movimentado, mas ainda assim era próximo da casa de Redenção.

Ao perceberem que estavam neste lugar quieto e com pouca movimentação, ambas decidiram sair logo de lá, pois ficaram com receio de ocorrer algo. De repente, quando Redenção e sua amiga estavam voltando, surgiu um homem pegando nas partes íntimas dele e falando coisas obscenas para ela e a amiga.

Com medo e desespero para sair daquela situação, Redenção chutou o homem que caiu no chão e ela e sua amiga subiram na bicicleta e foram direto para casa. Logo ao chegar em casa, contou a situação para a sua mãe, que informou que avisaria sobre ocorrido para os “meninos da boca”¹³, mas por fim, acharam melhor deixar a situação para lá, temendo dar mais conflitos.

A mãe de Redenção, muito preocupada e com medo, pediu para que a filha ficasse um tempo sem passar pelo local e para ficar ainda mais atenta às situações como estas”.

(História de vivências de Redenção).

¹³ Meninos da boca ou do movimento é uma expressão designada por quem reside nas comunidades periféricas quando querem falar de pessoas do gênero masculinos que são envolvidos com tráfico de drogas dentro do território.

“Outro dia, Santa Andréia estava saindo do CaJun e indo para sua casa e em certo momento um homem começou a ir atrás dela, falando muitas coisas obscenas e a chamando de gostosa.

Santa Andréia com medo, começou a andar mais rápido e cada vez mais rápido, até que se deu conta que a voz do homem havia parado. Ao olhar para trás, não tinha mais ninguém, a única coisa que estava presente com ela era o seu medo”.

(História de vivências de Santa Andréia).

Após esses relatos de vivências de Santa Andréia e Redenção, em dado momento, olhava ao redor e observei que havia uma intensidade ainda maior sobre o que as meninas comentavam sobre os constantes casos semelhantes. Até que de repente perguntei: *“isso ocorre sempre, quase todos os dias?”*, após fazer essa pergunta eu mesma pensei e refleti sobre minha trajetória de vida de menina e de mulher negra, eu meio que já sabia qual seria a resposta das meninas. Imediatamente, todas disseram que sim e Santa Andréia enfatizou: *“quando estou indo pra casa, quando tô indo pro mercado, em qualquer lugar”* (Diário de Campo, 24 de outubro de 2022).

Através desses relatos de vivências se pode enfatizar mais uma vez que o corpo e o território são indissociáveis, pois, a dimensão do nosso próprio corpo, conforme destaca Miranda (2020), só se é concebido através das experiências, onde é possível descortinar o corpo como um espaço de afetividades, sentimentos, de exposição que se permite ser tocado pelo outro por meio das vivências que associam as territorialidades. Partindo disso, é importante dialogar com a noção de *corpo-território* trazido por Eduardo Miranda. O autor dialoga enfatizando que o *corpo-território*

[...] propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias (MIRANDA, 2014, p. 69-70).

É significativo mencionar sobre o corpo das meninas não é um corpo qualquer, e sim de meninas negras, onde tem marcas antigas percorridas da escravidão que refletem até hoje. Miranda (2017) afirma que um *corpo-território* requer incursões no decurso da história das civilizações humanas, no qual o corpo atribuiu-se a formas e funções variadas. As questões étnicas podem demarcar de que modo o corpo é concebido nas ações sócio interacionistas.

Ainda mais, as formas que as relações de poder auferem aos corpos regras e valores, principalmente, quando se refere às hierarquias instituídas entre os subalternizados explorados em relação aos grupos hegemônicos.

Sabemos que historicamente meninas e mulheres negras são tratadas de forma inferiorizadas, Davis (2016) dialoga conosco sobre o legado da escravidão sobre os corpos negros, sobretudo, sobre as mulheres negras, onde devido ao passado de violências e exploração de todos os tipos, incluindo sexuais, aos corpos femininos foram atribuídos a promiscuidade sexual. A autora descreve que

[...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

Davis (2016) explica que as mulheres escravizadas eram profundamente vulneráveis a todas as formas de opressão sexual. Enquanto aos homens negros as punições mais violentas eram mutilações e açoitamentos, as mulheres além de serem mutiladas, açoitadas também eram estupradas. Sendo tal ação voltada principalmente como uma forma de domínio e controle do sobre as mulheres negras. bell hooks (1995) ainda destaca que, para além do controle, esses aspectos trouxeram questões que envolve a mulher um símbolo sexual, enfatizando que a

[...] utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como símbolo sexual os corpos femininos negros são postos numa categoria em termos culturais tida como bastante distante da vida mental. Dentro das hierarquias de sexo/raça/classe dos Estados Unidos as negras sempre estiveram no nível mais baixo. O status inferior nessa cultura e reservado aos julgados incapazes de mobilidade social por serem vistos em termos sexistas racistas e classistas como deficientes incompetentes e inferiores (hooks, 1995, p. 469).

No Brasil esse movimento não foi muito diferente que nos Estados Unidos, as mulheres negras também tiveram atribuídas a elas essa simbologia de objeto sexual e isso percorre até as meninas no território onde moram, atingindo os seus corpos no seu cotidiano. González (2020c, p. 154) ao dialogar sobre os reflexos da escravidão no Brasil fala que a partir dessas opressões

vem o ditado “Branca para casas, mulata para fornicar e negra para trabalhar”, pois é exatamente assim que a mulher negra é vista na sociedade brasileira.

Isso me fez me lembrar que recentemente conversava sobre isso com minha irmã mais nova, falávamos sobre as questões de opressões que rodeavam as mulheres, sobretudo, mulheres negras. A partir desse diálogo, ela trouxe à tona uma vivência antiga nossa que já havia caído no meu esquecimento, mas era algo bem semelhante a esse ditado, onde um homem conhecido que cresceu conosco falou algo muito ofensivo e violento para todas as mulheres negras que estavam presentes ouvir, inclusive para a mãe dele, dizendo a seguinte frase: “mulher serve para três coisas: fazer comida, servir comida e ser comida”. Lembro-me que depois disso, as pessoas e outros homens comentaram a situação que havia ocorrido, mas ninguém teve coragem, se assim que posso dizer, de repreender a fala do sujeito no ato.

É significativo dizer também que esse homem que disse tal atrocidade era um homem negro e todos e todas que estavam ao redor eram pessoas negras. Apesar de trazemos um discurso muito voltado sobre os senhores brancos e a violência destes para com as mulheres negras escravizadas, não é à toa a perpetuação dessa fala também em homens negros até a atualidade, pois isso também é uma marca da história da escravidão, sendo marcas da colonização.

bell hooks (2019a) salienta que desde o período da escravatura os sujeitos brancos determinaram uma hierarquia social firmada na raça e no sexo que colocava os brancos em primeiro lugar, as brancas em segundo, em algumas circunstâncias estas ocupavam o mesmo patamar que os homens negros, que se encontravam em terceiro lugar, e as negras, ficavam em último. Ou seja, isso quer dizer que no contexto da política sexual da violação, se por acaso uma mulher branca fosse violada por um homem negro, essa ação violenta seria vista como importante e mais significativa do que milhares de mulheres negras serem violentadas por um único homem branco.

Desse modo, o homem negro que cresceu comigo e com minha irmã ter esse discurso não seria incomum, visto que dentro do cenário de hierarquização, nós, mulheres negras, nos encontramos na última posição de importância dentro de determinados contextos sociais que classifica a importância de um sujeito por meio da raça, sexo, inclui aqui também classe social e outras conjunturas possíveis que nos colocam ainda mais vulneráveis.

Não é endossando a situação, as falas e atos dos homens negros, como, por exemplo, desse meu conhecido que teve uma fala tão violenta. Porém, penso ser necessário destacar que o homem negro também é atravessado e capturado pelas opressões que envolve o racismo, bem como a masculinidade patriarcal e falocêntrica. Sendo assim, é significativo elencar que há uma construção social de como o homem, principalmente o homem negro, deve ser portar socialmente, tendo um rastro histórico cruel e complexo.

Sem dúvida, a sexualidade é o espaço no qual muitos homens negros tem perdido a posição de autoridade. Independentemente de classe, status, renda ou nível educacional, para muitos homens negros a sexualidade continua sendo um lugar assombrado pelo fantasma do comportamento disfuncional. Isso se deve, em parte, à convergência do raciocínio machista sobre o corpo negro, que sempre projetou nele uma hipersexualidade (hooks, 2022, não paginado).

A hipersexualização dos corpos de homens negros, bem a figura destes atribuídas como primitivos sexuais são constantes quando nos debruçamos na história da escravização da população negra. “Esse é o pano de fundo histórico perverso que moldou a sexualidade masculina negra, as maneiras pelas quais os homens negros veem e sentem seus corpos e as maneiras pelas quais eles são vistos e sentidos pelos outros” (hooks, 2022, não paginado).

Por meio disso, podemos ter uma noção de forma breve como é a percepção construída socialmente do homem negro e também da mulher negra. No Brasil, conforme destaca González (2020d), ainda hoje se pode observar as condições de como as mulheres negras são vistas por meio, por exemplo, das escolas de samba, das gafieiras e algumas outras formas festivas. A autora explica que a indústria turística se movimenta para reforçar e lucrar com a prática dos “sinhozinhos” brancos irem exercitar sua dominação sexual. Não sendo por acaso que esse sistema criou a moderna profissão de mulata para as jovens negras serem continuamente exploradas como “produto de exportação”.

É certo que hoje há muitos movimentos de não se ver a mulher negra como esse símbolo sexual, mas importante dizer que ainda se perpetua e se faz presente não só na minha vida de mulher negra, mas assim como na vida das meninas, conforme estas mesmo descrevem os relatos de como são as vivências de seu corpo negro feminino em relação ao território.

González (2020d) afirma que pessoas insistem em dizer que não há racismo no Brasil, contudo, no intuito de demonstrar que o racismo ainda se perpetua, a autora indaga quais seriam as motivações de não considerarem as jovens negras que participam dos momentos festivos do carnaval, por exemplo, como profissionais da dança. Explicando ser perceptível a visão racista,

pois “elas constituem uma “espécie diferente”, que não podem fazer parte de uma categoria profissional já existente, justamente pelo fato de serem negras. De repente, a mulata é o outro lado da mucama: o objeto sexual” (GONZÁLEZ, 2020d, p.184). Assim, vemos todos os dias, meninas e jovens negras com muita potência de criatividade, realizando trabalhos incríveis, e sendo constantemente subestimadas e desconsideradas.

Nesse sentido, voltamos novamente às imagens de controle, mas agora a imagem da mulata. A mulata, conforme descreve Kilomba (2019) tem uma longa lista de termos, e tem como o objetivo de afirmar sobre uma inferioridade de uma identidade por meio de uma condição de animal. O termo foi criado durante o projeto europeu de escravatura e colonização, e está intrinsecamente conectado às políticas de controle de reprodução e “proibição de “cruzamento das raças”, reduzindo as “novas identidades” a uma nomenclatura animal, isto é, à condição de animal irracional, impuro” (KILOMBA, 2019, p.19).

Em particular, na língua portuguesa, essa nomenclatura animal foi intensamente romantizada durante o período de colonização e, às vezes, o termo mulata é usado até com certo orgulho. Tal romantização é um modo comum da narrativa colonial, “que transforma as relações de poder e abuso sexual, muitas vezes praticados contra a mulher *negra*, em gloriosas conquistas sexuais, que resultam num novo corpo exótico, e ainda mais desejável” (KILOMBA, 2019, p.19). Assim, nota-se que a cada vez mais a imagem controle construída da morena, da mulata é atrelada a hipersexualização dos corpos femininos negros.

Collins (2019) nos sinaliza sobre a imagem de controle Jazebel nos Estados Unidos, que é semelhante com a da mulata aqui no Brasil, esta tem como intuito controlar a sexualidade das mulheres negras, sempre as associando a uma sexualidade desviante. Através dessa imagem em questão que se esconde as justificativas instituídas socialmente em relação as violências sexuais contra as mulheres, vindo desde o período da escravidão até os momentos atuais. Collins (2019) afirma que

[...] alunas e colegas relevou que existe uma taxonomia complexa [...] a mulher sexualmente assertiva pode ser encontrada em todas as classes sociais. Mulheres que vão a boates vestidas com roupas provocantes e dançam de maneira “vulgar” são as *hoochies* [tradução livre: *vadias*] de boate” (COLLINS, 2019, p. 156).

Nas falas das meninas, muitas trouxeram pontos relacionados a forma que o corpo feminino negro se porta na sociedade e como isso é visto. Santa Andréia em um momento individual diz: “[...] roupa não é convite né, mas eu acho que a roupa influencia para eles

fazerem isso. Acho que isso é coisa de menino mesmo". Quando a adolescente fala isso, pergunto se ela acha se eles já nasceram assim, e ela responde: *"[...] ele foi criado para isso, porque não é todo mundo que é assim"* (Diário de Campo, 31 de outubro de 2022).

Redenção também em um momento individual aborda sobre a questão de vestimentas e as experiências que já vivenciou em relação a violência para com o corpo feminino, dizendo:

"Já vi gente falando que a gente tem que usar roupa adequada para não ser assediada, e também já vi a escola falando que a gente não pode vim de tal roupa, se não a gente vai ser assediada pelos meninos. Mas eu acho que o certo é ensinar os meninos a não assediar a menina, do que ensinar ela a usar uma roupa que não gosta, porque eu não gosto de roupa muito curta, mas eu gosto das roupas que eu venho diariamente assim para o CaJun, mas às vezes eu tenho que usar umas maiores por causa dos velhos e dos meninos também que ficam olhando e falando coisa na rua. Tem vezes que eu tô andando aqui na rua, aqui perto, antes de vim para o CaJun [...] aí vem um monte de velhos e ficam em cima. [...] eu acho que as pessoas não ficam assim de repente, meu irmão do terceiro ano [do Ensino Fundamental] já vê os amigos falando muitas coisas pesadas".

(Diário de Campo, 31 de outubro de 2022).

Nesse sentido, percebemos que há uma compreensão para Santa Andréia, que os homens foram criados, que há um ensinamento, seja familiar ou social que faz com que eles tenham tal prática violenta para com as mulheres. Contudo, ao mesmo tempo, para a adolescente, há sujeitos que não são assim devido a criação. A partir dessas falas, podemos voltar ao discurso de uma das mães do capítulo sobre o convite, onde ela dizia que ensinava e criava o filho adolescente para respeitar as mulheres, mas este sempre tinha atitudes machistas.

Desse modo, podemos ver que é para além da criação apenas, há toda uma estrutura cultural não somente no território que as meninas moram, mas também dentro da sociedade que se movimenta de forma a tentar controlar o corpo, seja por falas, gestos ou de fato atos que fomenta o controle do corpo feminino negro, bem como o seu ir e vir, e de ser

Ainda sobre as vestimentas, há situações recorrentes de violência mesmo que as meninas estivessem com roupas maiores e cobrindo a maior parte do corpo, todas disseram já ter passado por situações com falas indesejadas de adolescentes e homens adultos do território, Resistência traz sua reflexão sobre isso dizendo que:

“[...] às vezes você passa na rua e está toda de calça, blusa de frio, eles falam que roupa é convite. Eu não acho isso porque às vezes você está com aquela roupa que você se sente bem, ou às vezes você tá toda tapada e mesmo assim mexem com você, eu acho falta de respeito isso, né”.

(Diário de Campo, 03 de novembro de 2022).

Semelhante ao racismo, o machismo também está enraizado em nossa sociedade, colocando mulheres como ser aquém, sendo os homens vistos como superiores e tendo propriedade no corpo da mulher. As opressões interseccionais caminham e atropelam as mulheres negras em diferentes sentidos, como podemos observar nos relatos das meninas. Na noção de imagem de controle da mulata, fica evidente como os fluxos das avenidas identitárias se entrecruzam e confluem. Beatriz Nascimento (2019) ao dialogar sobre a exploração sexual em relação ao corpo feminino negro afirma que os mecanismos

[...] ideológicos se encarregaram de perpetuar a legitimação da exploração sexual da mulher negra através do tempo. Com representações baseadas em estereótipos de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça “primitiva” a faz menos oprimida sexualmente, tudo isso facilita a tarefa do homem em exercer sua dominação livre de qualquer censura, pois a moral dominante não se preocupa em estabelecer regras para aqueles carentes de poder econômico (NASCIMENTO, 2019, p. 288).

Santas Rainhas em um momento coletivo, descreveu uma vivência sobre uma situação que havia ocorrido com ela, onde foi necessário comunicar ao pai que mora em outro município para resolver, mencionando que foi preciso falar para os “*meninos do movimento*”. Enquanto isso, começa uma conversa baixinha entre Santa Andréia e Santa Josefa. Até que certo momento falo: “*Meninas [Santa Andréia e Santa Josefa], depois compartilham o que vocês estão falando baixinho, se quiserem*”, e continuo dizendo: “*Redenção e Santas Rainhas estão falando desses meninos, pelo que estou entendendo eles impedem situações como as relatadas, não é?*”. Com isso, Santa Josefa muito tímida me interrompe e diz: “*nem sempre, depende*” e Santa Andréia completa: “*alguns também fazem [assédio]*” (Diário de Campo, 24 de outubro de 2022).

Partindo da fala de Santa Josefa e Santa Andréia, fica evidente a questão da contradição dentro de um mesmo território, os mesmos que protegem também violam, e isso é devido as perpetuações do período escravocrata que ainda segue presente em nosso cotidiano, a colonialidade¹⁴, ou seja, este vínculo entre o passado e o presente, bem como esta reprodução incessante, fez com que torna-se algo naturalizado e, muitas vezes, não percebido. Apesar do território ter suas regras e formas de gestões, em razão aos rastros das histórias escravocrata, as contradições seguem presentes e afetam diretamente a vida das meninas e mulheres negras que lá habitam.

Miranda (2017) afirma que a relação das populações negras com o espaço incorpora uma tendência de vida própria, que é uma atmosfera determinada pela diversidade, pela multiplicidade, fomentando-se de um agrupado de valores contrários à formação social imposta pelos grupos dominantes, os quais ainda tentam continuar perpetuando a hierarquia do período escravocrata. Sodré (2003, p.23 *Apud* MIRANDA, 2017, p.120) explica que

Território é, assim, o lugar marcado de um jogo, que se entende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real. Articulando mobilidade e regras na base de um “fazer de conta”, de um artifício fundador que se repete, o jogo aparece como a perspectiva ordenada de ligação entre o homem e o mundo, capaz de combinar “as ideias de limites, de liberdade e de invenção”.

O que se vê, nesse sentido, é que o território tem marcas e dinâmica de relacionamento próprios, sendo capaz, em algumas ocasiões, de refazer ou ao menos expor as regras do jogo dominante. Tais regras podem ou não ser seguidas pelos sujeitos, e faz parte de um fazer de contas cujas regras dos grupos dominantes são aparentemente seguidas, no entanto, articulações veladas são manuseadas com o real (MIRANDA, 2017).

Com isso, é notório que o território tem suas questões e territorialidades, e dentro deste há modos instituídos de como fazer e agir. Também é visível como as opressões interseccionais perpassam vidas das meninas e mulheres negras e as faz ficarem cada vez mais presentes e

¹⁴ “As cicatrizes do colonialismo se expressam nas práticas cotidianas e evidenciam a colonialidade do poder, do saber e do ser” (BARBOSA; D’AVILA, 2017, p. 3). A colonialidade, portanto, “se configura como um fenômeno histórico muito mais complexo que o “colonialismo” e se estende até nosso presente, referindo-se a um padrão de poder que opera por meio da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando a reprodução de relações de dominação” (BARBOSA; D’AVILA, 2017, p. 4).

expostas nas avenidas identitárias. O machismo, o sexismo, dentre outros eixos se fazem presente em seus cotidianos e as atingem cada vez mais.

É significativo dizer que outros atravessamentos se fizeram presentes em alguns discursos, estes estavam permeando sobre a tonalidade da cor de pele das pessoas que residiam no território. Durante esse diálogo sobre esse tema em relação ao território, foi viabilizada a compreensão sobre alguns temas inicialmente delicados de acessar, como por exemplo, a questão da cor para Redenção.

“Ver e sentir que tanto você quanto os seus estão sendo discriminados por causa da sua cor de pele era uma das angústias de Resistência, tal situação violenta em relação a sua cor de pele perpassa cotidianamente na superfície do seu corpo-território.

Muito inconformada, a adolescente vivenciava com frequência a forma como as pessoas da comunidade, incluindo ela, eram tratadas por quem deveria zelar pelo bem-estar e segurança da comunidade.

Com muita indignação, Resistência percebia que para a comunidade dela, que era composta majoritariamente por pessoas negras, as coisas não eram resolvidas de forma breve, o sujeito negro precisa esperar e suplicar pelo direito como se fosse um favor.

Por sua vez, o contrário ocorria em outras localidades, ditas como bairros ou territórios nobres, que era composto majoritariamente por uma população. Nestes casos, as demandas rapidamente eram atendidas”.

(Histórias de vivências de Resistência).

“A noção que Redenção tinha que os bairros periféricos, principalmente o que ela residia, era predominantemente constituído por pessoas negras retintas, dizia muito que a geração que vem está vindo com tudo.

Com a sua pele de cor clara, ou branca, como ela se considerava. Já havia uma observação sobre a forma de tratamento, tanto para as pessoas pretas, quanto para as pessoas pardas e/ou brancas.

Redenção com todo o seu olhar e atravessamentos que ocorriam para com elas e para com os outros, demonstrava muita angústia ao falar sobre as diferentes situações desiguais que vivenciava por conta de sua cor de pele e também dos demais. Em sua feição se via também uma revolta emaranhada num grande desejo de fazer diferente. Mostrar aos outros e aos familiares que podia fazer e ser mais”.

(História de vivências de Redenção).

Tais situações também atravessaram e atravessam o meu cotidiano de mulher negra, isso é uma dor que muitas vezes me revira e faz com que não faça parte de alguns espaços que trazem este assunto como brincadeira. Todos os dias vemos em jornais como os corpos negros são violentados e vemos que no Brasil, quanto mais escura é a pele desse corpo, mais vil torna-se violência para com este.

Apesar de não se sentir muito confortável em tocar no assunto, Redenção não se desviava quando abordávamos sobre a temática racismo durante o momento coletivo ou individual, isso dizia muito sobre a percepção e a vivência dela no que diz respeito às formas distintas de violências que os amigos ou familiares de pele escura vivenciaram, quando comparado a sua vivência de menina de cor de pele clara.

Redenção declarava que muitas vezes ocorriam conflitos em seus ambientes de convívios, e por ter sua pele clara, não vivenciava certas situações violentas que atingem sumariamente as pessoas negras de pele escura. Isso, por vezes, faz com que seus amigos a veja como uma pessoa que não faz parte do grupo.

Nesse sentido, trago Alessandra Devulsky (2021) para dialogar sobre o colorismo, a autora afirma que o colorismo tem a habilidade de opor pessoas da mesma comunidade, fazendo-as ficarem uma contra as outras, favorecendo com que as pessoas negras possam se indispor devido as suas diferenças. Essa indisposição e estranhamento entre a mesma

comunidade tem uma estrutura forjada e advinda de uma herança do período colonial e pós-colonial, como temos visto até então, e trabalha de modo a ditar os padrões sociais.

Através dessas estruturas, pessoas do mesmo grupo familiar, irmãos, primos, podem não se reconhecer como pertencentes a um mesmo grupo racial. A condição negra é compreendida desde muito cedo que pouco provável é possível conseguir se esconder ou fugir de sua cor de pele, de desfazer os muros que são atribuídos à melanina. Não é à toa que há tantas mulheres e homens que tentam se encaixar nos padrões brancos (DEVULSKY, 2021).

O colorismo, portanto, nada mais é do que um desdobramento do racismo, sendo um sistema sofisticado de hierarquização racial e de concebimento de qualidades e fragilidades que no Brasil é proveniente da implantação do projeto colonial português de quando ocorreu a invasão. Tal sistema tem o viés de apreciação e valoração que avalia atributos objetivos e subjetivos, imateriais e materiais, em conformidade ao critério predominantemente eurocêntrico. Podendo girar em torno do fenótipo, em relação à bagagem cultural expressa pelo sujeito e, também, pela a categorização de quanto este sujeito é negro, que só acontece após a leitura de que ele não é branco (DEVULSKY, 2021).

Certo momento, quando conversava com as meninas sobre as situações de violências que já vivenciaram perguntei se achavam se o lugar que moravam ou a cor de pele influenciava em algo, e o que achavam sobre isso. Rapidamente Redenção respondeu:

“Eu já percebi que as pessoas negras são as que moram mais em periferia... mais em lugar pobre. Em lugar pobre a gente vai encontrar mais pessoa negra. A minha mãe é branca e as minhas irmãs também, só tem uma que é parda. [...] Nem sempre vai ser por causa da cor de pele, mas é por causa do racismo”.

(Diário de Campo, 24 de outubro de 2022).

Redenção, mesmo com incômodo de falar sobre o assunto, sempre se colocava. Comecei a notar que a questão era justamente rodeada pelo colorismo, e da forma que este colocava, sem perceber, as pessoas de seu convívio e ela, uns contra os outros por conta das diferentes características fenotípicas. Em sua fala, em certo momento, Redenção diz: *“Não acredito em racismo ao contrário, mas acontece situações [...]”* (Diário de Campo, 24 de outubro de 2022).

Situações estas que fazem com que pessoas de uma mesma conjuntura racial tenham momentos de conflitos entre si.

A visão de Redenção não é diferente da minha de alguns bons anos atrás. Durante muito tempo ouvia informações de ser uma menina branca, em diversos contextos, sendo na família, na escola com amigos, no trabalho, dentre outros ambientes. Fui me percebendo uma mulher negra já na graduação, onde era de diferentes modos silenciada, de forma velada ou não, por professores brancos que não aceitavam que uma mulher negra pudesse falar ou estar num curso elitizado como o de Psicologia.

Perceber isso já na graduação, me fez ter uma outra visão de mundo e começar a olhá-lo por outra lente. Me fez enxergar o que eu não conseguia ou não queria ver na minha frente, no meu cotidiano, bem como as diferentes formas de racismo velado ou não. Também me fez vislumbrar que eu, uma mulher negra de pele clara, não almejaria as coisas com facilidade e ter os privilégios de uma pessoa branca.

Partindo disso, Devulsky (2021) explica que mesmo que as pessoas de pele clara tenham graus e naturezas distintas, jamais poderão desfrutar do que se compreende como privilégio branco enquanto a sociedade permanecer economicamente organizada para explorar essas distinções.

Dito isso, é possível visualizar que, internamente, pessoas negras de pele clara são beneficiadas por pessoas negras de pele escura, pois o racismo estrutural não poupa sequer as pessoas que estão sujeitadas a ele. Por sua vez, externamente, de modo geral, a sociedade, especialmente a branca, concebe vantagens à presença do negro claro, em detrimento a pessoa negra de pele escura. Desse modo, o que se vê é que ser diplomada, rica, servidora pública, atleta reconhecida ou psicóloga, como eu sou, não protege o sujeito de ser analisado conforme os critérios preestabelecidos socialmente do colorismo (DEVULSKY, 2021).

A partir disso, podemos ver que o colorismo também está presente no território e perpassa o corpo das meninas que nele vivem. Mais uma vez, o que se observa é que o território se apresenta com muitas questões, sobretudo, situações contraditórias, tendo com ele um rastro do colonialismo, assim como todo o Brasil. As contradições de um território atravessam os corpos cotidianamente.

Apesar das diferentes situações complexas e de violências presentes no território que permeiam estes corpos, as meninas também trazem consigo muitos relatos significativos e potentes sobre este. Afirmam que é um lugar de possibilidades, onde muitos de seus familiares tiram o seu sustento diário através de algum comércio local, seja tendo uma loja de roupas ou de alimentos, ou trabalhando como desfiadeiras¹⁵. Nova Palestina mesmo, afirma que não gosta de muitas coisas que ocorrem na comunidade, afirmando dizendo:

“[...] não gosto da comunidade, gosto das histórias das desfiadeiras, elas são bem guerreiras, não lembro muito da história, mas a Ilha das Caieiras contou um pouco da história da tia dela”.

(Diário de Campo, 03 de novembro de 2022).

Este território, como vimos, é marcado com muitos acontecimentos durante a sua trajetória histórica, sendo considerado por um bom tempo como “o lugar de toda pobreza” e, por meio de reivindicações sociais tornou-se um lugar com diferentes culturas, com espaços de lazer e potência.

Neste território há também pessoas e serviços que potencializam as meninas, tendo diferentes histórias tocantes e potentes, fazendo com que as meninas sigam caminhos cada vez mais significativos. Tornando-se um importante espaço educativo, tanto nas vivências positivas de vida, quanto nas negativas. A partir dele se há a observação e apreensão da vida de maneira comunitária, arrisco-me a dizer que uma pequena amostra do mundo se faz presente e se mostra às meninas e, através disso, elas podem traçar diferentes caminhos de pensar suas vidas e sonhos, compreendendo cada situação de maneira singular e coletiva. Estando presente nessa pequena amostra de vida e de viver o seu *corpo-território* de menina-mulher negra. Em meio às situações contraditórias presentes no território, Santa Andréia destaca:

“Aqui tem muitos lugares bonitos que precisam explorar[...]”.

(Diário de Campo, 24 de outubro de 2022).

¹⁵ Desfiadeiras de Siri é um trabalho passado de geração para geração, no qual as mulheres designam sua ocupação em desfiar siri. O lugar principal para execução dessa atividade na Região de Grande São Pedro é no bairro Ilha das Caieiras. A motivação para realização deste trabalho tem como principal objetivo o legado cultural, e como o secundário um meio de promover renda.

Entre práticas educativas (não) engajadas: vivências na escola e no CaJun

[...]
 Mano, vou te falar ein, ô lugar que eu odiava
 Eu não entendia porra nenhuma do que a professora me falava
 Ela explicava, explicava, querendo que eu
 Criasse um interesse num mundo que não tinha nada haver com o meu
 Não sei se a escola aliena mais do que informa
 Te revolta ou te conforma com as merdas que o mundo tá
 Nem todo livro, irmão, foi feito pra livrar
 Depende da história contada e também de quem vai contar
 Pra mim contaram que o preto não tem vez
 [...]

Pedagoginga – Thiago Elniño

Em meio da perspectiva de opressões interseccionais, os diferentes espaços educativos comparecem como um lugar importante para enfrentamento destas opressões, mas ao mesmo tempo também se apresentaram como um lugar no qual se perpassa e faz com que ocorra situações violentas para com as meninas, de forma direta ou indireta.

Sabemos que para muitos a escola é vista como o único lugar de aprendizagem, muitas vezes se ouve que é um espaço onde se habitam as primeiras experiências do exercício de cidadania do sujeito. Igualmente, para além disso, o espaço escolar é vislumbrado como um lugar de proteção e de garantia de direitos para todos, sobretudo, para as crianças e adolescentes. Do outro lado, temos espaços educativos não escolares, que podem ter um manejo voltado a uma prática educativa social e engajada, que também visa a proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Partindo desse viés, falaremos aqui um pouco dos espaços educativos escolar e não escolar e como estes espaços potencializam ou não as formas de como as meninas se compreendem no mundo e, do mesmo modo, de que modo estes podem contribuir no fazer do seu cotidiano de menina negra da margem. Nos relatos destas, vimos que no ambiente escolar e não escolar também estavam presentes situações machistas, de assédio e de racismo.

“Uma menina negra, muito esforçada e que precisava de auxílio de vez em quando nas atividades escolares. Em certo momento percebeu que a pessoa que deveria ajudá-la na neste espaço educativo, estava com assuntos diferentes, que ultrapassavam os limites profissionais. Sem entender, a menina se desviou do assunto e se afastou.

Os dias corriam, os dias passavam, e essa pessoa ainda tentava meios de coagir a menina. A cada dia e momento, o medo tomava conta de seu corpo feminino negro. Não sabia a quem recorrer e se alguém acreditaria na situação. Afinal, como é comum ouvir nas rodas de conversas e comentários cotidianos: ‘esses adolescentes de hoje em dia inventam coisas’.

Os dias continuavam a se passar e a menina sentia-se sozinha, angustiada, sem rumo. E o medo só ia crescendo dentro dela. Num momento abrupto, a menina tomou coragem e contou a sua dor para uma amiga, dizendo como estava se sentindo.

Esse falar com a amiga, tornou-se o divisor de águas em sua vida. Essa amiga todos os dias a apoiava e a incentivava a denunciar. Depois de tantas angústias e medos, a menina decidiu contar a situação, muitos não acreditaram, já outros, sim. A mãe da menina ficou sem reação, mas a apoiou e denunciou o caso à polícia. Finalmente a menina estava distante de quem a causava medo”.

(História de vivências de Conquista).

Relatos semelhantes também foram descritos por outras meninas em relação aos estudantes e outros que tinham práticas violentas e machistas para com elas dentro de espaços educativos. Em suas falas, o que mais as incomodavam era que mesmo reclamando para a equipe escolar, por exemplo, a situação não era resolvida.

Quanto à resolução de ocorrências do tipo, o que se observou é que, em algumas ocasiões, ao relatar e denunciar o acontecido, muitas vezes a situação de violência virava contra elas, como já afirmado anteriormente por Redenção em relação ao relato sobre as vestimentas, por exemplo. Profissionais desses espaços educativos, sobretudo, os dos espaços educativos escolares, diziam que determinadas circunstâncias de assédio poderiam ser evitadas se as meninas tivessem agido e se portado de outra forma.

A desconsideração com o que as meninas diziam, fazia-as com que estas fossem responsáveis com o que acontecia e, de forma indireta ou direta, as incentivava a não reclamar e/ou denunciar os acontecimentos violentos nestes espaços, por já saberem que muito

provavelmente nada seria feito e que, de alguma forma, a culpa recairia sobre elas. Com isso, o medo e desconforto com a situação, permanecia presente em suas vidas, Comdusa desabafa sobre um caso que ocorreu na escola, dizendo:

“Eu já passei por isso, mas tive medo por muito tempo, porque a pessoa morava perto da minha casa”.

(Diário de Campo, 25 de outubro de 2022).

Conquista continua e relatar uma vivência semelhante que ocorreu com uma amiga dela dentro da escola, dizendo: *“Uma vez um menino passou a mão em uma menina, mas a menina não falou, porque sabia que nada ia acontecer”.* Quando Conquista termina essa fala, imediatamente, Comdusa interrompe por já conhecer a história e afirma: *“Nesse caso eu acho que foi mais uma situação de racismo”* (Diário de Campo, 25 de outubro de 2022).

“Na escola, constantemente um menino branco mexia e tinha atitudes misóginas e machistas, especialmente com as meninas negras. Dentro do contexto escolar, dificilmente alguma atitude era tomada com o menino.

Conversava-se com o pai do menino, mas nada resolvia. As meninas reclamavam entre elas e já haviam desistido de levar a situação para outras instâncias por saberem que não seria feito nenhum tipo de intervenção”.

(Histórias de vivências de Conquista e Comdusa).

Dentro dessa perspectiva, *“Comdusa explica porque na visão dela o que estava acontecendo no que se referia a este menino branco em relação as meninas negras era racismo, pois, conforme a mesma, ocorriam situações parecidas com meninos negros e quando era com eles, havia uma outra forma de tratamento, também não era muito efetiva, mas tinha um interesse de tentar intervir de algum modo. Por sua vez, quando era ao contrário, ficava nítido que não tinha o mesmo interesse”* (Diário de Campo, 25 de outubro de 2022). Nesse sentido, a hierarquização social por raça e sexo firmada pela branquitude, como já elencado aqui por hooks (2019a), fica muito nítida nas falas das meninas.

Eu já imaginava que poderiam surgir situações semelhantes em torno ao tema machismo e violências voltados ao corpo feminino negro, pois compreendo que os espaços educativos, CaJun e escola, estavam inseridos e presentes em um território que também é, de certo modo, um grande espaço educativo no qual perpassava situações como estas diariamente. No entanto, cada vez que as meninas falavam, mais eu notava que certas temáticas não eram muito bem abordadas, citando um incômodo por não se adentrarem em tópicos que as atravessavam, como: o racismo, machismo, diversidade sexual, dentre outros.

Partindo disso, podemos nos ater que há uma complexidade de inclusive de seguir a Lei nº 10.693 que tem a obrigatoriedade do ensino sobre a História da Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio. Mediante os relatos, o que se percebe é que ainda há um desafio na efetivação da lei, bem como na prática que envolve temáticas étnicas-raciais, nota-se também que tal desafio não é algo isolado, se faz presente o não exercício e o fomento à prática engajada devido às ideias coloniais ainda presentes.

“Quando menina, não me recordo de falas positivas relacionadas aos povos escravizados. Talvez você deve estar se perguntando o que eles falavam então? Pois bem, o que eu escutava era que a pessoa negra escravizada era usada como tração animal. Lembro que ao falarem isso, eu olhava para uma foto de um livro, nesta havia homens negros empurrando um tipo de roda giratória. Nunca mais localizei essa imagem, nem mesmo em pesquisas na internet, mas é inacreditável como esse registro se constitui até o momento de formação nítida em minha memória!”.

(Memórias de uma pesquisadora).

Apesar dos entraves dos momentos atuais abordarem certas temáticas, as meninas também mostram que há um movimento contrário a esse, onde duas educadoras do âmbito educativo escolar, firmam um compromisso com a vida e com o educar respeitando e enfatizando as pluralidades. Esse movimento se faz presente e é perceptível o quão significativo é para elas o exercício de práticas educativas engajadas, trazendo não somente temáticas que envolviam relações étnicas-raciais, mas outras que faziam parte da sua rotina diária.

Penso ser importante dizer antes de dar prosseguimento, que as vivências e diálogos que estão sendo trazidas não tem o intuito de fazer apenas críticas à educação escolar, mas sim,

trazer a importância de se reconhecer de onde parte cada sujeito, o território, a vida, as histórias de cada menina, menino, enfim, de cada indivíduo que estão presentes nos diferentes espaços educativos. Desse modo, é preciso partir de prática educativa engajada e atenta para com o fazer educativo cotidiano.

A Pedagogia Engajada ou práticas educativas engajadas, proposta por bell hooks (2013), é um lugar onde se habita o diálogo, também pode se fazer presente a roda de conversas, sendo um terreno fértil de fomento à aprendizagem partindo de um coletivo. O saber aqui não se apresenta de forma hierárquica, mas sim, horizontal, onde todos podem contribuir no processo de aprendizagem a partir das vivências que os atravessam.

Sendo assim, a Pedagogia Engajada pode ser realizada em diferentes espaços educativos, e para o exercer dessa prática há um movimento constante de não deixar-nos ser capturados pelas estruturas de opressões, pois nos momentos atuais estamos, cada vez mais envolvidos por olhares e debates que, categoricamente, excluem sujeitos que saem de uma norma padrão e/ou que pensam diferente dos contextos estereotipados já estabelecidos. Desse modo, a partir dessas normas e padrões, podemos ver os estigmas que são referenciados as pessoas negras da margem em nossos cotidianos.

Então, quando nós vemos na publicidade que a criança negra só aparece para anunciar chocolate, quando aparece, e que o negro só aparece como trabalhador braçal, ou então como mulata, e aí entra a questão da exploração da mulher negra como objeto sexual, nós vamos constatar, então, que efetivamente nós temos que desenvolver um trabalho muito grande nessas duas áreas, que parecem fundamentais, porque, de repente, a televisão forma muito mais do que a escola. Mas, dentro da escola, nós temos que lutar (GONZÁLEZ, 2020e, não paginado).

Seguimos tentando lutar na escola e em diferentes outros espaços educativos! Há uma luta cotidiana nas formas de fazer na educação, nos últimos anos tivemos muitos retrocessos nesta devido a um governo opressor que fez com os diferentes espaços educativos deixassem de promover uma educação libertadora, criativa e potente. A partir disso, o que se observou foi que ao invés de abrir caminhos, acabou fomentando para um estreitamento das aberturas de possibilidades e caminhos.

“O cotidiano na escola era voltado ao sentar-se em cadeiras enfileiradas e o repassar ou depositar informações sobre o mundo, mas esse mundo não era o mundo das meninas, era um outro mundo que não condizia com a realidade delas, dessa forma era difícil ter uma troca.

Contudo, entre os enfileiramento e repasses, às vezes, o círculo, a horizontalidade, a dialogicidade se faziam presente na escola. Algumas, especificamente, duas educadoras traziam temáticas relacionando a realidade que atravessavam as meninas

No CaJun, a prática de roda e abordagem da realidade era comum, porque lá se fazia presente a educação social, uma educação engajada. No entanto, na escola, nem tanto e nem sempre, muitas vezes o que se percebia era um olhar estigmatizante e, muitas vezes, sem muita perspectiva”.

(Diário de Campo, 25 de outubro de 2022).

No trecho acima podemos ver como é necessário o desvencilhamento de uma educação bancária, na qual Paulo Freire afirma ser uma educação que não possibilita os sujeitos se libertar das amarras da opressão. Quando se há uma educação dura, rígida que segue fielmente aos estigmas postos durante ao longo do período desigual do Brasil, ocasionado pela escravidão, por exemplo, não possibilitamos abertura a um posicionamento crítico, não fazemos a educação ser um meio de promover a liberdade e, sim, aprisionamentos.

A educação bancária inibe e anestesia o poder de criar e de refletir sobre as contradições e conflitos que emergem nos cotidianos e que se inserem na escola e outros espaços educativos, igualmente, impede e desestimula a capacidade do sujeito desafiar-se e arriscar-se, tornando-o um ser passivo (SARTORI, 2010).

Isso me fez recordar uma fala de Santa Josefa, onde esta afirma: “[...] na escola tem muita exclusão [...]”, em seguida perguntei sobre o motivo dela achar que tem exclusão, e ela diz: “[...] não sei” (Diário de Campo, 31 de outubro de 2022). O “não sei” de Santa Josefa pode dizer sobre muita coisa, inclusive, sobre um não saber, um não exercer da criticidade nesse espaço educativo, aceitando aquilo como é e ponto, sem questionar-se. Se sabe que tem um problema de exclusão, mas não há um engajamento de se pensar o que motiva essa ação, porque talvez tenha sido realizada para com ela prática que não promovesse o seu olhar crítico em relação a situação, ou então, porque as vezes que ela teve a visão crítica, foi silenciada ou desconsiderada.

Práticas educativas engajadas são importantes, e a educação precisa ser vista como prática da liberdade, sendo trabalhada através da realidade e a partir de um viés dialógico, possibilitando a criticidade no indivíduo. bell hooks (2013) destaca que para promover a educação enquanto prática da liberdade, todos precisam estar presente no processo de partilha e de confissão.

A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. Esse fortalecimento não ocorrerá se nos recusarmos a nos abrir ao mesmo tempo em que encorajamos os alunos a correr riscos. Os professores que esperam que os alunos partilhem narrativas confessionais mas não estão eles mesmos dispostos a partilhar as suas, exercem o poder de maneira potencialmente coercitiva (hooks, 2013, p. 35).

Isso me fez lembrar de mim, no período que era criança e também adolescente. Muitas vezes era convidada a me colocar dentro de um padrão, às vezes de forma sutil e velada, outras vezes, de forma explícita e escancarada. A minha forma diferente de realizar algumas tarefas eram sistematicamente desconsideradas e preferiam que eu refizesse para me encaixar em normas, do que ampliar as possibilidades de aprendizados a partir da minha vivência familiar, territorial e de vida.

“Ainda quando menina, criança e adolescente, fazia muitos cálculos de matemática e quando mostrava à professora ou então ao professor, era veemente repreendida pelos caminhos que tracei para chegar ao resultado. Sempre o resultado estava certo, mas não era conforme tinham pedido, sempre me perguntavam: “como chegou nesse valor?”. Eu explicava, e a resposta que ouvia em seguida era basicamente: “faça do jeito que eu expliquei, não dessa forma”. Nessa caminhada de uma educação dura, iam impedindo a minha forma de ser e as possibilidades criativas que tinham dentro de mim. Igualmente, apagavam os modos de fazer repassados e ensinados pela minha família”.

(Memórias de uma Pesquisadora).

Sobre as situações descritas até aqui, vemos que de um lado, há as duas únicas educadoras que possibilitaram uma educação libertadora para as meninas, e do outro, educadores/as que repreendiam, de forma explícita ou não, a prática da liberdade, criatividade

e criticidade, talvez para estes educadores estavam seguindo uma forma melhor ou apenas queriam exercer o poder, não há como saber ao certo hoje. hooks (2013) destaca que há professores que afirmam ter o viés e o trabalho a partir do modelo freiriano, no entanto, o que se observava eram práticas pedagógicas forjadas por estruturas da dominação. Tal conjuntura não é incomum, pois há uma necessidade desses profissionais de sempre se perceber e estar atentos aos moldes opressivos, de modo a compreender que:

Essa “abertura epistêmica” do campo educacional não se dá sem tensões, afinal o projeto moderno-eurocentrado mantém de longa data uma aliança com o capitalismo-colonial que se reinventa em procedimentos, táticas e técnicas de dominação. No campo pedagógico precisamos exercer atenção crítica aos modos como essas histórias nos chegam, quais personagens e linhas de continuidade e descontinuidade são tecidas em narrativas escolarizadas sobre processos de colonização ainda em curso (MENEZES, 2022, p. 76).

Para fazer com que a prática educativa seja engajada e libertadora tem que sempre um movimento de sempre estar atento às possíveis capturas das estruturas de opressões e fazer com que esteja presente no ato de educar a histórias dos sujeitos envolvidos. Menezes (2022) destaca que as memórias e histórias são importantes para o processo de criação de autoria, a partir do momento que vamos nos conectando com diferentes versões de histórias e vozes, vamos rompendo com os privilégios narrativos e colaborando para elaboração de escrita de vida voltada na justiça social. Nesse sentido, hooks (2013) também destaca que a escuta como um elemento muito importante para o desenvolvimento de uma pedagogia engajada, que auxilia na descoberta de alternativas outras de se aprender e ensinar, e enfatizando que:

Ouvir um ao outro (o som de vozes diferentes), escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento. Também garante que nenhum aluno permaneça invisível na sala. Alguns deles se ressentem de ter de dar uma contribuição verbal; por isso, tenho de deixar claro desde o princípio que isso é requisito nas minhas aulas. Mesmo que a voz de um dos alunos não possa ser ouvida por meio da fala, ele se faz sentir sua presença por meio de sinalização (hooks, 2013, p. 58).

Ouvir é algo intrínseco da pedagogia engajada, nesse sentido, ao perguntar para as meninas as suas relações com os espaços educativos, CaJun ou escolar, observou-se que como considerar os aspectos que atravessam suas vidas faziam com que os momentos de aprendizagem fossem mais significativos.

“Na escola é legal porque eu gosto dos meus colegas e dos meus amigos, dos professores que são legais comigo. [...] Eles me ajudam quando preciso de ajuda, os professores explicam direito”.

(Histórias de vivências de Ilha das Caieiras).

“Tem uma professora lá na escola [...] que conversa com a gente sobre pessoas negras, sobre o que a gente deveria melhorar, sobre cotas raciais, sobre tudo que... [nessa hora Resistência não encontra a palavra e eu completo “o que está acontecendo?”]. [...] Isso, eu acho isso bom, gosto de temas sobre os negros, porque estão mostrando que não é só porque a pessoa é negra que ela é menos do que as pessoas brancas. [...] Ela [professora] fala sobre LGBT, fala que devemos respeitar mesmo não sendo héteros [...] porque isso não quer dizer que eles não sejam humanos ou pessoas de outro mundo. [...] Lá na escola só ela que fala sobre isso, depois que ela começou outros professores começaram, mas falam isso um dia e depois nunca mais”.

(Histórias de vivências de Resistência).

“No Cajun tem muitas atividades e trabalham muitos temas importantes, falam sobre ansiedade, depressão” diz Ilha das Caieiras. “Também falam sobre feminismo e racismo que gostamos mais” completa de Comdusa.

(Diário de Campo, 25 de outubro de 2022).

A partir desses relatos de vivências, o que podemos observar e o cuidado com o educar, tanto no CaJun, quanto espaço escolar, é primordial para realizar uma prática educativa engajada, é através desse olhar cuidadoso e curioso para com o sujeito que as possibilidades poderão se apresentar, é na sutileza, é no ouvir, é no sentir o outro. Paulo Freire (1996) menciona que é por meio da

[...] convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócios-históricos-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando (FREIRE, 1996, não paginado).

Assim, é necessário compreender o sujeito educando como um todo, um corpo que é atravessado por uma vivência, juntamente com sua mente. bell hooks (2013) problematiza a cisão do corpo e mente, pois muitos educadores adotam tal perspectiva na forma de educar. Com isso, se separa de seu corpo e sua experiência de vida, destacando que há um medo entre os educadores e, assim, estes reagem de modo intensamente hostil à percepção da educação

libertadora que relaciona a vontade de saber à vontade de vir a ser. Nesse sentido hooks destaca (2013) que a

[...] falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que inclua a consciência da raça, do sexo e da classe social tem suas raízes muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável, que as emoções e paixões não sejam mais represada. Em certa medida, todos nós sabemos que, quando tratamos em sala de aula de temas acerca dos quais os alunos têm sentimentos apaixonados, sempre existe a possibilidade de confrontação, expressão vigorosa das ideias e até conflito. Em boa parte dos meus escritos sobre pedagogia, sobretudo em salas de aula de grande diversidade, falei sobre a necessidade de examinar criticamente o modo como nós, professores, conceituamos como deve ser o espaço de aprendizado (hooks, 2013, p.55-56).

No entanto, muitos educadores com esse receio, queixavam-se que os educandos queriam que as aulas fossem uma espécie de “terapia de grupo” (hooks, 2013). hooks (2013) destaca que o ponto da terapia é irrazoável da parte dos alunos pensar as aulas como uma terapia, contudo, é adequado terem a esperança de que o conhecimento adquirido nesse espaço educativo os torna melhores e os enriqueça enquanto sujeitos.

Sendo assim, o intuito não é que os momentos entre educandos e educadores seja um encontro terapêutico, mas sim que tenham “uma educação que cure seu espírito desinformado e ignorante” (hooks, 2013, p. 32-33). As meninas como educandas, querem algo que seja intenso e considerável, de forma que o que aprendem traga informações também da conexão entre sua experiência de vida em sua completude (hooks, 2013).

Há, portanto, uma necessidade de troca entre os educadores/as e educandos na prática educativa engajada. Principalmente porque nos corpos das meninas tem marcas históricas que perpassam cotidianamente através da vivência do machismo, racismo e outras diferentes opressões, e isso não deve ser deixado de ser considerado nesses espaços educativos. É necessário um exercício significativo na base do cuidado e escolhas políticas para não se fomentar para o apagamento e esquecimento desses atravessamentos de vida. hooks (2019c) salienta que onde

[...] quer que vamos, há pressão para silenciar nossas vozes, cooptá-las e enfraquecê-las. Principalmente, claro, porque não estamos lá. Nós nunca "chegamos" ou "não podemos ficar". De volta àqueles espaços de onde viemos, nos matamos em desespero, nos afogando no niilismo, presos na pobreza, no vício, em todas as formas pós-modernas de morrer que podem ser nomeadas. No entanto, quando somos poucos nesse "outro" espaço, muitas vezes estamos isolados demais, sozinhos demais. Nós também morreremos lá. Aqueles de nós que vivem, que "fazem", apaixonadamente se apegam a aspectos daquela vida "descentrada" que não pretendemos perder enquanto simultaneamente buscamos novos conhecimentos e experiências, inventamos espaços de abertura radical. Sem esses espaços, não sobreviveríamos (hooks, 2019c, p. 7-8).

A escuta e compreensão de onde parte tais ensinamentos, bem como de quais espaços educativos que as meninas transitam torna-se significativo para os educadores/as traçarem formas de educar. É significativo que as práticas educativas nesses espaços, reafirmem o saber vindo das meninas e torne-se um espaço de emancipação.

VOZES-MENINAS NEGRAS

Vozes- Mulheres

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 ecoou lamentos
 de uma infância perdida.

A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela

A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e fome.

A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 O eco da vida-liberdade.

(EVARISTO, 2017, p. 10-11)

Esse poema da Conceição Evaristo é muito potente, e me toca em demasia, principalmente quando vai se finalizando onde vão emergindo as possibilidades que crianças e adolescentes podem ter, por serem filhas/meninas, de fazerem ecoar vozes, não somente as delas, mas de suas mães, avós, tias e de outras mulheres com as quais convivem ou conviveram.

A voz de minha mãe, falecida no início de 2021, chega até a mim agora, através de uma fala do passado: “não tenho tempo nem cabeça mais para ficar estudando, mas quero que minhas filhas estudem! Hoje vocês têm oportunidades que eu não tinha na minha época”. Ter as oportunidades que minha mãe não teve, não se remete apenas ao estudo, e sim a todo um

contexto em que sua voz foi silenciada, e as possibilidades de minha voz se fazer ouvida hoje, a voz de minha mãe soava e soa quase como uma ordem para o sonho, uma pena ela não ter conseguido me ver realizando o sonho de estar no mestrado, mas quando ela ordenava-nos os sonhos, certamente ela já os viam realizados, ela sonhava para nós o sonho do não silenciamento, o sonho da história, da fala.

Silêncios: A fala sendo um ato

A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representa o que as/os brancas/os querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado (KILOMBA, 2019, p.33-34).

Grada Kilomba (2019) nos aponta sobre o silenciamento das vozes do povo negro quando discorre a respeito dos relatos que escutava no seu passado sobre a *máscara do silenciamento*¹⁶. Esta, a princípio, tinha o intuito de evitar que as pessoas escravizadas comessem dos frutos enquanto trabalhavam nas plantações, porém, a função principal da máscara era praticar o medo e o senso de mudez, visto que a boca era um lugar de tortura e de silenciamento (KILOMBA, 2019).

Assim, durante muitos anos e, ainda hoje, o povo negro tem sido constantemente silenciado, impedido de contar suas histórias, ou então, escutam serem contadas por outras pessoas não sabem de fato a realidade. Conceição Evaristo (2020a) nos alerta que, hoje, as nossas narrativas e vivências não devem ser lidas como “história para “ninar os da casa-grande”, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (p.55). Ouvir as narrativas, as vozes-meninas negras, certamente, será um incômodo para a casa-grande acostumada a contar várias versões da mesma história sobre as meninas negras e periféricas.

Adichie (2019) nos chama atenção para as versões das histórias que são contadas por quem e como as contam. Muitas vezes as histórias são contadas por pessoas que detêm o poder. Neste sentido, o poder está na habilidade não apenas de falar da história de outra pessoa, mas também de fazê-la tornar-se definitiva. Com isso, as histórias únicas, contadas por estes que têm o poder, representam pessoas e/ou povos de forma estereotipada e desumana. Podemos

¹⁶A *máscara do silenciamento* era um instrumento “instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa” (KILOMBA, 2019).

falar, assim, sobre como as histórias únicas podem produzir subjetividades em sujeitos, principalmente em pessoas negras.

E é, nesse contexto, que se torna necessário que as pessoas negras falem, apesar dos receios, medos, falem! Quando não contamos nossas histórias, não nos posicionamos, falas de outras pessoas nos formam, nos constituem, nos estereotipam. Como vimos no poema Vozes-Mulheres de Conceição Evaristo, há uma linha do tempo de silenciamentos das pessoas negras. Então, precisamos nos questionar constantemente, por que não falar? Quais são os medos e receios existentes?

Trago Audre Lorde para discutirmos sobre a fala como uma ação. A autora dialoga sobre o processo da transformação do silêncio em linguagem e ação. Os questionamentos trazidos acima podem ser cotidianos na vida de pessoas negras. Para Lorde (2019a), o temor de questionar ou se manifestar, conforme as suas crenças, poderia resultar em dor ou morte. A canção “Minha Alma” de O Rappa nos diz:

A minha alma tá armada
E apontada para a cara do sossego
Pois paz sem voz paz sem voz
Não é paz é medo

Às vezes eu falo com a vida
Às vezes é ela quem diz
Qual a paz que eu não quero
Conservar para tentar ser feliz

Às vezes eu falo com a vida
Às vezes é ela quem diz
Qual a paz que eu não quero
Conservar para tentar ser feliz

Minha Alma – O Rappa

Este trecho da música nos mostra qual paz queremos conservar, a paz sem a voz é o medo. A partir disso, é necessário mencionar que as dores ou feridas são ocasionadas por diferentes meios e, conforme o tempo vai caminhando, a dor pode passar ou se modificar. A morte, no entanto, é o silêncio por definitivo, pois, cedo ou tarde, podemos morrer e não nos manifestarmos. “Para sobrevivermos [...] tivemos que aprender a primeira lição, a mais vital: que a nossa sobrevivência nunca fez parte dos planos. Não como seres humanos. [...] Porque a máquina vai tentar nos reduzir ao pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não” (LORDE, 2019a, p. 51-52).

Para Lorde (2019a), a transformação do silêncio em linguagem e ação é algo importante que precisa ser dito, compartilhado, pois ainda que se corra o risco de ser incompreendida, a fala proporciona recompensas. Pois, ao nos silenciarmos, nos impedimos de “revelar [...] verdades” (KILOMBA, 2019, p.42).

Autoras como Grada Kilomba e Lélia González também dialogam sobre os silenciamentos. Kilomba (2019) argumenta que não é por falta de falar, mas sim pelo fato de nossas vozes serem continuamente desqualificadas, devido a um sistema racista. E, assim, são consumadas como inválidas ou representadas por pessoas brancas que se transformam em “especialistas” em nossa cultura, ou até mesmo em nós.

Já Lélia González (2020) fala do silenciamento das mulheres não brancas. Estas não são consideradas sujeitos de seu próprio discurso, uma vez que é falado por outros, e, portanto, “é excluída, ignorada, colocada como ausente apesar de sua presença” ou então suprimem a “[...] nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história” (p.45).

A transformação do silêncio em linguagem e ação é um movimento de descoberta e aparenta estar comumente carregado de perigo devido ao contexto histórico de silenciamento que vivemos. Mas nos mantermos em silêncio significa que não estamos por inteiro. Lorde (2019a) explica que “[...] em nome do silêncio, cada uma de nós evoca a expressão de seu próprio medo – medo do desprezo, da censura ou de algum julgamento, do reconhecimento, do desafio, da aniquilação” (p.51).

Hoje, se nós estamos aqui, é porque, de um modo ou de outro, partilhamos um compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com a atuação desta, que foi criada para atuar contra nós. Para o exercício da transformação do silêncio em linguagem e em ação, é indispensável que reconheçamos quão vital é nosso dever nesse processo, sendo necessário sempre estabelecer e analisar esse movimento de transformação (LORDE, 2019a).

A transformação do silêncio em linguagem e ação se permeia em nossas escritas. Para que isso ocorra, a quem escreve ou fala através da escrita, é necessário se apresentar esmiuçando não somente a verdade do que é dito, mas também a verdade da própria linguagem que usamos. Já aos demais, é preciso fazer propagar, compartilhar as palavras que são importantes e expressivas (LORDE, 2019a).

Mas o mais importante para todas nós, é a necessidade de ensinarmos a partir da vivência, de falarmos as verdades nas quais acreditamos e as quais conhecemos, para além daquilo que compreendemos. Porque somente assim podemos sobreviver, participando de um processo de vida criativo e contínuo, que é o crescimento (LORDE, 2019a, p.53).

O que Audre Lorde propõe, então, em relação à transformação do silêncio é que se possibilite a noção de que podemos aprender a agir e falar mesmo com medo. “Fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperarmos em silêncio pelo fluxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará” (LORDE, 2019a, p.53-54). Pois, a nossa fala nunca é sem medo e, independente que seja o medo da dor ou do julgamento, é necessário lembrar que muitas de nós já passamos por diversas coisas em silêncio.

Os corres para alcançar o sonho: o “quebrar a corrente da pobreza”

“[...] o pobre não pode ter ideal nobre.”

Carolina Maria de Jesus

Como podemos quebrar as correntes da pobreza? Se, durante tanto tempo, e até hoje, tentam nos aprisionar nas diferentes opressões que causam as desigualdades nesse Brasil. Como podemos ter ideais nobres ou não? Se tentam silenciar nossas vozes de tantas formas, fazendo-nos ter tanto medo que, às vezes, silenciamos até o nosso próprio pensamento e desacreditamos de nossas potencialidades.

Certamente, ficar pensando isso durante tanto tempo de forma (in)cessante, algumas vezes pode nos trazer impotências. Sentir essa impotência constantemente pode tornar-se dolorosa e paralisante. Nos faz, às vezes, sentir raiva das vezes que não acreditamos em nós, ou nas vezes que não tivemos forças ou coragem de me posicionar contra o racismo e diferentes outras opressões veladas ou escancaradas. Temos uma emergência de querer que as injustiças diárias de tanto tempo se resolvam logo. Então, o que fazermos nesses casos?

Sigamos! Nos apoiando umas nas outras.

Agimos e reagimos, com a voz tremendo e com raiva mesmo!

“Eu quero quebrar a corrente de pobreza da minha família. [...] Não sei se tem alguma pessoa da minha família que se deu bem na vida, que foi rica, essas coisas... porque a minha família por parte de pai, todos eles ficam falando que eu vou ser igual uma prima minha, que engravidou com 18 anos e desistiu dos estudos. [...] Ela é um mau exemplo, para a família, no caso né. [...] Apesar deles [a família paterna] ter se “dado bem”, eles têm melhor condição do que a gente, tipo, quase todo mundo tem carro. A gente podia ter, mas não tem porque foi tudo para pagar conta.

[...] Dizem que eu vou ser igual a minha prima, só porque eu fico fazendo tiktok, mas minha mãe conversa muito comigo sobre esses negócios de se perder, de engravidar cedo, então eu tenho uma mentalidade bem diferente. [...] Eles falam que eu vou ser uma perdida, que eu não vou ter um futuro bom, então, eu quero mostrar para eles, não só para eles, mas para mim mesma. Eu quero provar para mim que eu sou capaz! Então, eu vou estudar, eu vou me esforçar, porque eu quero ser rica e eu vou ser, e não é só uma questão de ser rica. É uma questão de privilégio para mim, de eu dar orgulho para minha mãe, de poder comprar tudo que minha mãe quiser um dia, tudo que meus irmãos quiser. Dar orgulho para eles”.

(Sonhos e história de vivências de Redenção).

Redenção demonstra em sua fala certa revolta na forma que as pessoas de seu próprio âmbito familiar desacreditam de suas potencialidades, dos seus sonhos. O quebrar correntes da pobreza não é algo simples, o que se percebe é que a pobreza não está somente atrelada a condição financeira, ou ser rica, mas é para além disso. A pobreza se mostra como carregada de outras opressões que a envolvem, que causam uma descrença e a falta de apoio de alguns que deveriam e poderiam apoiá-la. O quebrar as correntes é também se desfazer das dores e raiva, ou usá-las de algum modo que promovam a energia necessária para fazer seus passos diários para conquistar o seu espaço de desejo.

A história dela também não é diferente da minha e da minha irmã, lembro-me que volta e meia relembramos das falas passadas de alguns familiares e rimos da situação. Hoje a gente ri, mas antes nos causava revoltas e muita, muita indignação. Pois, já não bastava termos que enfrentar as dificuldades cotidianas, ainda tínhamos que ouvir discursos que interseccionam tecnologias de diferentes modulações para atingir nossos corpos femininos negros, sem sequer tivéssemos feito algo diretamente para com estas pessoas que nos direcionavam essas falas tão dolorosas.

Nesse aspecto, Audre Lorde (2019a) já nos disse da importância de falarmos sobre nossos incômodos e dores mesmo com medo, mas a autora também nos direciona sobre outras alternativas, que é por meio do uso da raiva que sentimos, usá-la como uma forma de resposta à opressão nas quais vivenciamos todos os dias. A produção dessa raiva é a resposta ocasionada pelos processos de violências e marginalização, sendo preciso utilizá-la (LORDE, 2019b). Lorde (2019b) explica que:

Toda mulher tem um arsenal de raiva bem abastecido que pode ser muito útil contra as opressões, pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva. Usada com precisão, ela pode se tornar uma poderosa fonte de energia a serviço do progresso e da mudança. E quando falo de mudança não me refiro a uma simples troca de papéis ou a uma redução temporária das tensões, nem à habilidade de sorrir ou se sentir bem. Estou falando de alteração radical na base dos pressupostos sobre os quais nossas vidas são construídas (LORDE, 2019b, p. 161).

A raiva, nesse caso, pode nos ajudar a travar estratégias de enfrentamentos para alcançarmos nosso sonho. Todos os dias tentamos por formas de quebrar as correntes que nos impedem de ser livres e conquistar nossos sonhos, e todos os dias também há movimentos para nos acorrentar cada vez mais.

Lorde (2019b) destaca que a raiva como parte desse processo de movimentar-se e ser respostas às opressões contínuas, sendo que a “[...] raiva das mulheres pode transformar a diferença, por meio da compreensão, em poder. Pois da raiva entre semelhantes nasce a mudança, não a destruição, e o desconforto e o sentimento de perda que ela costuma causar não são fatais, mas sintomas de crescimento” (LORDE, 2019b, p. 167).

Nessa briga entre sermos livres e estarmos presas, muitas cessam seus sonhos, mas esse cessar não é apenas uma desistência, às vezes é um parar para retomar suas formas, porém, às vezes realmente é um paralisar sufocante. Contudo, nessa caminhada, tentamos continuar a sonhar, crescer e muita das vezes essa continuidade vem acompanhada de outras mulheres que também estão na luta contra a realidade dura de opressões.

Saltos de Realidade
 Nessa realidade, o HD é extenso
 Afugentado como uma visão
 E tudo só faz parte de um medo
 As vezes nem me lembro o que sonhei
 Me perco em todo pensamento
 Eu já me perguntei e me cansei
 Qual será a realidade que estarei?

Saltos de realidade nessa ficção

Não me desperte enquanto eu estiver sonhando
 Devo contar meus sonhos pra alguém?
 Sonhos não são mera ilusão
 Vendo meu futuro com essas visões

O que pode ser real, o que não é?
 Vem dentro de mim esse medo
 As vezes, eu me lembro, o que sonhei
 Me vejo em tudo e todo momento

Saltos da Realidade – Bebê Salvego

Às vezes (re)lembramos o que sonhamos. Às vezes quem nos acompanha e se importa conosco nos faz lembrar de nossos sonhos. Seja falando sobre suas conquistas e histórias, nos envolvendo e estimulando a sonhar. Seja vibrando pelos nossos pequenos e grandes anseios. Santas Rainhas fala sobre a importância do apoio e cuidado da família para o sonho e continuar correndo atrás dele, dizendo:

“[minha mãe e avó] são amigas, companheiras. Tudo que uma fala, a outra faz. Cuidam uma da outra. [...] Meu sonho é ser uma atriz de sucesso. [...] Eu preciso de alguém para me apoiar porque eu tendo meu sonho e compartilhando meu sonho com outra pessoa me dá força. Tipo minha avó, eu falei com ela [sobre ser atriz] e ela vai me botar lá [na Fafi¹⁷]. [Quem me apoia] é minha mãe, minha avó e amigos”.

(Sonhos e histórias de vivências de Santas Rainhas).

Nesse caminho de fazer nossos corcos para sonhar, ter pessoas para nos apoiar é algo muito importante. Todas as meninas ao falar sobre seu sonho carregavam nelas um desejo muito grande de ajudar sua família, contribuir para que esta, sobretudo, as mulheres que as constituem

¹⁷ Fafi é uma Escola Técnica Municipal de Teatro, Dança e Música é um centro educacional público e gratuito oferecido pela prefeitura de Vitória no Espírito Santo, na unidade é ensinado dança, teatro e outras artes desde 1992.

e que tem contribuído até o momento em suas vidas. Assim, penso ser importante trazer também algumas falas das demais meninas sobre seus sonhos e perspectivas:

“Quem me inspira é minha mãe. [...] meu sonho é ter uma loja de roupas”.

(Sonhos e histórias de vivências de Conquista).

“Ter minha família, sempre foi meu sonho ter”.

(Sonhos e histórias de vivências de Santa Andréia).

“Eu quero ser igual ela [a mãe] quando crescer, ela passou por muitas coisas [...] e agora tá conquistando tudo que ela queria, tendo a própria casa dela, tendo os móveis. Eu quero ser igual à minha mãe, guerreira!” .

(Sonhos e histórias de vivências de Nova Palestina).

“Ser uma veterinária e ter um consultório. Também quero ter uma família bem montada”.

(Sonhos e histórias de vivências de Santa Josefa).

“Eu tenho que estudar, porque se eu não estudar não vou chegar a lugar nenhum. [...] minha mãe me apoia. [...] meu sonho é ser modelo. [...] eu que tenho que correr atrás dos meus sonhos, se eu não correr ninguém vai correr atrás pra mim”.

(Sonhos e histórias de vivências de Ilha das Caieiras).

espera algo negativo para elas, mas que mesmo assim precisam seguir, em alguns momentos sozinhas e em outros acompanhadas.

É preciso continuar seguindo...

Firme e ocupando espaços!

Nessa caminhada pude ter um olhar mais sensível para a trajetória da minha própria vida, me reencontrar e, sobretudo, reencontrar com as memórias de muitos afetos da minha mãe e das minhas tias, sobre as histórias de suas vidas. Um tempo atrás uma tia colocou em rede social sobre o que esperavam das filhas de Maria Moça¹⁸, minha avó materna. Nesse relato e desabafo, ela trouxe várias coisas negativas que as pessoas falavam e esperavam que as minhas tias e mãe poderiam ter se tornado.

Das sete filhas que minha avó materna teve, todas trilharam caminhos com altos e baixos, arrisco-me a dizer com mais baixos do que altos. No entanto, no emaranhado de desigualdades e dificuldades, cada uma seguiu, cada qual da sua forma e com seus enfrentamentos.

É preciso continuar seguindo...

Firme e ocupando espaços!

O que se percebe é que nessa trajetória de ser menina-mulher negra, é que temos que, como disse bell hooks, caminhar e compreender tanto a margem como o centro. Precisamos, como diz Audre Lorde, fazer de nossa fala um ato e usar nossa raiva como instrumento de luta. Temos que ser a *mestiza* que Glória Anzaldúa fala, habitando nos entrelugares. Precisamos, sobretudo, ter esperança.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo *esperançar*; porque tem gente que tem esperança do verbo *esperar*. E esperança do verbo *esperar* não é esperança, é *espera*. *Esperançar* é se levantar, *esperançar* é ir atrás, *esperançar* é construir, *esperançar* é não desistir! *Esperançar* é levar adiante, *esperançar* é juntar-se com outros para fazer de outro modo... (FREIRE, 1992, não paginado).

Precisamos, portanto, compreender nossa potência e a potência das que estão conosco. Confiar e considerar outras histórias e finais para as meninas.

¹⁸ Nome que as comunidades dos bairros Romão, Cruzamentos e adjacências conheciam e chamavam a minha avó materna.

“Meu sonho, eu não penso tanto nessas coisas, mas eu quero ser advogada, eu fico vendo esses casos criminais e quero ajudar as mulheres porque elas precisam, porque sempre acham que as mulheres são culpadas pelas coisas.[...] Professores [podem ajudar], falam o que eu posso fazer e o que não posso e as faculdades para eu conseguir uma coisa melhor. A minha mãe ajuda me apoiando”.

(Sonhos e histórias de vivências de Resistência).

“Eu quero realizar o sonho da minha mãe. [...] Ela [a mãe] queria ter uma casa bem estruturada, com as coisinhas dela, mas por não ter muito dinheiro não consegui. [...] Preciso estudar bastante e de apoio do meu pai, meu pai é muito teimoso, ele não vê muito as coisas boas, ele tá sempre me criticando [...] por fazer muitas coisas”.

(Sonhos e histórias de vivências de Comdusa).

Através dos relatos de cada menina, podemos ver que, apesar de alguns sonhos serem semelhantes, dentro de cada há uma especificidade, há diferenciações em suas motivações individuais. Seja por quererem mostrar que podem mais, ou por fazer muitas atividades e querer contribuir no futuro realizando sonhos da família. Também nota-se um sonho muito fixado em um olhar capitalista e voltado ao trabalho. Isso não é à toa, pois aprendemos que para sermos alguém, precisamos fazer algo, estar em algum lugar de prestígio e que nos dê retorno financeiro.

O que se percebia, em algumas ocasiões, enquanto tecia diálogos com as meninas, era um medo de não conseguir e, possivelmente, um sentimento de culpa por algo que sequer tinha acontecido. Como se não bastasse termos que nos preocupar com as opressões e vozes que nos silenciam, ainda havia uma necessidade de nos reafirmarmos para conosco e para os outros que, muitas vezes, não acreditam em nós. Lorde (2019b), nesse sentido, explica que a nossa força está em reconhecer as distinções entre nós como criativas, nos colocarmos frente das distorções que atribuímos sem culpa, mas que agora tornou-se nossas e precisam ser alteradas.

Então, sejamos criativas, reconheçamos e nos coloquemos diante das distorções que precisam ser alteradas. Sejamos *mestiza*! Glória Anzaldúa (2005) traz a noção de consciência da *mestiza*, esta

[...] enfrenta uma luta de carne, uma luta de fronteiras, uma guerra interior. Como todas as pessoas, percebemos a versão da realidade que nossa cultura comunica. Como outros/as que vivem em mais de uma cultura, recebemos mensagens múltiplas, muitas vezes contrárias. O encontro de duas estruturas referenciais consistentes, mas geralmente incompatíveis, causa um choque, uma colisão cultural (ANZALDÚA, 2005, p. 705).

A *mestiza* ocupa e parte de diferentes lugares, rompendo com paradigmas e com a concepção dicotômica e dualista. Igualmente, vislumbra uma possível mudança no futuro. Contudo, as distintas possibilidades a deixam sem um lugar seguro para se firmar, pois quando nota que estas informações e pontos de vistas conflitam, precisa submergir de suas fronteiras. Não sendo possível, então, para *mestiza* ter ideais ou conceitos dentro de limites rígidos, é urgente e necessário a flexibilidade. Outra coisa que a *mestiza* não abre mão é se apoiar umas nas outras. Enquanto tiver uma mulher sendo diminuída, todas nós somos diminuídas (ANZALDÚA, 2005).

Sendo assim, sermos *mestizas* é não pertencer a nenhum lugar, mas é poder habitar em todos os espaços. É estar e habitar entre raças e culturas e quebrar paradigmas a partir de movimentos criativos de resistência. É nos organizar e compreender as contradições que habitam em nós e em onde transitamos. É ter sonhos, ter esperanças e acreditar que podemos mudar realidades. É, agimos e reagimos, mesmo quando a nossa voz falhe por sentimos dor ou raiva. Seguimos! Nos apoiando umas nas outras.

[...]

Mesmo quando eu não estiver, tu vai me ouvir
Quando minha voz falhar, eu vou agir
Sem tempo pra me preocupar, vou reagir
Ninguém vai me esperar, tô pronta pra me decidir

Conquistando o espaço que é meu, vou investir
Minhas minas vão me ajudar, a resistir
Não tenta me desocupar, vai desistir
Meu trampo nao é playground não vou só me divertir

Mulheres no topo,
Sustento meu povo
Do jeito que vim
Pode crer vou partir

Num caminho incerto enxergo meu medo e no meio vejo ele se repartir

Nesse mundo sujo carrego meu peso
Com a força de quem nunca soube sorrir
Expresso o que eu sinto verdade cantada
se apegue no certo e não deixe cair

[...]

Mulheres - Bella Larbac, Mary Janes, P. Drita e Budah

CONSIDERANDO OUTROS FINAIS

Sonhar mais um sonho impossível
 Lutar quando é fácil ceder
 Vencer o inimigo invencível
 Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável
 Romper a incabível prisão
 Voar num limite improvável
 Tocar o inacessível chão

É minha lei, é minha questão
 Virar esse mundo, cravar esse chão
 Não me importa saber se é terrível demais
 Quantas guerras terei que vencer por um pouco de paz

E amanhã, se esse chão que eu bejei
 For meu leito e perdão
 Vou saber que valeu delirar
 E morrer de paixão

E assim, seja lá como for
 Vai ter fim a infinita aflição
 E o mundo vai ver uma flor
 Brotar do impossível chão

Sonhar mais um sonho impossível
 Lutar quando é fácil ceder

Sonho Impossível - Maria Bethânia

Somos formadas de sonhos, um dos meus sonhos era poder ingressar no mestrado, muitos duvidaram, até eu mesma. Durante tanto tempo escutei palavras de que não conseguiria que, em certos momentos, infelizmente, de forma inocente, acreditei. Os motivos de eu acreditar nisso, não se diferenciam de tudo que já foi escrito até agora neste trabalho.

Em todos os encontros o que podemos observar e sentir é que, de uma maneira ou de outra, as histórias vão se entrecruzando. Os momentos com as meninas reafirmaram muitas coisas de forma explícita através da fala de suas vivências, algumas eu já estava pensando e esperando em relação às opressões que caminham conosco, mas, igualmente, haviam vivências que não se apresentaram na verbalização, e sim, por meio das pistas nas quais mencionei, possibilitando abrir leques de mundos potentes que estão presente unicamente na vida e na (não) voz de cada uma.

Outros sonhos potentes se apresentavam em seus olhares, deixando de escanteio, por um momento, os sonhos do capitalismo que eram voltados unicamente no trabalho para conquistar algo que, por sua vez, acabava por fomentar no cessar do sonho da existência e de

ser quem quiserem ser. Chegando ao ponto das meninas não conseguirem verbalizar ou duvidar de suas potencialidades de alcançar um sonho (im)possível.

Nesse sentido, o que se compreende é que os sonhos das meninas são constantemente cessados pelas opressões interseccionais, e muitas das vezes de forma muito violenta. Contudo, dentro desse movimento de cessar, há um movimento ocasionado por elas de resistir e sonhar um sonho (im)possível através do enfrentamento e da ousadia de sonhar, fazendo-os reacender e tornando-os (in)cessantes.

Digo aqui que para entender esse processo, precisei buscar por outras epistemologias e, assim como bell hooks (2013), incansavelmente busquei por epistemes que envolviam a minha realidade e a realidade das meninas. Recorri às nossas histórias através dos nossos, escutando as nossas vozes que por tanto tempo foram silenciadas, e na maior parte das vezes consegui.

Foi um caminho árduo, porém acolhedor, porque ver que não estamos sozinhas nesse mundão e que mulheres negras, assim como eu e como as meninas, conseguiram trilhar seus caminhos, tornou-se muito representativo. Pois, por muito tempo, como vimos, meninas e mulheres negras como nós, tiveram uma trajetória que apesar de todos os tipos de esforços cotidianos, mal conseguiam se movimentar da situação que encontravam-se, sendo constantemente silenciadas e invisibilizadas. Os sonhos, muitas vezes, ficavam apenas no desejo, um desejo nunca alcançável.

Para continuarmos nos movimentando e sonhando, fazer com esses sonhos saiam do campo do pensamento e sejam realizáveis, precisamos compreender as opressões interseccionais que nos atravessam, precisamos ter uma prática diária atravessada pela descolonização do conhecimento eurocentrado, precisamos fazer as coisas com medo mesmo. Usar nossas vozes e gritar, mesmo que nessa hora, nossas vozes estejam embargadas pelo choro e pelas dores, ou embargadas pelo choro das conquistas.

É preciso continuar seguindo...

Firme e ocupando espaços!

É urgente considerarmos outras histórias e outros finais. Ao escrever o que era dito e o que não se dizia pela fala, mas sim, era dito algumas vezes pelo silêncio, lancei-me no desafio de considerar outras histórias de vidas potentes, tais histórias são diariamente negligenciadas e deixadas de lado. São vidas que muitas vezes são vistas de forma estigmatizadas, e que já se

É preciso continuar seguindo...

Firme e ocupando espaços!

Sendo assim, finalizo com mais uma música das de mulheres daqui do Estado do Espírito Santo. Mulheres potentes que fazem seus corcos diários para alcançar seus sonhos (im)possíveis e (in)cessantes, estas dizem:

[...]

Lapidamos as mentes fechadas
Dando clareza as almas que estão inflamadas
E eu pergunto: como é que cê vive num mundo onde os homens se gabam com tudo?
Não podem com nada.

[...]

Mulheres pra cima, com a força lacrada
Vemos o pré-conceito estalar
Favelas, becos,
Crianças a chorar
Cantamos por paz. Direitos igual
Liberdades pra ser quem somos
Abram a mente, hermanos
Tamo no jogo

[...]

As preta estão na sessão
Segura as idéias nocaute de informação
Impaciência é a palavra
Me livra dessa prisão
Que me jogaram, me mutilaram
Mas sem nem querer saber da porra da minha opinião

[...]

Mas não me calo
Quanto mais reclamam eu faço
Isso não é peito de aço
É as mina disposição
Isso não é queda de braço
Não é disputa de espaço

[...]

Empodere-se, escute a si
A batalha é diária, não vai ter fim

[...]

Mulheres - Bella Larbac, Mary Janes, P. Drita e Budah

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2020;

ANZALDÚA, Glória. E. La conciencia de La Mestiza: rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, set./dez. 2005.

_____. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo" (trad. Édna de Marco). **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BARBOSA, Vera Lucia Ermida; D'AVILA, Maria Inácia. Colonialidade e práticas cotidianas em Minas Gerais - Brasil. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 12, n. 1, p. 86-102, abr. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 19, p. 20-28, Abr. 2002.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. *In*: Simpósio Nacional de Psicologia Política no Brasil, 2000, Curitiba, PUC/PR. Psicologia e Direitos Humanos. **Revista Psicologia Política**, p. 139-148, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMO É POSSÍVEL VIVER COM BOMBA NA RUA E TIROS EM ESCOLA? **A Gazeta**, 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/editorial/como-e-possivel-viver-com-bomba-na-rua-e-tiros-em-escola-0921>>. Acesso em: 16 de jan. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 175, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>. Acesso em: 20 out. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo: Feminismos Plurais**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões**

sobre a obra de Conceição Evaristo; Ilustrações: Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a.

_____. Escrivivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrivivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo; Ilustrações: Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b.

_____. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Pallas Míni, 2018.

_____. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FERNANDES, Cleoni. Amorosidade. *In*: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.

FERREIRA, Preta. **Minha Carne**: diário de uma prisão. São Paulo: Boitempo, 2020.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

GINZBURG, Carlo. Sinais raízes de um paradigma indiciário. *In* _____. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo Cia. das Letras, 1989.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos (Orgs). Rio Janeiro: Zahar, 2020b.

_____. A mulher negra no Brasil. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos (Orgs). Rio Janeiro: Zahar, 2020c.

_____. Democracia racial? Nada disso!. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos (Orgs). Rio Janeiro: Zahar, 2020d.

_____. Discurso na Constituinte. In: RIOS, F.; LIMA, M. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos** (Orgs). Rio Janeiro: Zahar, 2020e.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, F.; LIMA, M. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos** (Orgs). Rio Janeiro: Zahar, 2020a.

hooks bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas** (2) 1995, pp.464-478.

_____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade/ bell hooks;** tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **Eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

_____. **Teoria feminista: da margem ao centro.** São Paulo: Perspectiva, 2019b.

_____. A margem como um espaço de abertura radical. Anseios: Raça, gênero e políticas culturais. ed. **Elefante.** São Paulo: 2019c.

_____. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade.** São Paulo: Elefante, 2022.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: LORDE, A. **Irmã outsider.** Tradução: Stephanie Borges. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

_____. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. In: LORDE, A. **Irmã outsider.** Tradução: Stephanie Borges. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

LUGAR DE TODA POBREZA. **Produção: Amylton de Almeida,**1983. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=InPEhXXZpII>>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

LUGAR DE TODA POBREZA: O bairro São Pedro 35 anos depois de documentário. **A Gazeta,** 2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/lugar-de-toda-pobreza-o-bairro-sao-pedro-35-anos-depois-de-documentario-0919>>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

LUZ, Lucas Henrique da. **Educação social: fundamentos epistêmicos e metodológicos para práticas de educação social em comunidades.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação de Concentração: Educação – Universidade Estadual de Maringá, 2021. Acesso em: 28 de jun de 2022. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2021/2021%20-%20LUCAS%20HENRIQUE%20DA%20LUZ.pdf>>.

MACHADO, Paula Sandrine. SOARES, Lissandra Vieira. Escrevivências como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. Vol.17. nº 39. **Psicologia Política**. 203-219. 2017.

MENEZES, Jaileila de Araújo. “Tia, estamos sempre lendo as histórias dos outros. Por que a gente mesmo não escreve as nossas histórias? Por que a gente também não pode ser autor?”. In: QUIXADÁ, Luciana Martins; MENEZES, Jaileila de Araújo. **Infância em territórios de (in)segurança** [livro eletrônico] : narrativas compartilhadas com crianças / organização Luciana Martins Quixadá, Jaileila de Araújo Menezes. -- Fortaleza, CE : Editora da UECE, 2022.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território & educação decolonial**: proposições afro-brasileiras na invenção da docência / Eduardo Oliveira Miranda. - Salvador : EDUFBA, 2020.

_____. **Experiências do corpo-território**: possibilidades afro-brasileiras para a Geografia Cultural. *Élisée, Rev. Geo.* UEG – Porangatu, v.6, n.2, p.116-128, jul./dez. 2017.

_____. **O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral: os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxe Pomba de Male**. 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade) - Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, Departamento de Letras, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Acesso em: 03 de mar. 2023. Disponível em:

<<http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/97/2/Disserta%20c3%a7%20a3o%20de%20Eduardo%20Miranda.pdf>>.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto / Angela Arruda... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400p.

NASCIMENTO, Paula Fonseca do; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, V. 16, N.1, P. 66-88, Jul./Dez. 2013. Acesso em: 08 de mai. 2023. Disponível em: <<https://www.sigas.pe.gov.br/files/07062016082301-atualiz.vigilancia.recife.13.a.17.06.2016.8.pdf>>.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Oprimido/Opressor. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. (Entre)linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, vol. 2, nº 4, 2014. Disponível em:

<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/download/1059/730>>. Acesso: 18 de out. 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèwùmí. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Org. Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro. Bazar do tempo, 2020.

PAIVA, Jacyara Silva de. **Caminhos do Educador Social no Brasil**/Jacyara Silva de Paiva. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós- abolição. *In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos, São Paulo*. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 2011. Acesso em: 01 de jun. 2022. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf>.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**, V. 11, 2008.

RODRIGUES. Patricia Cruzelino. **Formação política com crianças: subsídios conceituais para a práxis da educação social**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação de Concentração: Educação – Universidade Estadual de Maringá, 2021. Acesso em: 28 de jun de 2022. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/teses/2021/2021%20-%20PATRICIA%20CRUZELINO%20RODRIGUES.pdf>>.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. *Escrevivência: conceito literário de identidade afro-brasileira*. *In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo; Ilustrações: Goya Lopes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, 1(1), 7-13, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>>. Acesso em: 06 de mai. 2023.

SARTORI, Jerônimo. Educação Bancária/Educação Problematicadora. *In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.

SCFV: **Tudo o que você precisa saber sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. 2021. Disponível em:<<https://www.gesuas.com.br/blog/scfv/>>. Acesso em: 14 de fev. 2022.

SIQUEIRA, Luziane de Assis Ruela, et al. Narrativas em meio à pandemia: tecendo resistências, pensando metodologias, renovando apostas. **Mnemosine**. Vol.17, nº1, p. 26-49 (2021) – Parte Especial - Artigos. DOI: 10.12957/mnemosine.2021.61842. Acesso em: 17 de out. 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar. 171p. 2021.

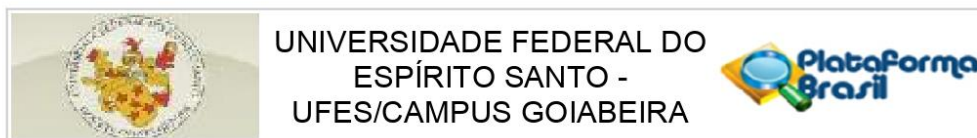
SPIVAK, Gayatri Chakravony, 1942- **Pode o subalterno falar? / Gayatri Chakravorty Spivak**; tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte : Editora UFMG,2010.

TRUTH, Sojourner . E não sou eu uma mulher? – Sojourner Truth. Tradução de Osmundo Pinho, **Geledés**, 8 jan. 2014. Acesso em: 12 de fev. 2022. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>>.

WALKER, Alice. **Em busca dos jardins de nossas mães: prosa mulherista**. Tradução de Stephanie Borges – 1. ed. Ebook. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ZITKOSKI, Jaime José. Diálogo/Dialogicidade. *In*: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.

ANEXO I - PARECER CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Vozes-meninas negras: escrevendo sonhos (in)cessantes

Pesquisador: Franciely Alves Sales

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 59818222.5.0000.5542

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.566.874

Apresentação do Projeto:

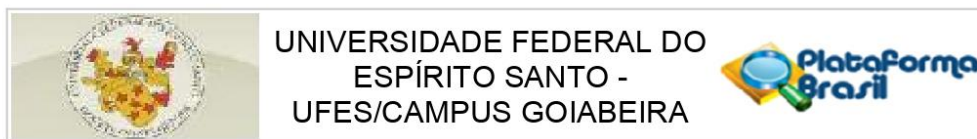
O projeto de pesquisa tem o intuito de desenvolver um estudo a partir das vivências de meninas negras que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes do município de Vitória/ES, sendo este o CaJun, que realiza atendimento desse público que reside em bairros considerados da margem, localizados na região da Grande São Pedro. A aposta metodológica que delineará esta pesquisa será a escrivência, sendo assim, propõe-se realizar grupo quilombo de meninas para que as suas vozes contem histórias e memórias singulares que poderão emergir ou não em um coletivo, visto que as vivências individuais podem se cruzar e se assemelhar com de outras meninas. A partir disso, pretende-se descortinar como as meninas traçam (re)existências para sonhar suas vidas, de meninas que existem e resistem na margem, atravessadas por questões de raça e gênero.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

A pesquisa objetiva a escuta de meninas negras participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que habitam às margens, para que através de suas vozes possamos desvelar seus sobre sonhos, (sobre) vivências, formas de

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITÓRIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.566.874

ser, de estar e (re) existir em um território marcado por desigualdades sociais.

Objetivo Secundário:

a) Para atingir o objetivo geral pretendo mergulhar de forma a desvelar compreensivamente as vivências das participantes a fim de conhecer sobre universo menina negra da margem e suas subjetividades;b) Recorrer à autores/as negros/as no intuito de apreender conceitos como racismo, gênero, classe e outros que podem ou não atravessar as vivências de meninas negras;c) Acompanhar e analisar de forma compreensiva as falas e diálogos das participantes a partir dos conceitos que poderão emergir de modo explícito ou implícito nos encontros, se aprofundando principalmente na perspectiva interseccional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

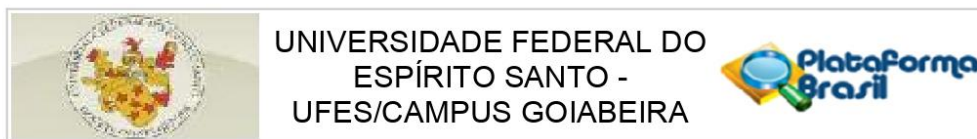
Riscos:

Durante os momentos coletivos poderão surgir, em certas ocasiões, algum incômodo ou desconforto em compartilhar sentimentos, vivências e outros contextos do aspecto pessoal. Mediante isso, será assegurado o direito em recusar-se a se manifestar sobre o assunto. Igualmente, é assegurado o direito de retirar o consentimento à pesquisa em qualquer momento, mesmo que os encontros coletivos propostos já estejam todos finalizados e gravados por áudio. Em condição de retirada do consentimento após a conclusão dos encontros, as gravações nas quais a participante aparece será desconsiderada e descartada de modo sigiloso.Considerando os eventuais incômodos de natureza psicológica que possam vir a surgir nas participantes, a pesquisadora, enquanto psicóloga, se coloca à disposição para realizar atendimento psicológico gratuito. Como outra opção, também informa a possibilidade de acolhimento no Núcleo de Psicologia Aplicada da UFES que oferta atendimento psicológico gratuito à comunidade em geral e poderá ser procurado. Importante ressaltar que as disponibilidades de ambas possibilidades de atendimento estão sujeitas à agenda.

Benefícios:

As informações que serão viabilizadas pela pesquisa poderão dispor de elementos para orientar

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.566.874

sociedade civil, trabalhadores e gestores na construção de políticas públicas e/ou programas voltadas à assistência social e, talvez, em outros setores, em conformidade com necessidades factuais vivenciadas pelas participantes da pesquisa. As histórias dos cotidianos possibilitarão aprendizados a partir da experiência, e poderão ser acessadas e potencializadas para auxiliar na organização dos serviços existentes nessa comunidade, bem como no âmbito, familiar, social, cultural e outros dados que a pesquisa poderá apresentar. Quanto aos benefícios para as participantes, a pesquisa poderá trazer, a partir dos momentos realizados em grupo, trocas significativas através do (re)conhecimento de histórias de outras participantes e também de seu território, de modo em que fomente os fortalecimentos de vínculos familiares, comunitários e dentre outros eixos temáticos que poderão emergir.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como já mencionado em pareceres anteriores o projeto apresenta relevância social, pois reforça de forma positiva a identidade das meninas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão adequados

Recomendações:

Não há recomendações

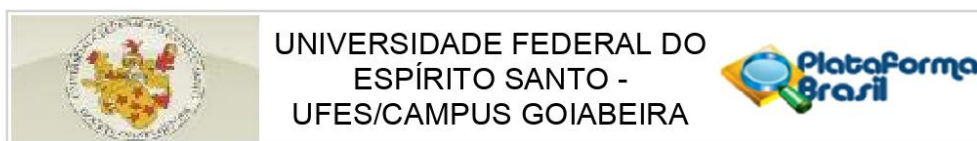
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há inadequações.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1936522.pdf	20/07/2022 14:28:07		Aceito
Outros	Carta_de_Autorizacao_Gerente_CaJun.pdf	20/07/2022 14:27:12	Franciely Alves Sales	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	20/07/2022 14:24:15	Franciely Alves Sales	Aceito

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.566.874

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/07/2022 14:24:01	Franciely Alves Sales	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	20/07/2022 14:23:35	Franciely Alves Sales	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	18/06/2022 16:16:08	Franciely Alves Sales	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoassinada.pdf	31/05/2022 16:26:53	Franciely Alves Sales	Aceito
Outros	AprovacaoPMV.pdf	30/05/2022 14:28:10	Franciely Alves Sales	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 06 de Agosto de 2022

Assinado por:
ANDRÉ DA SILVA MELLO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE-ESCLARECIDO (TCLE)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A sua filha/neta/sobrinha _____ foi convidada a participar da pesquisa intitulada “**Vozes-Meninas negras: Escrevendo sonhos (in)cessantes**” sob a responsabilidade de FRANCIELY ALVES SALES.

JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa poderá fornecer informações importantes para visualização de possíveis situações dos cotidianos das participantes que apresentarão as suas vivências e seus prováveis desafios no contexto social, cultural, familiar, escolar e em outros locais que transitam e convivem.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo dessa pesquisa é realizar a escuta de histórias de meninas negras moradoras de bairros que são considerados como marginalizados, para que possamos através de suas vozes entender sobre seus sonhos, sobrevivências, vivências e formas de ser, estar, existir e resistir em um território marcado pela desigualdade social.

PROCEDIMENTOS

A participação será voluntária e consistirá na presença da participante em seis encontros coletivos que acontecerão quinzenalmente, nas sextas-feiras, no CaJun, com duração de uma hora e meia cada encontro. Tais encontros serão para promover diálogos relacionados às vivências, desejos, sonhos, desafios, dentre outros aspectos que poderão surgir que envolvam as participantes da pesquisa. Caso alguma participante não se sinta confortável em compartilhar suas narrativas de forma grupal, também terá a possibilidade de encontro individual, sendo preciso a comunicação com a pesquisadora para promover o momento individual. Os momentos de encontros serão gravados por meio de áudio e apenas a pesquisadora e a orientadora terão acesso as informações fornecidas. As pesquisas serão transcritas e analisadas sob sigilo, e os dados serão apresentados a partir de nomes fictícios a fim de garantir que as participantes não sejam identificadas em suas falas, mantendo-as em anonimato.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa será realizada em seis encontros com duração de uma hora e meia cada encontro. Tais encontros serão executados quinzenalmente nas sextas-feiras. O local que a será realizada a pesquisa no Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para Crianças e Adolescentes, no CaJun, este é localizado na região de grande São Pedro do município de Vitória/ES.

RISCOS E DESCONFORTOS

Durante os momentos coletivos poderão surgir, em certas ocasiões, algum incomodo ou desconforto em compartilhar sentimentos, vivências e outros contextos do aspecto pessoal. Mediante isso, será assegurado o direito em recusar-se a se manifestar sobre o assunto. Igualmente, é assegurado o direito de retirar o consentimento à pesquisa em qualquer momento, mesmo que os encontros coletivos propostos já estejam todos finalizados e gravados por áudio. Em condição de retirada do consentimento após a



conclusão dos encontros, as gravações nas quais a participante aparece será desconsiderada e descartada de modo sigiloso.

BENEFÍCIOS

As informações que serão viabilizadas pela pesquisa poderão dispor de elementos para orientar sociedade civil, trabalhadores e gestores na construção de políticas públicas e/ou programas voltadas à assistência social e, talvez, em outros setores, em conformidade com necessidades factuais vivenciadas pelas participantes da pesquisa. As histórias dos cotidianos possibilitarão aprendizados a partir da experiência, e poderão ser acessadas e potencializadas para auxiliar na organização dos serviços existentes nessa comunidade, bem como no âmbito, familiar, social, cultural e outros dados que a pesquisa poderá apresentar. Quanto aos benefícios diretos ou indiretos para as participantes, a pesquisa poderá trazer, a partir dos momentos realizados em grupo, trocas significativas através do (re)conhecimento de histórias de outras participantes e também de seu território, de modo em que possibilite o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e dentre outros eixos temáticos que poderão ser levantados.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Considerando os eventuais incômodos de natureza psicológica que possam vir a surgir nas participantes, a pesquisadora enquanto psicóloga se coloca à disposição para realizar atendimento psicológico gratuito. Como outra opção, também informa a possibilidade de acolhimento no Núcleo de Psicologia Aplicada da UFES que oferta atendimento psicológico gratuito à comunidade em geral e poderá ser procurado.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

Não é obrigada a participação na pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja prejuízos ou penalidades decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, a mesma não mais será contatada pela pesquisadora.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

A pesquisadora se compromete a manter sob sigilo a identidade da participante durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação. Para isso, não serão divulgados junto aos trechos das falas dos encontros, o seu nome, idade ou qualquer outra informação que possa identificá-la.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO

A participação na pesquisa é voluntária, por isso não disponibiliza nenhum valor econômico a receber ou a pagar pela participação, contudo, em caso de despesas, será garantido o ressarcimento dos gastos.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO

Em caso de eventual dano decorrente da pesquisa, é garantido à participante o direito a buscar indenização conforme a determinação da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, em seu capítulo III, art. 9º, item VI e, da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional da Saúde no item IV.4.c.



ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o/a Sr^o/Sr^a(a) pode contatar a pesquisadora FRANCIELY ALVES SALES no telefone (27) 99818-6407 e no email: <alvesfsales@gmail.com>. Em casos de questionamentos, intercorrências ou denúncias sobre a pesquisa, o/a Sr^o/Sr^a também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do Campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo através do endereço: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, UFES/Campus Goiabeiras Prédio Administrativo do Centro de Ciências Humanas e Naturais Campus Universitário de Goiabeiras, Av. Fernando Ferrari, 514, Vitória - ES, 29060-970. Tel: (27) 3145-9820, e-mail: <cep.goiabeiras@gmail.com>. O CEP tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais.

Declaro que fui verbalmente informado(a) e esclarecido(a) sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pela pesquisadora principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Vitória/ES, _____ de _____ de 2022.

Responsável legal da participante da pesquisa

RG: _____

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “**Vozes-meninas negras: Escrevendo sonhos (in)cessantes**”, declaro ter cumprido as exigências da Resolução CNS 510/2016 e 466/2012, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisadora

ANEXO III - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE-ESCLARECIDO (TALE)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você, _____, foi convidada a participar da pesquisa com o título “**Vozes-Meninas negras: Escrevivendo sonhos (in)cessantes**” realizada por FRANCIELY ALVES SALES.

JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa poderá ajudar em informações importantes para visualização de possíveis situações do dia-a-dia das participantes que apresentarão as suas vivências e seus possíveis desafios em diferentes locais que convivem.

OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo dessa pesquisa é realizar é ouvir as histórias de meninas negras moradoras de bairros que são considerados como marginalizados, para que possamos através de suas vozes entender sobre seus sonhos, sobrevivências, vivências e formas de ser, estar, existir e resistir em um local conhecido pela sua desigualdade.

COMO ACONTECERÁ A PESQUISA

A participação será voluntária e precisará da presença da participante em seis encontros coletivos que acontecerão quinzenalmente, nas sextas-feiras, no CaJun, com duração de uma hora e meia cada encontro. Os momentos serão gravados e só quem terá acesso a gravação é a pesquisadora e a orientadora. Se a participante não se sentir confortável em falar em grupo, pode pedir um momento de fala somente com a pesquisadora.

RISCOS, DESCONFORTOS E GARANTIAS

Durante os momentos em grupo, pode ocorrer da participante se sentir desconfortável em compartilhar algo. Quando isso acontecer, a participante pode se recusar a falar sobre o assunto. A participante também poderá a qualquer momento desistir da pesquisa, retirando a autorização, com isso, os áudios que a participante aparece, serão desconsiderados e descartado com cuidado.

Na pesquisa, o seu nome será trocado para garantir a não identificação.

A participação na pesquisa é voluntária, por isso não disponibiliza nenhum valor econômico a receber ou a pagar pela participação, mas caso tenha gastos, terá o valor ressarcido.

Em caso de eventual dano ocasionada pela pesquisa, é garantido à participante o direito a buscar indenização conforme a determinação da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, em seu capítulo III, art. 9º, item VI e, da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional da Saúde no item IV.4.c.

BENEFÍCIOS

As informações que serão trazidas pela pesquisa poderá ajudar para sociedade ou sua comunidade porque estará disponível para todos, inclusive sendo divulgado o resultado para a Prefeitura Municipal de Vitória. Os benefícios para as participantes poderão ocorrer através da aproximação e troca com a família, amigos, cultura e comunidade.



ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Considerando os possíveis incômodos de natureza psicológica que possam vir a surgir nas participantes, a pesquisadora enquanto psicóloga se coloca à disposição para realizar atendimento psicológico gratuito. Como outra opção, também informa a possibilidade de acolhimento no Núcleo de Psicologia Aplicada da UFES que oferta atendimento psicológico gratuito à comunidade em geral e poderá ser procurado.

ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, poderá contatar a pesquisadora FRANCIELY ALVES SALES no telefone (27) 99818-6407 e no email: <alvesfsales@gmail.com>. Em casos de questionamentos, intercorrências ou denúncias sobre a pesquisa, também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do Campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo através do endereço: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, UFES/Campus Goiabeiras Prédio Administrativo do Centro de Ciências Humanas e Naturais Campus Universitário de Goiabeiras, Av. Fernando Ferrari, 514, Vitória - ES, 29060-970. Tel: (27) 3145-9820, e-mail: <cep.goiabeiras@gmail.com>. O CEP tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais.

Declaro que fui verbalmente informada e esclarecida sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, de igual informação, assinada pela pesquisadora principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Vitória/ES, _____ de _____ de 2022.

Responsável legal da participante da pesquisa
RG: _____

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa "**Vozes-meninas negras: Escrevendo sonhos (in)cessantes**", declaro ter cumprido as exigências da Resolução CNS 510/2016 e 466/2012, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisadora